e-ISBN: 978-65-87719-76-4

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo
Prof.ª Dr.ª Denise Regina da Costa Aguiar
Prof.ª Dr.ª Guadalupe Corrêa Mota
Prof.ª M.ª Cristiane Mello de Miranda Silva
Profa. Renata Florence dos Santos

Organizadores

CADERNO DE RESUMOS

XX Mostra de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGE)

EDUCAÇÃO E PESQUISA EM TEMPOS DE DEFESA DA DEMOCRACIA

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SANTOS

Editora Universitária Leopoldianum
Universidade Católica de Santos

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

Chanceler Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Reitor Prof. Dr. Cléber Ferrão Corrêa
Pró-Reitora Administrativa Profª. Dra. Mariângela Mendes Lomba Pinho
Pró-Reitora de Graduação Profª. Me. Rita de Cássia Zaher Rosa Paul
Pró-Reitor de Pastoral Prof. Me. Pe. Cláudio Scherer da Silva

Editora Universitária
Leopoldianum
Universidade Católica de Santos

Conselho Editorial Executivo (2026)

Profª. Dra. Mariângela Mendes Lomba Pinho (Presidente)
Prof. Dr. Fernando Rei
Prof. Dr. Gilberto Passos de Freitas
Prof. Dr. Luiz Carlos Moreira
Profª Dra Maria Amélia do Rosário Santoro Franco
Prof. Dr. Paulo Ângelo Lorandi

Conselho Editorial Nacional (2026)

Dra. Ana Maria Saul, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP
Dr. André Panno Beirão, Escola de Guerra Naval, Centro de Estudos Político Estratégicos - RJ
Dra. Bernadete de Souza Porto, Universidade Federal do Ceará – CE
Dra. Carina Berta Moljo, Universidade Federal de Juiz de Fora - MG
Dra. Ivanilde Apoluceno de Oliveira, Universidade do Estado do Pará - PA
Dr. Luiz de Pinedo Quinto Júnior, Instituto Federal Fluminense - RJ
Dr. Osvaldo Luiz Gonçalves Quelhas, Universidade Federal Fluminense - RJ
Dra. Sueli de Lima Moreira, Universidade Estadual do Rio de Janeiro – RJ

Conselho Editorial Internacional (2026)

Dra. Angelina Valenzuela Rondon, Universidad de Monterrey - México.
Dr. Daniel Schugurensky, Arizona State University - USA
Dr. Licínio Carlos Viana Silva Lima, Universidade do Minho, Braga - Portugal
Dra. Maria Pilar Dopazo Fraguio, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Dr. Paolo Vittoria, Università Federico II di Napoli - Itália

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo
Prof.ª Dr.ª Denise Regina da Costa Aguiar
Prof.ª Dr.ª Guadalupe Corrêa Mota
Prof.ª M.ª Cristiane Mello de Miranda Silva
Profa. Renata Florence dos Santos
(organizadores)

CADERNO DE RESUMOS E ARTIGOS

XX Mostra de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGE)

EDUCAÇÃO E PESQUISA EM TEMPOS DE DEFESA DA DEMOCRACIA

Editora Universitária Leopoldianum
Universidade Católica de Santos

Santos/SP
2026

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos
Viviane Santos da Silva - CRB 8/6746

Caderno de Resumos [e-book] – XX Mostra de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGE)/ Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo, Denise Regina da Costa Aguiar, Guadalupe Corrêa Mota, Cristiane Mello de Miranda Silva e Renata Florence dos Santos (Organizadores). -- Santos (SP): Editora Universitária Leopoldianum, 2026.

209 p.

ISBN 978-65-87719-76-4

1. Caderno de Resumos. 2. Educação. 3. XX Mostra de Pesquisa. I. Rabelo, Roberto Araújo da Silva Vasques. II. Aguiar, Denise Regina da Costa. III. Mota, Guadalupe Corrêa. IV. Silva, Cristiane Mello de Miranda. V. Santos, Renata Florence dos VI. Título.

CDU: e-book

Revisão
Organizadores

Planejamento Gráfico / Diagramação / Capa
Elcio Prado

Sobre o Ebook
Formato: 160 x 230 mm • **Mancha:** 120 x 190 mm
Tipologia: Calibri (textos/títulos)

Este ebook foi produzido em março de 2026.

Editora Universitária
Leopoldianum
Universidade Católica de Santos

Colabore com a produção científica e cultural.
Proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a autorização do editor.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....06

RESUMOS.....08

TRABALHOS COMPLETOS.....184

PROGRAMAÇÃO.....203

COMISSÃO ORGANIZADORA.....206

APRESENTAÇÃO

A Universidade Católica de Santos (UniSantos) é sede do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Educação mais antigo da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e, desde 2004, quando foi recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), vem formando professores e dirigentes educacionais que atuam na educação pública e privada dos nove municípios da região.

A Mostra de Pesquisa em Educação é realizada anualmente pelo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação (PPGE) da UniSantos. Em 2026, a XX edição da Mostra de Pesquisa em Educação foi organizada em torno do tema **Educação e pesquisa em tempos de defesa da democracia,** e ocorreu no Campus Dom Idílio José Soares da UniSantos, nos dias 27, 28, 29 e 30 de maio, em Santos (SP).

Considerando a tradição e os vinte anos do evento, a vigésima edição da Mostra de Pesquisa em Educação foi um encontro para a celebração dessa trajetória. A temática **Educação e pesquisa em tempos de defesa da democracia** convidou à reflexão sobre a função social da produção científica e das práticas educativas na preservação e no fortalecimento dos valores democráticos. Na contemporaneidade caracterizada pela circulação de desinformação e por desafios às instituições públicas, a pesquisa em educação assume relevância fundamental ao promover análises críticas da realidade social, subsidiar políticas educacionais e fortalecer práticas pedagógicas comprometidas com a liberdade, o pensamento crítico e a justiça social. Assim, o tema buscou reunir pesquisadoras(es), docentes, estudantes e gestoras(es) para debater os desafios contemporâneos da produção do conhecimento, da formação de professores e da valorização da ciência, reafirmando a educação e a pesquisa como pilares essenciais para a consolidação de uma sociedade democrática, plural e socialmente comprometida.

A XX Mostra de Pesquisa em Educação manteve a tradição e o compromisso de se constituir em um espaço de formação para pesquisadores, gestores, professores e estudantes que buscam construir conhecimento coletivo no campo educacional, tendo em vista compreender e transformar a realidade atual. O evento contribuiu para estabelecer sinergias regionais e nacionais, qualificando os debates em torno dos desafios da pesquisa em Educação no momento atual.

A apresentação de trabalhos em encontros científicos é uma etapa im-

portante do processo de pesquisa, pois é uma oportunidade na qual o pesquisador pode expor suas ideias, propostas e resultados, abrindo-se para críticas e sugestões, com a finalidade de aprimorar a sua formação acadêmica.

Desse modo, os eventos acadêmicos devem ser analisados como componentes fundamentais do fluxo da comunicação científica. Entre a exposição dos resultados da pesquisa e o retorno das críticas por meio do intercâmbio entre pesquisadores, é necessário um tempo-espaço próprio, geralmente consolidado pelos eventos científicos.

A **XX Mostra de Pesquisa em Educação: educação e pesquisa em tempos de defesa da democracia** contou com mais de 110 trabalhos apresentados. Além disso, a XX Mostra de Pesquisa congregou conferências e palestras socialmente referenciadas e que contribuíram para o debate em e sobre Educação.

Além dos trabalhos oriundos de pesquisas concluídas ou em andamento, a XX Mostra de Pesquisa em Educação também se constituiu em um espaço de socialização de práticas e experiências desenvolvidas no âmbito das redes de ensino, favorecendo o estímulo e a valorização do intercâmbio entre professores atuantes na educação básica e o programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Educação da UniSantos.

Com a realização da vigésima edição da Mostra de Pesquisa em Educação, o PPGE da UniSantos reafirmou a sua contribuição à área da Educação e o desejo de seguir ampliando a abrangência e a significância do evento. Que os textos presentes neste material sirvam de fundamento para futuros estudos do e no campo educacional.

Santos, julho de 2026

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo
Prof.ª Dr.ª Denise Regina da Costa Aguiar
Prof.ª Dr.ª Guadalupe Corrêa Mota
Prof.ª M.ª Cristiane Mello de Miranda Silva
Profa. Renata Florence dos Santos
(Organizadores)

RESUMOS

QUINQUILHARIAS DIGITAIS E A MISTIFICAÇÃO PEDAGÓGICA: CONCEPÇÕES EPISTEMOLÓGICAS DA INOVAÇÃO EDUCACIONAL

Hélio da Guia Alves Junior
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação
helio.guia@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os desafios contemporâneos da educação, revisitando a obra *A Mistificação Pedagógica* de Bernard Charlot, escrita originalmente em 1975. A problemática central reside na compreensão de como o discurso pedagógico atual funciona como uma ideologia que mascara realidades sociais e legitima desigualdades sob o disfarce da natureza humana ou de imperativos tecnológicos. No contexto atual, observa-se que os professores são pressionados por discursos neoliberais voltados à máxima eficiência, competência e a um "darwinismo técnico", frequentemente rotulado como tendências de mercado. Nesse cenário, emerge a pergunta que orienta este estudo: quais são as diferentes concepções de inovação que permeiam o contexto educacional? Com isso, o objetivo geral da pesquisa é compreender os obstáculos que impedem a inovação tecnológica digital de contribuir para práticas emancipatórias de formação docente. Às luzes da Pedagogia Crítica, busca-se (i) identificar, (ii) analisar e (iii) refletir sobre as diferentes compreensões de inovação e seus fundamentos epistemológicos. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como um Estado da Questão, no qual foram realizados levantamentos bibliográficos seletivos em teses e artigos, utilizando os descritores "Inovação Pedagógica" e "Inovação e Metodologias Ativas", resultando em um corpus de análise de produções pertinentes ao campo. Os resultados indicam a coexistência de quatro compreensões predominantes sobre inovação: (i) mudança de prática ou paradigma; (ii) mediação por tecnologias digitais; (iii) técnica para o desenvolvimento econômico; e (iv) perspectiva crítica. Nessas concepções, observou-se uma convergência para o emprego das chamadas Metodologias Ativas como pilar fundamental da inovação. No entanto, o estudo diferencia a *inovação educacional técnica*, com foco na eficiência técnica e "saber fazer", da *inovação educacional crítica*, que enfatiza a dimensão social e "por que fazer". A conclusão aponta para uma nova sofisticação da mistificação pedagógica, que reside no discurso ideológico sobre as Metodologias Ativas, o qual tem se legitimado pelo fetiche pela inovação e pela Pedagogia das Competências.

PALAVRAS-CHAVE

Mistificação Pedagógica. Inovação Digital. Metodologias Ativas. Pedagogia Crítica. Bernard Charlot.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO ENSINO EM CURSOS DE GRADUAÇÃO EM COMPUTAÇÃO: UMA ANÁLISE CURRICULAR E BIBLIOGRÁFICA EM PERSPECTIVA PEDAGÓGICO-CRÍTICA

Renata Florence dos Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
renatasantosti@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES
Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
robertovasquesrabelo@gmail.com

RESUMO

O presente resumo decorre de pesquisa em andamento em nível de mestrado em Educação, cuja problemática se centra na compreensão de enfoques, lacunas, desafios e potencialidades evidenciados na literatura acadêmica acerca do uso da Inteligência Artificial (IA), especialmente no ensino em cursos de graduação em Computação, articulando essa discussão à possibilidade de uma abordagem pedagógico-crítica na utilização dessa tecnologia. A formação de profissionais da área de Computação exerce influência direta sobre o desenvolvimento e o uso ético das tecnologias produzidas. Nesse contexto, o currículo assume papel estruturante, uma vez que orienta, ainda que parcialmente, os saberes, competências e valores que compõem esse processo formativo. Assim, justifica-se a necessidade de investigar articulações e possíveis usos de IA no ensino em cursos de graduação da área de Computação, observando como esse uso se conecta com a ética necessária ao profissional da área de tecnologia. Com base nessa problemática, propõe-se como objetivo geral analisar a produção teórica e bibliográfica sobre a integração da IA no ensino por professores da área de Computação, com foco em abordagens, desafios e possibilidades formativas. E como objetivos específicos compreender de que forma a IA se relaciona com o ensino/educação, especialmente na docência em Computação; identificar as concepções de ensino e uso de IA discutidas na literatura para docentes da área de Computação; apontar desafios e potencialidades no uso ético da IA por docentes da área de Computação; e explorar os saberes pedagógicos considerados ne-

cessários para atuar com qualidade e criticidade no ensino em Computação tendo como ferramenta a IA. Metodologicamente, adota-se abordagem qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, orientada pela análise de documentos como Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) e de produções científicas recentes. O referencial teórico integra autores, como: Zygmunt Bauman, Paulo Freire, Stuart J. Russell, Pierre Lévy e Andrew Feenberg. Como resultados preliminares, observa-se um descompasso entre o avanço da IA na sociedade e sua baixa centralidade na formação em cursos de Computação, com predominância de abordagens técnicas, e lacunas na dimensão pedagógica e ética, refletidas em PPCs que ainda não incorporam plenamente suas aplicações educacionais. Espera-se, portanto, contribuir para o debate sobre a presença da IA nos currículos, fomentando práticas formativas que articulem inovação tecnológica, criticidade e compromisso social.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Superior. Currículo. Inteligência Artificial. Computação.

AS PERCEPÇÕES DE PROFESSORAS/ES DE ARTE NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Bruna Gois Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino, Políticas e Práticas Pedagógicas
brunagois89@uol.com.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Este estudo, em estágio de pesquisa em andamento, investiga a percepção social de professoras e professores de arte na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A justificativa ancora-se na necessidade de conferir visibilidade ao fazer docente diante de um cenário de "dupla invisibilidade", marcado pela marginalidade tanto da modalidade EJA quanto do componente curricular Arte no sistema educacional brasileiro. O objetivo geral consiste em compreender as percepções sociais desses docentes sobre suas práticas, discutindo o conjunto de saberes e habilidades necessários para a atuação nessa especificidade. O referencial teórico estabelece uma triangulação entre a teoria da ação de Pierre Bourdieu *(habitus* e campo), a dramaturgia social de Erving Goffman (performance e marcos) e a pedagogia libertadora de Paulo Freire, integrando-se à Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici e aos níveis de análise de Willem Doise. A metodologia segue uma abordagem qualitativa de natureza interpretativo-crítica, estruturada em três frentes de coleta: pesquisa documental de marcos regulatórios; análise de oito portfólios pedagógicos, compreendidos como instrumentos de reflexão-na-ação e documentos de identidade docente; e realização de quatro entrevistas narrativas que permitirão ao sujeito organizar sua trajetória profissional como um fluxo contínuo. Para o tratamento dos dados, utiliza-se a técnica de Análise do Discurso (AD), focando no "dito" e no "não-dito" para identificar formações discursivas e ideologias subjacentes. Os achados preliminares revelam uma pluralidade discursiva que transita entre o artivismo político, a práxis emancipatória e abordagens pragmático-curriculares. Observa-se, contudo, um silenciamento das linguagens de Dança e Música nos registros, sugerindo um receio institucional do "corpo festivo" e coletivo no contexto escolar. As considerações iniciais indicam que a prática pedagógica na EJA constitui um "campo de batalha" simbólico, onde a mediação docente atua como catalisadora da transformação da sala de aula em um espaço de criação, "respiradouro" e reinvenção de identidades para sujeitos historicamente silenciados.

PALAVRAS-CHAVE

Arte-Educação. Educação de Jovens e Adultos. Representações Sociais. Prática Docente. Inclusão.

CURIOSIDADE EPISTEMOLÓGICA E FORMAÇÃO EMANCIPATÓRIA: UMA ANÁLISE À LUZ DE PAULO FREIRE

Sandra Regina Afonso Mendes Pais
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
sandrareginaaf@hotmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

O presente trabalho decorre de investigação científica em andamento em nível de mestrado em Educação, conduzida com o intuito de estudar o conceito de curiosidade epistemológica, conforme definido por Paulo Freire, e como ele ocupa função central na construção de uma educação crítica e transformadora. Diferente da curiosidade ingênua, que se restringe ao senso comum e à percepção imediata, essa forma de curiosidade estimula o aprofundamento do olhar, incentivando a formulação de perguntas, a investigação rigorosa e a reflexão sobre o contexto vivido. Nesse sentido, este estudo parte do seguinte problema de Pesquisa qual é a dimensão da curiosidade epistemológica na pedagogia freireana, e como ela contribui para a construção de conhecimento crítico e emancipador? O presente trabalho tem como objetivo analisar o conceito de curiosidade epistemológica em Paulo Freire, destacando sua relevância para a formação crítica e emancipatória de sujeitos. Como desdobramentos, busca-se compreender o que significa curiosidade epistemológica a partir da obra freireana; investigar como esse conceito se articula com os pilares do diálogo, da conscientização e da autonomia; identificar decorrências do desenvolvimento da curiosidade epistemológica na prática educativa crítica; e estimular reflexões sobre como essa forma de curiosidade pode ser incentivada em contextos educativos contemporâneos. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa, de natureza teórica e bibliográfica, fundamentada na análise das obras de Paulo Freire e em interlocuções com a literatura da área educacional. Fundamentada na problematização e no diálogo entre educador e educando, a curiosidade epistemológica potencializa o desenvolvimento do pensamento crítico e o fortalecimento da autonomia dos estudantes. Esse movimento faz com que o estudante deixe de ser um receptor passivo para tornar-se sujeito ativo na construção do conhecimento. Assim, o professor assume a função de mediador do saber, promovendo espaços de escuta, participação e construção coletiva, essenciais para uma prática educativa comprometida com a transformação social. Como

resultados parciais, destaca-se a centralidade da curiosidade epistemológica como elemento estruturante de práticas pedagógicas críticas, evidenciando seu potencial para a formação de sujeitos autônomos e reflexivos. Espera-se que este estudo contribua para o aprofundamento das discussões sobre a educação emancipatória, especialmente no que se refere ao papel da curiosidade na constituição de processos formativos críticos em contextos contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE

Curiosidade Epistemológica. Paulo Freire. Educação Crítica. Autonomia. Prática Educativa.

METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO TEMÁTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE: CAMINHOS PARA O USO CRÍTICO DAS TDICs

Guilherme Mendes de Andrade
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: Cotidiano Escolar e Trabalho Pedagógico
guilherme.andrade@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Esta pesquisa de doutorado investiga como a Metodologia da Investigação Temática, proposta por Paulo Freire, pode contribuir para a formação contínua de professores, podendo favorecer a integração crítica das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) ao trabalho pedagógico. O estudo insere-se no contexto de mudanças educacionais e políticas nacionais que ampliam exigências digitais na docência, em cenário marcado por desigualdades de acesso, pressões por adaptação e tensões no uso pedagógico dessas tecnologias. Tal cenário evidencia fragilidades nos processos de formação contínua, marcados por abordagens tecnicistas e prescritivas. Relatórios e diagnósticos recentes sobre educação e tecnologia apontam a intensificação das demandas sobre o trabalho docente, situações de *tecnostresse* ligadas à sobrecarga e à pressão por adaptação digital, inseguranças e resistências diante da necessidade de inserir as TDICs nas aulas, além da crescente submissão do trabalho escolar a lógicas plataformizadas, performativas e impulsionadas por *big techs* educacionais. Diante dessa problemática, o objetivo da pesquisa é analisar de que modo a Metodologia da Investigação Temática pode indicar caminhos para o uso crítico das TDICs em processos formativos contextualizados e emancipatórios. O referencial teórico da pesquisa ancora-se na pedagogia crítica de Paulo Freire e dialoga com Henry Giroux, Francisco Imbernón, Kenneth Zeichner e Júlio Emílio Diniz Pereira, autores que compreendem o professor como sujeito histórico, transformador, orientado pelo diálogo, pela problematização da realidade e pela articulação da *práxis*. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, com caráter formativo, desenvolvida com professores da rede pública de ensino de Santos/SP. A proposta envolve encontros formativos a partir da Metodologia da Investigação Temática, contemplando o levantamento de temas geradores, a codificação, a descodificação, e a construção de estratégias pedagógicas voltadas ao uso crítico das TDICs, tendo em vista processos de conscientização e transformação da prática docente e social. A produção de

dados ocorrerá mediante registros reflexivos, narrativas docentes e interações a serem estabelecidas ao longo do processo formativo. Espera-se que a pesquisa contribua para a construção de processos de formação docente mais dialógicos, críticos e contextualizados, frente às racionalidades tecnicistas que permeiam o uso educacional das tecnologias, favorecendo práticas pedagógicas comprometidas com a transformação educativa e social.

PALAVRAS-CHAVE

Formação contínua. Metodologia da Investigação Temática. Tecnologia Educacional. Políticas Públicas.

DAS PERGUNTAS ÀS PRESCRIÇÕES: REVERBERAÇÕES DA RACIONALIDADE TÉCNICA NO ENSINO DE FILOSOFIA

Gabriel Jorge Rodrigues de Souza
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Critica: Praticas e formação
gabrieljorge@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A pesquisa em andamento investiga criticamente as concepções pedagógicas difundidas nos documentos oficiais da rede estadual paulista que orientam as aulas de Filosofia no Ensino Médio. Parte-se do entendimento de que, embora a disciplina permaneça formalmente no currículo, a centralidade atribuída à eficiência técnica, à padronização didática e ao controle por resultados tende a restringir o exercício do filosofar, reduzindo a docência a práticas instrumentais e enfraquecendo a formação crítica dos estudantes. O objetivo geral consiste em analisar como tais concepções incidem sobre o ensino de Filosofia e quais limites impõem à construção do pensamento crítico na escola pública. O estudo se ancora teoricamente na Pedagogia Crítica, em diálogo com Paulo Freire, Maria Amélia Santoro Franco, Sílvio Gallo e na Teoria Crítica. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, que articula revisão bibliográfica, análise interpretativa de documentos oficiais e, em etapa posterior, a possibilidade de desenvolvimento de uma pesquisa-ação pedagógica com professores de Filosofia da rede estadual. Entre os achados preliminares, observa-se a recorrência de orientações pedagógicas voltadas à performatividade, à homogeneização das práticas e ao esvaziamento do diálogo como princípio formativo. Em razão disso, a investigação busca contribuir para o debate sobre as condições concretas de realização de uma prática filosófica crítica e emancipadora na educação básica paulista.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogia Crítica. Rede estadual paulista. Ensino de Filosofia. Ensino Médio. Docência.

POLÍTICAS DE TECNOLOGIAS DIGITAIS: PODER, RACIONALIDADES E CONTRACONDUTAS

Karen Soares Iglesias
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Educação: Trabalho e Formação
kareniglesias@unisantos.br

RESUMO

Este estudo integra pesquisa de Doutorado em Educação, na linha de Políticas Públicas em Educação, sob orientação da Profª. Drª. Ivanise Monfredini. Tem por objetivo analisar a trajetória das políticas públicas de Tecnologias Digitais na educação básica, considerando as relações de poder, as racionalidades políticas e os mecanismos de contraconduta que atravessam esse processo. A partir de contribuições de teses e dissertações, evidencia-se que tais políticas não constituem iniciativas neutras de modernização, mas produções marcadas por disputas, interesses e formas de regulação. Os estudos indicam que as TD são frequentemente mobilizadas por discursos que as associam à inovação, à qualidade e à democratização do ensino (Esteves, 2018). Contudo, tais discursos tendem a ocultar limites estruturais, como insuficiência de infraestrutura, fragilidades na formação docente e ausência de planejamento articulado (Jesus, 2018; Cunha, 2018). Nesse contexto, observa-se a recorrência de políticas de caráter simbólico, cuja efetivação no cotidiano escolar é limitada. No plano das relações de poder, destaca-se a atuação de múltiplos atores na formulação dessas políticas, incluindo organismos internacionais, empresas privadas e redes de governança global (Grimm, 2018; Melo Neto, 2020). Esse cenário evidencia processos de heterarquização do Estado e reconfiguração das fronteiras entre público e privado, com a incorporação de lógicas de mercado e racionalidades gerencialistas na educação (Silva, 2018; Janke, 2018). A expansão de plataformas digitais intensifica essas dinâmicas, associando a educação à datificação e à mercantilização (Vieira, 2022; Balieiro, 2022). Quanto às racionalidades políticas, predomina uma concepção instrumental das tecnologias, orientada à eficiência e à resolução de problemas educacionais, sustentando práticas tecnocêntricas e solucionistas que desconsideram desigualdades de acesso e condições concretas das escolas (Velasco, 2022). Tal racionalidade também contribui para a produção de formas de governamento que deslocam responsabilidades para professores e estudantes, ampliando mecanismos de controle (Evangelista, 2017). Entretanto, a implementação dessas políticas não ocorre de forma linear. Evidenciam-se mecanismos de contraconduta, expressos na reinterpre-

tação e adaptação das diretrizes por sujeitos escolares (Lottermann, 2018; Silva, 2018). Essas práticas revelam a agência dos atores e indicam que as políticas são continuamente traduzidas nos contextos da prática. Conclui-se que as políticas de TD na educação básica constituem um campo de disputas, no qual se articulam diferentes racionalidades, interesses e formas de poder, demandando abordagens críticas que considerem as possibilidades de resistência no cotidiano escolar.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Educacionais. Tecnologias Digitais. Poder. Racionalidades. Contraconduta.

EDUCAÇÃO INTEGRAL NO ENSINO MÉDIO: CONFIGURAÇÕES, CONTRADIÇÕES E DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOS JOVENS

Cristiane Mello de Miranda Silva
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa: Educação e Política
cristiane.mello.silva@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Este trabalho de doutoramento em curso analisa criticamente as concepções de educação integral no Ensino Médio brasileiras, articulando-as à perspectiva de humanização em Paulo Freire e às disputas contemporâneas no campo educacional. Parte-se do entendimento de que o ser humano se constitui historicamente nas relações sociais, como sujeito inacabado e capaz de transformar a realidade por meio da práxis. Nesse horizonte, a educação assume papel central como prática ética, política e pedagógica voltada à formação da consciência crítica, à emancipação e à construção de uma sociabilidade orientada pela justiça social. O estudo problematiza a educação integral como um campo polissêmico, atravessado por distintas matrizes teóricas e ideológicas que disputam sentidos acerca da formação humana. Identificam-se concepções que vão desde abordagens humanistas e holísticas, centradas na formação plena, até perspectivas tecnicistas e funcionais, orientadas pela lógica do mercado. Também são analisadas concepções vinculadas à ampliação do tempo escolar, à cidadania, às políticas públicas, à educação do campo e às perspectivas críticas e transformadoras. Evidencia-se que tais concepções refletem projetos societários distintos, ora reforçando a formação emancipatória, ora reduzindo a educação a dimensões instrumentais. Por essa razão busca-se responder a seguinte questão: Quais concepções de educação integral no Ensino Médio emergem da produção acadêmica no período de 1988 a 2026? Quais as concepções hegemônicas e contra hegemônicas e como que apresentam como horizonte a formação integral dos jovens do Ensino Médio, numa perspectiva crítica e de justiça social? Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, por meio de um estado do conhecimento sobre a produção acadêmica entre 1988 e 2026, articulado a uma metanálise crítica qualitativa. Ancorada no materialismo histórico-dialético e na pedagogia freireana, a investigação busca apreender regularidades, contradições e tendências, compreendendo a educação integral como espaço de disputas epistemológicas e políticas. A pesquisa é fundamentada por Paulo Freire, Jaqueline Mol, Michael Apple, Alexandre Saul, Miguel Arroyo.

Conclui-se que a efetivação de uma educação integral comprometida com a humanização exige a superação de perspectivas reducionistas e a construção de práticas pedagógicas fundamentadas no diálogo, na autonomia e na justiça social. Nesse sentido, reafirma-se a necessidade de um humanismo radical que valorize a vida, a diversidade e a cooperação.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Integral. Ensino Médio. Educação crítico-libertadora. Estado do conhecimento. Paulo Freire.

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAJAZEIRAS–PB: DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EMANCIPATÓRIAS NO ENSINO FUNDAMENTAL II

Francisca Jorge de Sousa Gomes
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
fjorgepb@gmail.com

RESUMO

Este resumo de projeto de mestrado em Educação, intitulado *Políticas e Práticas de Formação de Professores no Sistema Municipal de Ensino de Cajazeiras–PB: desafios e possibilidades para a educação inclusiva e práticas pedagógicas emancipatórias no Ensino Fundamental II*, tem como objetivo geral analisar as políticas e práticas de formação de professores nesse sistema de ensino, investigando suas contribuições e limitações para a efetivação da educação inclusiva e de práticas pedagógicas emancipatórias. O estudo propõe-se a examinar, de modo específico, as contribuições e fragilidades da formação continuada, partindo da hipótese de que sua implementação ocorre de forma fragmentada, não atendendo plenamente às demandas concretas da sala de aula. A investigação centra-se na profissionalidade docente e busca oferecer subsídios para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas, transformadoras e contextualizadas. Metodologicamente, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, conforme Gil (2002), com o intuito de compreender como os docentes ressignificam as políticas públicas de formação continuada em seu cotidiano escolar. Como instrumentos de coleta de dados, serão utilizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas, visando analisar em que medida essas formações contribuem efetivamente para o fortalecimento da construção do conhecimento por parte dos alunos, com ou sem deficiência, promovendo sua emancipação social. Parte-se do entendimento de que o conhecimento, quando construído e não meramente reproduzido, constitui-se como instrumento de poder e transformação social. A pesquisa será fundamentada nas contribuições teóricas de Freire (2015), Nóvoa (2022), Tardif (2014), Pimenta (2012), Mantoan (2015), entre outros autores que venham a ser incorporados ao longo do estudo. O projeto demonstra forte aderência à área de "Educação e Formação" e à linha de pesquisa "Políticas e Práticas de Formação de

Professores", ao articular a análise das diretrizes normativas com a realidade da profissionalidade docente, visando à proposição de subsídios para práticas formativas mais democráticas e socialmente referenciadas. Espera-se, portanto, que a pesquisa contribua para a construção de um referencial teórico capaz de orientar de forma mais precisa a formação continuada, elevando o fazer docente a uma pedagogia da práxis, de caráter democrático e emancipador.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Continuada. Docência. Políticas Públicas. Inclusão. Democracia.

TERRITÓRIO, PODER E EDUCAÇÃO: A GEOGRAFIA CRÍTICA COMO PRÁTICA DE RESISTÊNCIA AO NEOFASCISMO

Daniela Mendes Pimenta
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Política
danielapimenta@msn.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Este trabalho analisa o avanço contemporâneo do neofascismo como um fenômeno vinculado às transformações estruturais do capitalismo e ao desgaste da racionalidade neoliberal. O objeto de estudo centra-se na compreensão do neofascismo como uma "máquina de ensino" e na potencialidade da educação geográfica crítica como proposta de resistência. A justificativa para esta investigação reside no fato de que o neoliberalismo atua como uma força pedagógica que molda subjetividades, limita a capacidade crítica e promove uma "máquina de desimaginação". Esse cenário, marcado pela ampliação das desigualdades e pela corrosão de direitos, abre espaço para discursos fascistas que manipulam emoções e constroem inimigos internos, atacando sistematicamente as instituições educacionais e a produção de pensamento crítico. O objetivo central é investigar de que maneira a educação geográfica, fundamentada na articulação entre poder, espaço e educação, pode contribuir para a construção de processos de resistência e emancipação frente ao avanço autoritário. O referencial teórico ancora-se em Henry Giroux, para a crítica ao maquinário neoliberal, e em Jason Stanley, para a análise dos mecanismos da política fascista. A base estruturante da proposta é a tríade composta por Michel Foucault, Milton Santos e Paulo Freire. Em Foucault, mobilizam-se os conceitos de poder, parresia e o governo de si. Em Milton Santos, adota-se a leitura do espaço geográfico como instância ativa na produção de desigualdades, articulando técnica, tempo e razão. Em Paulo Freire, utiliza-se a crítica à educação bancária em favor de uma pedagogia problematizadora como prática da liberdade. A metodologia fundamenta-se no Esquema Paradigmático, conforme proposto por Gamboa, que permite integrar níveis e pressupostos na formulação da resposta a uma pergunta da pesquisa. Tal percurso envolve a produção de cartografias críticas e o método de palavras-chave freireanas para problematizar o espaço vivido, assumindo uma postura epistemológica não neutra e orientada à emancipação. Os achados preliminares indicam que o neofascismo opera como um dispositivo de (des)educação que busca colonizar as subjetividades e produzir sujeitos

passivos. Entretanto, a convergência entre Foucault, Santos e Freire oferece um antídoto eficaz ao promover a “parresia pedagógica”, o desvelamento das verticalidades e horizontalidades do território e a conscientização dialógica. Conclui-se que a Geografia Crítica assume papel estratégico ao transformar a escola em um espaço onde o saber se constitui como meio de emancipação e a leitura do mundo é condição para a justiça social.

PALAVRAS-CHAVE

Espaço geográfico. Justiça social. Pedagogia problematizadora. Racionalidade neoliberal. Subjetivação.

ALFABETIZAÇÃO CRÍTICA, ALFABETIZAÇÃO EMANCIPADORA: O ESTADO DA QUESTÃO EM TESES E DISSERTAÇÕES

Tiago Efrem Andreeta
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação
tiagoefrem@unisantos.br
Agência financiadora: CAPES

RESUMO

Este trabalho surge do levantamento do estado da questão para construção de tese de Doutorado sobre alfabetização crítica, com base em Freire (1967, 1989). Para compreender o como o assunto se apresenta nas pesquisas atuais, delimitou-se o período entre os anos de 2020 e 2026, fazendo buscas em bases eletrônicas, especificamente o Catálogo de Teses e Dissertações da Capes e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, que armazenam produções resultados de cursos de Pós-graduação Stricto Sensu. A opção por esse setor específico se deu por conta da consideração do tempo disponibilizado para o levantamento mais cuidadoso dos dados na pesquisa, possivelmente apresentando informações mais consistentes, em detrimento de artigos científicos que podem ser produzidos com partes de pesquisas ou certames mais breves. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico e, embora houvesse necessidade de quantificação, construiu-se uma pesquisa qualitativa, por meio da análise dos resultados, leitura dos resumos e, quando necessário, do trabalho de forma mais aprofundada, conforme defendem Nóbrega-Therrien e Therrien (2004). A pesquisa foi realizada com busca ao termo “alfabetização crítica”, culminando, somados os resultados das duas bases citadas, em 10 (dez) dissertações e 4 (quatro) teses. Para delimitar os resultados, foram acrescidos “Freire” “leitura” “escrita” (sem vírgulas ou caracteres especiais, mas com uso de aspas para definir os termos tais quais os digitados), reduzindo a 2 (duas) dissertações e 2 (duas) teses. Em seguida, o mesmo processo foi realizado com o termo “alfabetização emancipadora” chegando a 2 (duas) dissertações somente; ao inserir os demais termos utilizados na primeira etapa, os resultados foram 0 (zero). Após consulta aos documentos restantes, observou-se que, ao tratar de “alfabetização crítica”: a) ambas as dissertações referiam-se ao trabalho com jovens e adultos; b) uma tese trata da linguagem, mas vinculada à alfabetização em ciências; c) uma tese refere-se ao trabalho com a alfabetização crítica de Freire ao analisar o currículo de uma rede municipal. Ao tratar do termo “alfabetização emancipadora”, apesar do resultado nulo, consultou-se uma dissertação que

apareceu em mais de um momento da pesquisa, observando que, apesar de tratar da análise de livro didático, faz relação com a teoria de Freire. Assim, concluiu-se, ainda de forma não definitiva, que o tema da alfabetização crítica de Freire não é objeto de pesquisa esgotado no cenário atual, tão impregnado do neoliberalismo na educação, que dita a forma como deve acontecer, ainda que indiretamente, sendo necessário avançar no tema proposto.

PALAVRAS-CHAVE

Alfabetização crítica. Alfabetização emancipadora. Estado da Questão.

POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NO ESTADO DE SÃO PAULO: ANÁLISE DO PROGRAMA MULTIPLICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ROTINA ESCOLAR

Thábata Persinotti Martini
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas públicas educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
thabatamartini@hotmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A pandemia do coronavírus, iniciada em 2020, teve como uma de suas consequências a intensificação do movimento da educação pública para fórmulas empresariais privadas. No estado de São Paulo, especialmente a partir da gestão de Tarcísio de Freitas em 2023, observa-se um aumento significativo de investimentos em plataformas educacionais digitais, justificadas pelo discurso de promoção de uma educação de maior qualidade para os estudantes. Nesse contexto, as políticas de formação continuada de professores também passam a ser orientadas por essa lógica. A Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação "Paulo Renato Costa Souza" (EFAPE), criada em 2009, tem como objetivo qualificar os profissionais da educação da rede estadual por meio da prática pedagógica e do uso de tecnologias, sendo atualmente um dos principais instrumentos dessas políticas, com ampliação de seus métodos e plataformas. Inserido nesse cenário, foi criado, em 2023, o Programa Multiplica, cuja proposta central é a formação docente baseada na troca de experiências entre pares da mesma área de conhecimento. No entanto, ao operar com pautas previamente estruturadas pela SEDUC, tal programa tende a limitar e obstaculizar a autonomia docente. Essa dinâmica, ainda que apresentada como dialógica, distancia-se da concepção freireana de diálogo, entendida como prática crítica, horizontal e emancipadora, podendo configurar-se como um processo de padronização formativa. Além disso, cabe problematizar o caráter potencialmente excludente dessa política de formação docente, uma vez que a participação no Programa Multiplica figura como uma das premissas para a avaliação de desempenho, instituída pelo governo Tarcísio de Freitas em conjunto com o secretário da Educação, Renato Feder. Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo ampliar o debate sobre essa política pública de formação docente implementada na SEDUC/SP, a partir de uma perspectiva crítico-emancipatória. Para isso, mobiliza como principais referenciais teóricos Paulo Freire, Michael Apple e Henry Giroux,

articulando suas contribuições à análise de documentos oficiais e à experiência profissional da pesquisadora na rede estadual de ensino. A metodologia adotada consiste em uma abordagem qualitativa, com análise bibliográfica e documental. Os dados resultantes da pesquisa bibliográfica serão analisados à luz do quadro teórico selecionado. Com essa pesquisa, pretende-se fazer uma denúncia da objetificação dos professores e estudantes frente à SEDUC/SP e refletir sobre possibilidades de resistência.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Docente. Política Pública Educacional. Paulo Freire. Programa Multiplica.

A MEDIAÇÃO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E SEUS IMPACTOS NA DOCÊNCIA: IMPLICAÇÕES PARA A DEFESA DA DEMOCRACIA NO ENSINO TÉCNICO

Benito Piruk Nuñez
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
mscpiruk@gmail.com

RESUMO

O presente resumo analisa as concepções de avaliação e docência implicadas no uso da Inteligência Artificial (IA) como assistente avaliativo no ensino técnico, a partir de uma abordagem qualitativa de caráter documental. O estudo fundamenta-se na análise de marcos normativos da educação brasileira, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), a Base Nacional Comum para a Formação de Professores (2019), as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional e Tecnológica (2021), a BNCC Computação (2022) e documentos institucionais do Centro Paula Souza (2023). A análise evidencia que tais documentos orientam uma concepção de avaliação formativa, contínua e qualitativa, articulada à centralidade da docência como mediação crítica e pedagógica. No entanto, a incorporação da IA como assistente avaliativo introduz tensões, ao privilegiar padrões algorítmicos, métricas quantitativas e processos automatizados que podem reduzir a complexidade da aprendizagem. Embora a IA seja frequentemente apresentada como neutra, sua aplicação na avaliação não é neutra no exercício docente, pois reconfigura práticas, desloca a autonomia do professor e redefine critérios de validação do conhecimento. Em contraste com o ensino tradicional, historicamente marcado por avaliações classificatórias, a mediação por IA pode tanto intensificar a racionalidade técnica quanto, se criticamente apropriada, contribuir para práticas mais reflexivas. À luz de Lucia Santaella "Os algoritmos sonham por nós" (2022), compreende-se que os algoritmos operam por correlações probabilísticas que não capturam dimensões qualitativas da aprendizagem, exigindo interpretação pedagógica. Já Paulo Freire "Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa" (1996), sustenta uma concepção de docência como prática emancipadora, na qual a avaliação deve promover autonomia, diálogo e criticidade. Nesse sentido, a relação entre IA, ensino técnico e avaliação revela implicações diretas para a democracia, ao tensionar processos formativos entre controle e emancipação. Conclui-se que a defesa de uma educação democrática exige a ressignificação crítica da IA, assegurando a centralidade da docência e a construção

de práticas avaliativas comprometidas com a formação de sujeitos críticos.

PALAVRAS-CHAVE

Inteligência Artificial. Avaliação Educacional. Docência. Democracia. Ensino Técnico.

PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Daniel Dias de Almeida
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
daniel.dias.almeida@unisantos.br

RESUMO

O presente resumo refere-se a um projeto de pesquisa do Mestrado Stricto Sensu em Educação, desenvolvido na Universidade Católica de Santos, no Grupo Educação e Formação na Cibercultura em perspectiva decolonial, intitulado "Formação Continuada e Práticas de Alfabetização nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental: O Programa Alfabetiza Cajazeiras no Estado da Paraíba". Este projeto pretende investigar as complexas interações entre as políticas públicas de formação docente e a realidade das salas de aula. Entende-se que a docência contemporânea é atravessada por múltiplas pressões institucionais e regulatórias que exigem uma revisão constante dos saberes profissionais, especialmente no campo da alfabetização, onde os índices de desempenho escolar ganham centralidade. Inicialmente, busca-se compreender como as ações do Programa Alfabetiza Cajazeiras incidem sobre a (re)configuração da prática pedagógica dos professores que atuam nos 1º e 2º anos do Ensino Fundamental, questionando se tais ações promovem mudanças efetivas ou se operam apenas como mecanismos de padronização do trabalho docente. O aporte teórico considera as contribuições de António Nóvoa, Francisco Imbernón, Maurice Tardif, Paulo Freire, Philippe Perrenoud e Magda Soares, dentre outros que compreendam o processo de Alfabetização como um caminho para redução das desigualdades e efetivação da democracia. A metodologia envolve a investigação qualitativa, aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas e estudo de caso, por compreender que os processos de formação continuada de professores e a (re) configuração das práticas docentes no campo da alfabetização constituem fenômenos complexos, atravessados por dimensões subjetivas, institucionais, históricas e políticas, que não podem ser reduzidos a relações causais ou a indicadores mensuráveis e não podem ser analisadas de forma isolada das condições institucionais, das culturas escolares, das orientações curriculares e das políticas educacionais que atravessam o cotidiano dos professores. Ao reconhecer o professor como agente ativo no processo formativo, o estudo contribui para o fortalecimento de políticas públicas direcionadas a alfabetização, mais sensíveis que compreendam o movimento de alfabetizar como

premissa necessária para a construção da democracia e possibilite a todos os indivíduos a garantia de direitos comprometidas com a aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Continuada. Prática Docente. Alfabetização. Programa Alfabetiza Cajazeiras.

A EXCLUSÃO APROPRIADA PELA ESCOLA

Shana Krindges
Universidade Católica de Santos
Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas e Gestão Educacional
shanakrindges@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A escola mantém um papel importante na reprodução das formações sociais, fundamental para manter as relações capitalistas de produção. E, ao considerarmos as classes economicamente desfavorecidas, a escola esteve presente na reafirmação da exclusão social. Silva e Giovedi (2022, p.3) corroboram tais ideias ao afirmarem: "a história da educação brasileira é a da exclusão dos pobres dos bancos escolares.". Porém, afirma Silva Jr. (2016), a escola pública deveria ser orientada pela lógica do direito à educação. Mas o que nos apresenta é uma escola como reflexo da sociedade que exclui o pobre ao promover a "hierarquização das culturas que legitimou e continua legitimando as hierarquias sociais." (Arroyo, 2017, p.178). Nesse sentido destacam-se as práticas de sala de aula construídas a partir de um currículo oficial conteudístico determinado desde o mais alto órgão do sistema educacional que se lhes enrijece e a resumem em transmissão mecânica e descontextualizada de "conhecimento". Conforme Freire (2021), nessa educação bancária o educando é treinado para o desempenho das destrezas, sob a presença permanente da malvadez neoliberal. As avaliações e reprovações reforçam a exclusão por meio de práticas punitivas aos que mais precisam de escola, com a justificativa de que sua utilização é necessária para o aprendizado dos estudantes. O medo do fracasso causado pelo uso repressivo da avaliação como forma de controle e punição gera uma submissão dos estudantes ao sistema que lhes oprime. A avaliação, articulada com a reprovação, contribui para um processo de seletividade independentemente da aprendizagem (Luckesi, 2013). Vasconselos (2014) chama nossa atenção para os altos índices de reprovação escolar e suas implicações no fracasso escolar. A exclusão do estudante da escola, principalmente no que diz respeito aos educandos provindos das camadas populares, configura-se na expulsão dos incluídos. O estudante ingressa na escola, mas os mecanismos excludentes nela inseridos vão agindo até a sua expulsão. Para Patto (1999), a visão dominante de mundo, a estrutura de poder e a burocracia constituem um *modus operandi* nas instituições educacionais compatível com a ordem instituída, reprodutora de desigualdade. Escolas e seus sujeitos constituintes, especialmente gestores,

professores e funcionários, conscientes ou não de suas práticas, alicerçadas em princípios da sociedade capitalista, reproduzem situações de exclusão que afastam os pobres das escolas.

PALAVRAS-CHAVE

Escola. Exclusão. Educação.

ENTRE A ATUAÇÃO PROFISSIONAL E A DOCÊNCIA DA PROFISSÃO: UM OLHAR (AUTO)BIOGRÁFICO SOBRE A IDENTIDADE DOCENTE EM LOGÍSTICA

Everaldo Luiz Alves de Souza dos Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
everaldo.santos@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A presente pesquisa, em andamento, investiga a constituição da identidade docente no campo da Logística, tomando como referência a trajetória formativa e profissional do pesquisador. Parte-se do entendimento de que a docência na educação superior, especialmente em áreas tecnológicas e profissionais, é marcada por tensões entre a identidade construída na atuação técnica e a identidade docente em formação. Nesse contexto, o estudo problematiza: o que um olhar (auto)biográfico desvela entre a atuação profissional e a formação da identidade docente em Logística? O objetivo geral é compreender, a partir de uma abordagem (auto)biográfica, como se constitui a formação da docência na educação superior em Logística. Como objetivos específicos, busca-se reconstruir experiências formativas e profissionais relacionadas ao campo logístico; analisar articulações, tensões e contradições entre a identidade profissional e a identidade docente; e indicar desafios e possibilidades para a formação pedagógica de docentes dessa área. A pesquisa adota abordagem qualitativa de orientação hermenêutico-dialética, fundamentada na análise documental, revisão bibliográfica narrativa e escrita (auto)biográfica. O estudo dialoga com o campo da pedagogia universitária tendo como referencial Roberto Rabelo e com outros autores como Claude Dubar, ao discutir identidade profissional; Carolina da Costa Santos, no debate sobre identidade docente universitária; e António Nóvoa, na compreensão da formação docente como processo ético, político e experiencial. Os achados preliminares indicam que muitos docentes de cursos superiores de tecnologia em Logística ingressam na carreira a partir de experiências técnicas, sem formação pedagógica específica, o que gera dificuldades relacionadas à mediação didática, ao planejamento do ensino e à articulação entre teoria e prática. Além disso, evidencia-se que a lógica produtivista e mercadológica presente na área influencia a construção da identidade docente, frequentemente reduzindo a docência ao domínio técnico. Nesse sentido, a escrita

(auto)biográfica mostra-se um importante dispositivo de reflexão crítica e autoformativa, permitindo ressignificar experiências e compreender a docência como prática humanizadora.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Superior. Identidade docente. Logística. (Auto)biografia. Pedagogia universitária.

FORMAÇÃO CIDADÃ E DEMOCRACIA NO COTIDIANO ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Clariana Romeu
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas
clariana.romeu@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A formação cidadã no contexto escolar configura-se como um dos principais desafios da educação contemporânea, especialmente em um cenário marcado por tensões políticas, sociais e institucionais. Nesse sentido, compreender como a cidadania é concebida e vivenciada no cotidiano escolar torna-se fundamental para a análise das práticas educativas e de suas potencialidades formativas. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as percepções e representações sociais dos profissionais da educação acerca de sua função social na consolidação da cidadania dos educandos no chão da escola. Fundamenta-se teoricamente na Teoria das Representações Sociais (Moscovici), na Teoria da Ação (Bourdieu) e nos estudos sobre identidade profissional (Dubar), dialogando com a pedagogia crítica de Paulo Freire e com as contribuições da profissionalização docente e as pedagogias de inclusão de Abdalla. Metodologicamente, adota uma abordagem triangulada, articulando: (i) metassíntese da literatura, visando identificar tendências e categorias recorrentes; (ii) investigação quantitativa, por meio de questionário estruturado aplicado a profissionais da educação; e (iii) análise qualitativa de entrevistas narrativas, interpretadas à luz da análise de conteúdo. Como estratégia complementar, utiliza-se análise lexical para identificação de padrões discursivos. Os dados foram organizados em seis eixos analíticos: concepções de cidadania; papel do professor; práticas pedagógicas; currículo; formação docente; e condições institucionais. Os resultados evidenciam consenso quanto à centralidade da escola e do professor na formação cidadã, sendo a cidadania compreendida como prática relacional, construída nas interações cotidianas por meio do diálogo, da escuta e da participação. Entretanto, identificam-se tensões entre currículo prescrito e práticas escolares, além de lacunas na formação docente e limitações impostas pelas condições institais. Conclui-se que a consolidação da cidadania não se reduz às diretrizes curriculares, constituindo-se como processo social vivido no cotidiano escolar, influenciado por múltiplos fatores. A pesquisa contribui ao evidenciar a necessidade de articulação entre políticas públicas, formação docente e

práticas pedagógicas, reafirmando a educação como espaço privilegiado de construção democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Representações Sociais. Educação. Cidadania. Formação Docente. Identidade Profissional.

QUANDO APRENDER SE TORNA DESAFIO: A PRÁTICA PEDAGÓGICA EM QUESTÃO

Claudia Maria Mendes de Sá
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
claudiasa016@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Este resumo apresenta um recorte da pesquisa em andamento no Mestrado em Educação, intitulada: "Dificuldades de aprendizagem: quais são os impactos na prática pedagógica do professor?" Este trabalho apresenta as dificuldades de aprendizagem e seus desdobramentos no cotidiano docente, articulando-se ao debate sobre Educação e Pesquisa em tempos de defesa da democracia, ao reconhecer a pesquisa educacional como instrumento de fortalecimento do direito à aprendizagem e da equidade. Parte-se da questão-problema: como Freire, Candau e Arroyo podem contribuir para a compreensão e o enfrentamento das dificuldades de aprendizagem? O objetivo consiste em analisar como a teoria desses autores pode subsidiar a identificação dessas dificuldades e a reorganização da prática pedagógica, compreendendo que tais dificuldades não podem ser reduzidas a explicações individualizantes, mas devem ser analisadas à luz das relações pedagógicas, sociais, culturais e institucionais que atravessam o processo educativo. A fundamentação teórica ancora-se na pedagogia crítica de Paulo Freire, que compreende a educação como prática de liberdade e como processo de conscientização, defendendo a reflexão crítica sobre a prática como elemento central da transformação pedagógica (*Pedagogia do Oprimido*, 1968; *Pedagogia da Autonomia*, 1996). Nessa perspectiva, a prática pedagógica se constitui como práxis, entendida como a articulação indissociável entre ação e reflexão sobre a realidade, orientada para sua transformação, o que implica reconhecer o professor como sujeito que problematiza sua própria prática e compreende que as dificuldades de aprendizagem podem emergir de propostas pedagógicas que não dialogam com os saberes dos educandos. Em diálogo com essa abordagem, Vera Candau enfatiza a educação intercultural como campo de reconhecimento das diferenças, defendendo práticas pedagógicas que rompam com a lógica da homogeneização e assumam a diversidade como constitutiva do processo educativo (*Educação intercultural e cotidiano escolar*, 2008). Tal perspectiva evidência que a não valorização das múltiplas identidades, culturas e experiências dos estudantes pode produzir ou intensificar dificuldades

de aprendizagem no contexto escolar. Complementarmente, Miguel Arroyo contribui ao compreender os sujeitos escolares como portadores de direitos e trajetórias marcadas por desigualdades sociais, históricas e culturais, indicando que a prática pedagógica deve reconhecer essas marcas e se comprometer com a construção de condições efetivas de aprendizagem (*Imagens quebradas*, 2004). A partir dessa compreensão, as dificuldades de aprendizagem são compreendidas como expressões de processos educativos que, muitas vezes, desconsideram os contextos de vida dos estudantes. Nesse sentido, os desafios no processo de aprender são compreendidos como expressões de processos educativos que, muitas vezes, desconsideram os contextos de vida dos estudantes e demandam mediações sensíveis, escuta atenta e reorganização das práticas docentes. Considera-se, assim, a necessidade de uma pedagogia que articule reflexão crítica, valorização das singularidades e compromisso com a inclusão, deslocando o foco da dificuldade como déficit individual para uma abordagem pedagógica, socialmente situada e comprometida com a construção de uma educação democrática, equitativa e humanizadora.

PALAVRAS-CHAVE

Dificuldades de Aprendizagem. Prática Pedagógica. Pedagogia Crítica. Inclusão. Democracia.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SANTOS: ACESSO E PERMANÊNCIA (O PROPOSTO, O ESCRITO E O PRATICADO)

Ana Claudia da Silva Felix
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Educação: trabalho e formação
anaclaudiafelix@unisantos.br

RESUMO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) ao longo de sua trajetória vem buscando firmar seu lugar como política pública. Nos textos da Constituição Federal (Brasil, 1988) e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) foi afiançado que todos tenham acesso à educação, bases essas, impulsionadas pelos movimentos sociais, sociedade civil, órgãos e os movimentos internacionais. Nesse sentido, o objetivo dessa pesquisa é analisar as políticas da EJA na Rede Municipal de Ensino de Santos entre 2010 e 2022, considerando os seguintes contextos: o texto, o dito e o praticado. O aporte teórico se inspira nos "Ciclos de Políticas" de Ball e Mainardes (2011) e Souza (2009) com sua perspectiva sociológica, além das contribuições pedagógicas, da educação crítica e popular de Freire (1961, 1967, 1981, 1982, 1985, 1987, 1989, 1992, 1996, 1997, 2000, 2001, 2003, 2006, 2023); nas políticas de acesso e permanência no atendimento da EJA. Estabelece diálogo com a pesquisa qualitativa em Minayo (2007, 2008, 2012, 2017), Deslandes (2007), Chizzotti (2018) e Pimentel (2001). Utiliza os dados fornecidos pelo Censo Escolar, IBGE e outras fontes oficiais para, no final, estabelecer uma análise crítica entre as informações obtidas, políticas em vigor e real concretude da política. Este estudo se justifica pela relevância social dos grupos e comunidades sub-representados no acesso e permanência à educação. A análise preliminar demonstra rupturas nas políticas públicas municipais na Rede de Ensino de Santos, além de lacunas entre o que é proposto, escrito e praticado. Há ausência de propostas para a modalidade nos planos de governo. Em relação ao escrito, observa-se diminuição de intenção destinado ao acesso e permanência para EJA nos Planos Municipais de Educação de Santos. Quanto ao praticado, os relatórios de avaliação são pouco esclarecedores pela falta e até mesmo ausência de informações que comprovem seu alcance e abrangência.

PALAVRAS-CHAVE

EJA. Políticas Públicas. Acesso. Permanência.

DOCENCIA E SAÚDE MENTAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: UM ESTUDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE PROFESSORES

Thânata Robert Andrade
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
senac.randrade@gmail.com

RESUMO

A docência na educação superior brasileira enfrenta desafios que extrapolam os limites da sala de aula, envolvendo dimensões históricas e políticas. Além disso, as universidades convivem com pressões regulatórias e mercadológicas que impactam diretamente a autonomia e as práticas pedagógicas. Desse modo, a saúde mental de docentes da educação superior tem se configurado como tema preocupante no campo da educação, devido ao aumento significativo dos índices de adoecimento mental entre profissionais da área. Este resumo decorre de pesquisa de mestrado em Educação, em fase inicial, e a pergunta que norteia a investigação é: quais são as percepções de professores da educação superior sobre possíveis impactos do trabalho docente em sua saúde mental? O objeto de pesquisa envolve docentes da educação superior, atuantes em cursos da graduação, que trabalham em sala de aula há mais de 10 anos. Como objetivo geral, busca-se evidenciar as percepções de professores da educação superior sobre possíveis impactos do trabalho docente em sua saúde mental, considerando os significados atribuídos por eles às suas condições de trabalho e à docência. Objetivos específicos: I. Explorar e indicar fatores relacionados à docência na educação superior que podem implicar na saúde mental de professores desse segmento; II. Descrever percepções de professores da educação superior sobre a relação entre a docência e a saúde mental; III. Explorar, a partir da narrativa de professores da educação superior, situações de bem-estar, estresse ou sofrimento relacionadas à docência na educação superior; IV. Investigar como as condições do trabalho docente são percebidas pelos professores em relação à sua saúde mental; V. Apontar possíveis caminhos ou estratégias para a promoção do bem-estar e da saúde mental no contexto da educação superior. A pesquisa tem abordagem qualitativa, adotando como métodos a revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, visando compreender as percepções de professores sobre os impactos do trabalho docente na saúde mental. A fundamentação teórica deste estudo ancora-se em autores da Pedagogia Crítica, que compreendem o fenômeno educativo como prática social, histórica e

política. Dialoga-se, portanto, com António Nóvoa, Dermeval Saviani, Maria Isabel de Almeida, Paulo Freire, Selma Garrido Pimenta, entre outros. A pesquisa pretende contribuir, para o debate acadêmico sobre a valorização do trabalho docente, a construção de políticas e práticas que favoreçam condições de trabalho mais humanas, bem como identificar estratégias e possibilidades de promoção do bem-estar no contexto universitário.

PALAVRAS-CHAVE

Docência na Educação Superior. Pedagogia Universitária. Saúde Mental. Trabalho Docente.

O DESAFIO DA AUTORIA E A ÉTICA NO USO DE INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS GENERATIVAS: REFLEXÕES PARA A DOCÊNCIA EM PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Rodrigo Schmitz Leitão de Almeida
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
rxmitz@gmail.com

RESUMO

A rápida consolidação das inteligências artificiais (IAs) generativas, como ChatGPT e Adobe Firefly, tem imposto novos paradigmas à educação superior, especialmente no campo da comunicação. Esta pesquisa, derivada de um estudo de mestrado em andamento, investiga uma lacuna crítica no cenário atual: quais as novas dinâmicas de autoria e os impactos na prática docente que emergem com o uso das ferramentas de inteligências artificiais generativas nas matérias criativas em cursos de Publicidade e Propaganda? O objetivo é investigar, por meio da literatura especializada, como a integração da inteligência artificial generativa influencia o exercício da autoria discente e exige novas posturas pedagógicas dos docentes em disciplinas criativas na educação superior, com foco nos cursos de Publicidade e Propaganda. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, utilizando a revisão sistemática de literatura como principal procedimento metodológico, com recorte temporal a partir de 2022, quando as IAs generativas começaram a se consolidar no campo educacional. A fundamentação teórica articula-se com estudos sobre docência na educação superior, pedagogia universitária, tecnologias digitais e ética na educação, com destaque para os trabalhos de Selma Garrido Pimenta, Francisco Imbernón, José Manuel Moran, José Contreras, Pérez Gómez, Manuel Castells, Lucia Santaella, Roberto Vasques Rabelo e para os documentos da UNESCO sobre o uso ético da inteligência artificial na educação. A investigação procura compreender como essas ferramentas, integradas ao cotidiano acadêmico por meio de plataformas digitais, instauram novas dinâmicas de autoria e influenciam a atuação docente, o processo de ensino-aprendizagem e as práticas pedagógicas nas áreas criativas dos cursos de Publicidade e Propaganda. Os resultados esperados incluem a sistematização das contribuições da literatura especializada e a proposição de caminhos para uma mediação docente que promova o uso ético, crítico e criativo das inteligências artificiais generativas na educação superior, assegurando o protagonismo do estudante frente às automações tecnológicas.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Superior. Docência Universitária. Publicidade e Propaganda. Inteligência Artificial Generativa. Disciplinas Criativas.

RESSIGNIFICAÇÃO DAS RELAÇÕES ETNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Kennedy Ferreira de Carvalho
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
kennedyartoria@gmail.com

RESUMO

Este resumo é uma apresentação do projeto de pesquisa de Mestrado Stricto sensu em Educação, em fase inicial, na Universidade Católica de Santos, no Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura em perspectiva decolonial. O trabalho tem como objetivo investigar a formação de professores da Educação Infantil no âmbito das Relações étnico-raciais (ERER), com foco nos desafios e possibilidades do cotidiano escolar. O problema central da questão reside no distanciamento entre as determinações legais (Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 - estabelecem a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena em todas as escolas) e as práticas cotidianas, que ainda se mostram fragmentadas e, por vezes, reprodutoras de modelos euro centrados**.** A fundamentação teórica destaca que o silenciamento e a falta de identidade docente comprometem a efetivação da prática da Educação das Relações étnico-raciais no cotidiano escolar. A pesquisa apoia-se em Tardif (2014) ao entender que o saber docente é construído entre conhecimentos acadêmicos e saberes da experiência. No que se refere à metodologia, a pesquisa utiliza abordagem qualitativa e o Estudo de Caso, explorando a compreensão e os sentidos que os docentes atribuem a esse trabalho no ambiente escolar, fundamentado em Yin (2001) e Bogdan e Biklen (1994), que prioriza o significado que os participantes atribuem às suas experiências. A coleta de dados utilizará entrevistas, observações e análise de documentos. O tratamento das informações será desenvolvido mediante Análise de Conteúdo Temática, segundo Bardin (2016), e envolve desvelar sentidos, contradições, silêncios e barreiras apresentados no discurso e práticas dos docentes. O estudo pretende ainda fortalecer políticas de formação que promovam equidade e justiça racial desde os primeiros anos de vida. Pela perspectiva decolonial, entende-se que o enfrentamento de práticas eurocêntricas faz-se necessário, tornando urgente a superação de padrões que invisibilizam negros e indígenas no currículo escolar formal. A relação entre o projeto e a defesa da democracia se dá pela defesa de uma prática no cotidiano escolar de forma emancipatória, comprometida com a superação da desigualdade e a afirmação de identidades historicamente marginalizadas, e

assim promover equidade. Ao propor uma formação docente crítica, viabilizando o reconhecimento da diversidade como princípio formativo, o estudo vem fortalecer os pilares democráticos ao combater o racismo na primeira infância. Promover justiça racial na educação é um ato de fortalecimento das instituições democráticas e da cidadania, essenciais para a construção de uma sociedade verdadeiramente plural e democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Relações Étnico-raciais. Equidade. Cidadania. Políticas Antirracistas. Democracia.

A FUNÇÃO SOCIAL DAS INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS NO BRASIL

Moisés Elias Marques Tenfen
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
m.elias@unisantos.br
Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
robertovasquesrabelo@gmail.com

RESUMO

As Instituições Comunitárias ocuparam ao longo da história uma função significativa na expansão da Educação Superior, especialmente nas regiões afastadas dos grandes centros urbanos, consolidando-se como espaços de formação acadêmica e desenvolvimento regional, a partir de iniciativas coletivas e comunitárias. Entretanto, com as transformações contemporâneas marcadas pela mercantilização da educação superior e pelas mudanças no mundo do trabalho, surgiram tensões e questionamentos que têm implicado nas práticas e instituições escolares de nível superior. Diante disso, esta pesquisa de Mestrado em Educação, em fase inicial, tem como problema a seguinte questão: Como a função social das Instituições Comunitárias tem mudado ao longo do tempo e quais os seus limites e possibilidades diante dos desafios contemporâneos à Educação Superior no Brasil? Desse modo, este estudo tem como objetivo compreender a função social das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES) brasileiras, considerando a realidade da educação superior no país e especificamente busca-se: (I) analisar historicamente a constituição e a evolução dessas instituições, (II) identificar o modelo delas a partir de seus fundamentos jurídicos, políticos e sociais, (III) investigar as relações entre função social e sustentabilidade e, por fim (IV) indicar as possíveis reconfigurações da função social diante de tendências como mercantilização da educação. A pesquisa adota abordagem qualitativa e, tem como procedimentos metodológicos a análise documental e a revisão bibliográfica. Como fundamentos teóricos, a pesquisa dialoga com os campos da Pedagogia Universitária e da Sociologia Crítica, de modo a analisar os con-

dicionantes sociológicos contemporâneos que implicam nos fundamentos da educação superior no Brasil. Espera-se que os resultados dessa investigação venham a contribuir para ampliar a compreensão crítica acerca do papel desempenhado pelas Instituições Comunitárias de Educação Superior no país, evidenciando tensões, permanências e transformações relacionadas à sua identidade e ao seu compromisso social.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Superior. Instituições Comunitárias de Educação Superior. Pedagogia Universitária. Função Social. Sociologia Crítica.

MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO E TRABALHO DOCENTE: LIMITES AO PODER DE AGIR NA EDUCAÇÃO

Mariana Márcia Rezende da Costa
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Política
marianarezende@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

O presente estudo deriva de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento que se insere no debate contemporâneo acerca dos impactos de movimentos conservadores na educação brasileira, tendo como foco o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Nesse contexto, tem como objetivo analisar os efeitos de suas proposições sobre o "poder de agir" (Clot, 2010) e a subjetividade dos professores. Fundamentado na tradição marxiana (Marx, 2023), o estudo compreende o trabalho como categoria central da vida social, constituindo-se como mediação entre o ser humano e a natureza e assumindo dimensões produtivas e formativas. Nessa perspectiva, autores como Lessa (1999; 2007) e Trinquet (2022) destacam seu caráter ontológico, o qual, no campo da educação, assume especificidades que o distinguem das atividades produtivas tradicionais (Tardif; Lessard, 2008), em razão de seu caráter relacional, cognitivo e interativo, ancorado no trabalho vivo (Marx, 2023) e na dimensão dialógica da educação (Freire, 1996). Entretanto, no contexto do capitalismo contemporâneo, o trabalho é progressivamente submetido a processos de prescrição, controle e padronização. Nesse sentido, a partir das contribuições de Schwartz (2010), discute-se a tensão entre trabalho prescrito e trabalho real, evidenciando que as proposições do MESP intensificam esse descompasso ao restringirem a autonomia docente e desconsiderarem o "saber de experiência feito" (Freire, 2018), favorecendo processos de alienação (Fromm, 1970). A pesquisa adota abordagem qualitativa, orientada pela epistemologia crítico-dialética (Gamboa, 2006). Os resultados indicam que o MESP opera como um dispositivo de intensificação do controle sobre o trabalho docente ao propor prescrições que limitam a autonomia pedagógica e a abordagem crítica dos conteúdos. Evidencia-se que tais mecanismos tentam atuar tanto por meio de dispositivos formais de vigilância (Foucault, 1987; Althusser, 1970) quanto pela internalização do controle (Han, 2021), produzindo autocensura. Como efeitos, destacam-se a restrição do "poder de agir", a perda de sentido do trabalho, a intensificação do sofrimento psíquico e a fragmentação da categoria docente, com impactos sobre a solidariedade de

classe (Antunes, 2018). Conclui-se que as prescrições, o controle ideológico e restrições à autonomia impostas ao trabalho docente pelo MESP não afetam apenas a adoção de práticas pedagógicas críticas, democráticas e emancipatórias, mas incidem conjuntamente sobre o futuro da profissão, o bem-estar emocional dos professores, os sentidos de sua atividade e a possibilidade de construir coerência entre seu trabalho e sua identidade profissional.

PALAVRAS-CHAVE

Trabalho docente. Movimento Escola Sem Partido. Poder de agir.

ENTRE LIMITES E POSSIBILIDADES: FORMAÇÃO PERMANENTE, AUTONOMIA DOCENTE E PRÁXIS PEDAGÓGICA CRÍTICA NA PRÉ-ESCOLA DA REDE MUNICIPAL DE SANTOS

Bruna Dal Belo Benetti
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
bruna.benetti@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

O presente resumo refere-se a um projeto de pesquisa, em andamento, na área da Educação em nível de mestrado, que tem como objeto de estudo a constituição da autonomia docente e da práxis pedagógica crítica a partir das perspectivas de professoras da pré-escola da Rede Municipal de Santos, considerando o papel da formação permanente e os limites e as possibilidades presentes no exercício da docência. A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender as tensões e os condicionamentos históricos, políticos, econômicos e institucionais que atravessam o trabalho docente, bem como as possibilidades de reflexão, resistência e transformação construídas pelas professoras em seu cotidiano. A escolha do tema relaciona-se à trajetória profissional da pesquisadora, professora na Rede Municipal de Ensino de Santos, e às leituras e experiências que evidenciaram a importância de ouvir as professoras, visto que cada uma está situada e condicionada por contextos e fatores que influenciam os limites e as possibilidades de sua prática. Com efeito, o estudo tem como problema de Pesquisa quais as perspectivas de professoras da pré-escola da Rede Municipal de Santos sobre sua autonomia docente, formação permanente e as possibilidades de desenvolvimento de uma práxis pedagógica crítica, considerando os limites e condicionamentos presentes no exercício da docência? O objetivo geral é compreender as perspectivas de professoras da pré-escola da Rede Municipal de Santos sobre sua autonomia docente e os processos de formação permanente, investigando os limites, as tensões e as possibilidades para o desenvolvimento de uma práxis pedagógica crítica. Especificamente, busca-se analisar os condicionamentos que influenciam a prática pedagógica, as concepções das professoras sobre autonomia docente, formação permanente e as possibilidades de resistência e construção de uma práxis pedagógica crítica. A pesquisa fundamenta-se na Pedagogia Crítica, especialmente em Paulo Freire, e dialoga com Maria Amélia Santoro Franco, José Contreras, Francisco Imbernón, António

Nóvoa, Selma Garrido Pimenta, Michael Apple, entre outros. A investigação adota abordagem qualitativa, em perspectiva crítico-dialética, com realização de entrevistas semiestruturadas com professoras da pré-escola da Rede Municipal de Santos. A análise dos dados será realizada com base na Análise de Discurso de Eni Orlandi. Por se tratar de uma pesquisa em estágio inicial, espera-se contribuir para compreender como as professoras produzem sentidos sobre sua prática pedagógica, formação permanente e possibilidades de resistência e construção de uma práxis voltada à emancipação humana e à transformação social, bem como ampliar o debate sobre valorização docente e educação pública.

PALAVRAS-CHAVE

Formação permanente. Autonomia docente. Pedagogia Crítica. Práxis pedagógica crítica. Pré-escola pública.

A PEDAGOGIA CRÍTICO-LIBERTADORANA EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO: UM OLHAR SOBRE A PERCEPÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO PROFISSIONAL

Antonio Carlos Marques de Jesus
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
antoniocmjes@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A pesquisa tem como ponto central as relações entre educação para o trabalho e a pedagogia crítico-libertadora como forma de indicar caminhos para superação de desigualdades e contradições sociais. A princípio, busca-se destacar como a educação, ao se adaptar às demandas do mercado de trabalho, tem adotado práticas neoliberais que priorizam a lógica gerencial, a "educação bancária", o individualismo e a meritocracia em detrimento da formação libertadora, pautada em humanização e reflexão crítica. A pedagogia crítico-libertadora como um fundamento da educação para o trabalho surge como tema principal, pois enfrenta o desafio de integrar a qualificação profissional e a formação que promova consciência política e justiça social. A obra de Paulo Freire propõe a abordagem crítico-libertadora, na qual a educação é manifestada como ato de intervenção capaz de promover mudanças nos sistemas econômicos, nas relações humanas e nos direitos fundamentais. Três conceitos freireanos são analisados e correlacionados nesta Pesquisa humanização, o qual indica a desalienação e a formação de pessoas como "seres para si"; conscientização, um fundamento pedagógico que incentiva sujeitos a atuarem como agentes históricos conscientes na luta por sua libertação; e politicidade, que reconhece a prática educativa como intrinsecamente política e intencional. Deste modo, o estudo tem como problema a seguinte questão: quais as potencialidades da pedagogia crítico-libertadora, considerando os limites da educação tecnológica e profissional? O trabalho tem como objetivo geral compreender a contribuição da pedagogia crítico-libertadora no contexto da educação para o trabalho, e, especificamente, analisar sua presença na educação para o trabalho, evidenciar potencialidades e identificar limites e implicações, a partir da percepção dos sujeitos. O referencial teórico é alicerçado primordialmente na obra de Paulo Freire, estabelecendo diálogo com as contribuições de Maria Amélia Franco sobre a centralidade da práxis e as análises de Ricardo Antunes acerca da dimensão ontológica do

trabalho. A investigação fundamenta-se também nos estudos de Dermeval Saviani e Gaudêncio Frigotto para a compreensão da história e da política da educação profissional. Metodologicamente, a pesquisa apoia-se em revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com professores do campo do ensino profissional e que buscam adotar a pedagogia crítico-libertadora em suas práticas. Assim, a pesquisa vem discutindo o potencial transformador da educação para o trabalho, baseada na pedagogia crítico-libertadora, como caminho para a formação de humanos conscientes e para a construção de uma sociedade equânime.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogia Crítico-Libertadora. Educação para o trabalho. Politicidade. Humanização. Conscientização.

GEOGRAFIA CRÍTICA E O TERRITÓRIO LOCAL

Maria Isabel Veiga Bueno
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
isabelveiga.bueno@gmail.com

RESUMO

Este resumo advém da pesquisa a ser desenvolvida no curso de Mestrado stricto sensu em Educação como parte do Grupo de Pesquisa de Educação e Formação na Cibercultura em perspectiva Decolonial da Universidade Católica de Santos. O trabalho tem como temática central o Ensino da Geografia Crítica como caminho de reconexão e pertencimento ao Território local no qual a escola está inserida. O problema central aborda: Como o ensino de Geografia, fundamentado na perspectiva crítica e no olhar decolonial, pode aproximar os estudantes do território local, fortalecendo a compreensão das escalas geográficas e promovendo pertencimento e valorização do território vivido frente um cenário caracterizado pela globalização, pela cultura de massa e pela centralidade das mídias sociais? Atualmente, com o avanço da Globalização, vivemos uma cultura de massa global que perpassa os hábitos de consumo, de entretenimento, de arte e estilo de vida no qual é comum e semelhante em muitas partes do mundo. Esse processo tende a dificultar o entendimento das dinâmicas locais, das relações socioespaciais próximas e das identidades presentes no próprio território. Diante disso, pretende-se estudar e investigar como o ensino de Geografia Crítica e o pensamento decolonial podem fortalecer a valorização dos saberes e identidades do território local frente às narrativas globais, no qual muitas vezes estimula o aprendizado em visões superficiais, homogêneas e frequentemente descontextualizadas sobre os lugares e espaços, em que se prioriza a racionalidade mercadológica econômica. Nesse contexto, o ensino de Geografia assume um papel estratégico para o referencial teórico. Serão utilizados, dentre outros, pensadores da Geografia Crítica, tais como Milton Santos, Henri Lefebvre e David Harvey e os autores do pensamento Decolonial Quijano e Mignolo. A Geografia Crítica, ao articular categorias como espaço, território, lugar, paisagem e escala, oferece ferramentas para que o estudante compreenda como fenômenos globais se materializam no local e como suas experiências cotidianas são atravessadas por dinâmicas amplas. A observação e entendimento do próprio território local colaboram para o desenvolvimento da cidadania e a democracia a partir do conhecimento sobre os residentes, as atividades e as relações que se perpetuam no próprio local. Dessa maneira, para ser um

agente de mudança, proteger o legado, preservar as memórias e promover melhorias no território é necessário a conexão com o mesmo.

PALAVRAS-CHAVES

Globalização. Geografia Crítica. Decolonialidade. Território e Cidadania.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO COMO FORMADOR DE PROFESSORES EM UMA PERSPECTIVA CRÍTICO-EMANCIPATÓRIA

Luciana Dantas de Carvalho Bernardo
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
lucianadantas.cp@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Esta pesquisa, em andamento, se propõe a investigar o papel formador do coordenador pedagógico do segmento da educação infantil no município de Santos. Há algumas décadas, a literatura da área da Educação, vêm apontando o valor da formação contínua que acontece no espaço escolar, enquanto aquela com maior potencialidade de promover a reflexão coletiva e promover mudanças na prática pedagógica. Isso visibiliza a função do coordenador pedagógico enquanto formador, mas também tensiona aspectos da realidade que dificultam o desenvolvimento deste trabalho. O objetivo desta pesquisa é identificar e analisar os condicionantes que têm favorecido ou dificultado a atuação do coordenador pedagógico como formador no cotidiano escolar, em uma perspectiva crítica e libertadora. A pesquisa apresenta abordagem qualitativa e as evidências foram obtidas por meio de formulário digital, observação participante, realização de entrevistas semiestruturadas e análise de documentos. Entre as referências teóricas que serviram de aporte para a investigação, destacam-se as obras Almeida e Placco (2011,2012,2015,2018), Kramer (1999), Vasconcellos (2019), Paro (2016) e Freire (2002, 2024). Além de documentos regimentais nas esferas municipais e federais que versam sobre a atuação do coordenador pedagógico. Os dados obtidos, serão discutidos sob a perspectiva de uma educação crítica-emancipatória, fomentada por conceitos freireanos. Entre os dados preliminares, foi possível observar que os coordenadores pedagógicos participantes, que atuam na educação infantil santista, encontram desafios similares aos participantes de pesquisas realizadas em outras regiões do país. Os principais condicionantes se referem a dificuldade para efetivar as demandas formativas, diante das solicitações urgentes presentes na rotina escolar. Ainda com pouca tradição e esclarecimento dos atores escolares, sobre o fazer do coordenador pedagógico, este profissional acaba incorporando à sua atuação, diferentes fazeres, que reduzem o tempo dedicado às formações e estudos.

Espera-se que a pesquisa possa apresentar uma análise que colabore com a discussão sobre as políticas relacionadas à formação promovida pela coordenação pedagógica no âmbito escolar, considerando os avanços e desafios da atuação, além de ampliar os estudos das obras de Paulo Freire, nas pesquisas no segmento da Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE

Coordenação Pedagógica. Educação Infantil. Formação crítica-emancipatória. Condicionantes da prática educativa. Políticas públicas.

PLANEJAMENTO ESCOLAR: UM ESTUDO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS PROFESSORES DOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE CAJAZEIRAS - PB

Vanderlúcia de Alencar Feitosa e Oliveira
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas
valencar@unisantos.br

RESUMO

Este projeto de pesquisa em andamento, vinculado ao Grupo de Pesquisa "Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas", investiga o planejamento escolar como uma prática social permeada por significados que transcendem a dimensão puramente técnica ou burocrática. O problema central da investigação reside na percepção de que o planejamento, frequentemente, é reduzido a um "ritual" de preenchimento de formulários — herança de modelos tecnicistas da década de 1970 —, o que resulta em descontinuidade e baixa qualidade educativa. O objetivo geral é compreender como o planejamento é concebido e representado socialmente pelos educadores de Cajazeiras (PB), avaliando sua influência na prática cotidiana e nos resultados do ensino. Teoricamente, o estudo ancora-se na Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 2012; Jodelet, 2017), compreendendo-as como modalidades de "pensamento prático" e "teorias do senso comum" que orientam condutas e interpretam a realidade escolar. Paralelamente, o planejamento é discutido sob a ótica de autores como Libâneo (1995) Gandin (1995) e Luckesi (1992), que o definem como um ato político-social, técnico e ideologicamente comprometido com a transformação social. A metodologia segue uma abordagem qualitativa (Abdalla, 2017), adequada para interpretar a complexidade dos fenômenos educativos e os significados vividos pelos sujeitos. Os procedimentos técnicos incluem entrevistas semiestruturadas e observação participante para coleta de dados no contexto natural das escolas, a análise de conteúdo (Bardin, 1990) para decifrar as comunicações e significações dos docentes, e o método dialético (Frigotto, 1995) para a compreensão da totalidade e das contradições do objeto estudado. Espera-se que a pesquisa contribua para o redimensionamento do planejamento escolar a partir da perspectiva ação-reflexão-ação, fortalecendo a autonomia docente e a qualidade da educação básica.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento Escolar. Representações Sociais. Prática Docente. Ensino Fundamental.

FORMAÇÃO DECOLONIAL: PRÁXIS E INTERCULTURALIDADE CRÍTICA NA DOCÊNCIA

Jéssica Muniz Braga
Universidade Católica de Santos
Grupo de estudos e Pesquisas Políticas e Gestão Educacional
jmbraga@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES
Itamar Mendes da Silva
Universidade Católica de Santos
Grupo de estudos e Pesquisas Políticas e Gestão Educacional
itamarmendes@unisantos.br

RESUMO

A formação docente em perspectiva decolonial propõe a problematização das bases eurocêntricas que historicamente estruturam os sistemas educacionais. Ancorada nos pressupostos de Catherine Walsh, Walter Mignolo, Aníbal Quijano e Paulo Freire, esse estudo busca investigar a formação docente pela égide decolonial, tendo por premissa contribuir para uma educação intercultural crítica, capaz de reconhecer, valorizar e articular os saberes plurais, especialmente os conhecimentos que evocam matrizes africanas e indígenas, ainda *marginalizados* nos currículos, apesar das disposições legais expressas pela Lei 11.645/2008. Nesse sentido, à luz do pensamento freireano, a formação decolonial evoca uma docência que se constitui como prática ética e política, comprometida com a transformação social, sendo foco de análise desta pesquisa. A partir do conceito de Colonialidade do Poder (Quijano, 2005), evidencia-se como as hierarquias raciais, culturais e epistêmicas ainda operam nas práticas pedagógicas. Mignolo (2008) contribui ao destacar a necessidade de um Pensamento de Fronteira, que desafie a hegemonia do conhecimento ocidental e abra espaço para epistemologias outras. Walsh (2017), por sua vez, enfatiza a Interculturalidade Crítica como projeto coletivo que vai além da coexistência cultural, promovendo diálogos, refletindo acerca de tensionamentos desses saberes subjugados no currículo formal em diferentes territórios. Freire (1996) fundamenta essa proposta ao defender uma educação dialógica, problematizadora e emancipatória. Assim, a pesquisa evolui em seu campo, no intuito de analisar a formação docente pela lente decolonial, que requer o desenvolvimento de uma consciência crítica acerca das estruturas de poder e a valorização de práticas pedagógicas contextualizadas, inclusivas e participativas. Implica também o reconhecimen-

to dos sujeitos como produtores de conhecimento, rompendo com a lógica bancária da educação, pautando-se no respeito às identidades. O percurso metodológico decorre em um estudo de caso qualitativo compondo observação participante. A interculturalidade, nesse contexto, não é apenas um elemento tratado, mas uma prática vivida, que perpassa o currículo, a didática e as relações escolares, pelo viés de criticidade exercida pelos coletivos. Conclui-se que essa articulação entre decolonialidade e educação intercultural na formação docente compõe um caminho enérgico para a construção de uma educação mais justa, plural e comprometida com a justiça social voltada às realidades locais e globais.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Docente. Decolonialidade. Interculturalidade. Colonialidade do Poder.

O ESPAÇO ESCOLAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONCEPÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS UNIDADES MUNICIPAIS DE SANTOS/SP

Daniela Santana do Nascimento
Universidade Católica de Santos
Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas e Gestão Educacional
dsnascimento@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A presente pesquisa analisa a relação entre o espaço escolar e as políticas públicas para a Educação Infantil no município de Santos. Parte-se da compreensão de que o espaço escolar ultrapassa sua dimensão física, constituindo-se elemento integrante do processo educativo e influenciando diretamente o desenvolvimento cognitivo, motor, afetivo e social das crianças. Nesse sentido, o estudo busca compreender de que maneira as políticas públicas voltadas à Educação Infantil influenciam a organização dos espaços escolares e em que medida as diretrizes normativas se concretizam na realidade das escolas. Inicialmente, a pesquisa discute a trajetória histórica da arquitetura escolar e da Educação Infantil no Brasil, destacando como diferentes concepções de infância, educação e sociedade influenciam a organização dos ambientes escolares ao longo do tempo. Também são abordadas as relações entre espaço, ambiente e aprendizagem, compreendendo o ambiente escolar como parte ativa das experiências educativas desenvolvidas pelas crianças. O estudo contempla ainda a análise das principais políticas públicas e legislações relacionadas à Educação Infantil, especialmente aquelas voltadas à infraestrutura e à qualidade dos espaços educativos. Parte-se da hipótese de que, embora existam avanços legais e normativos referentes à organização dos espaços escolares, persistem descompassos entre o previsto nas políticas públicas e a realidade concreta das instituições educacionais. Essa pesquisa, de natureza qualitativa, caracteriza-se como bibliográfica, documental e de campo. Estão sendo realizadas análises de legislações, documentos oficiais, registros históricos e projetos arquitetônicos. Ainda se farão visitas técnicas às unidades municipais de Educação Infantil e entrevistas com gestores e educadores. A análise dos dados ocorrerá de forma interpretativa, articulando os referenciais teóricos com as informações obtidas na pesquisa de campo. O referencial teórico fundamenta-se nos estudos de Mayumi Watanabe Lima, Michel Foucault, Miguel Ángel Zabalza, Moysés Kuhlmann

Júnior e Doris Kowaltowski. Espera-se contribuir para o debate sobre o espaço escolar como dimensão pedagógica na Educação Infantil. Trata-se de uma pesquisa em fase inicial orientada pelo Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Infantil. Espaço escolar. Políticas públicas. Arquitetura escolar. Santos.

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA REDE MUNICIPAL DE SANTOS/SP E O DESAFIO DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10639/03: UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS

Priscilla Trindade de Castro Justus
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesqisa Política Educacional, Direito e Desenvolvimento
priscillajustus@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A lei 10.639/03, que tornou obrigatório o ensino da cultura africana e afro-brasileira nas escolas, apresenta-se como um importante marco para a promoção da igualdade de direitos na educação brasileira, historicamente marcada por desigualdades. Pensar em sua aplicabilidade exige refletir sobre a formação de professores, a fim de fomentar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que promovam o respeito às diversidades. Este estudo, em desenvolvimento, considerando o município de Santos como recorte, objetiva identificar e analisar eventuais repercussões de uma formação de professores para as relações étnico-raciais. Busca-se compreender se a formação continuada contribui para o desenvolvimento e aplicabilidade de práticas pedagógicas antirracistas, tendo como questão norteadora: Quais são os limites e possibilidades de uma formação continuada de professores voltada às relações étnico-raciais, na cidade de Santos, no engajamento de professores na luta antirracista no cotidiano escolar? Os sujeitos da pesquisa serão os professores participantes da formação para as relações étnico-raciais, promovida pela Secretaria Municipal de Educação. A metodologia da pesquisa é qualitativa e incluirá como procedimentos metodológicos questionários e entrevistas semiestruturadas para compreender a realidade, significados, percepções e experiências dos sujeitos envolvidos na formação. Dentre os subsídios teóricos que apoiarão as discussões e análises, destacam-se as contribuições de Paulo Freire, Ynaê Lopes dos Santos, Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga. Os resultados esperados visam evidenciar a necessidade de formação permanente e reflexiva para desconstruir estereótipos e preconceitos, formando cidadãos críticos e conscientes. Pretende-se, assim, contribuir para o fortalecimento e ampliação de políticas educacionais que favoreçam uma educação antirracista e emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE

Formação de professores. Relações Étnico-Raciais. Educação Antirracista. Práticas Pedagógicas Antirracistas. Lei 10639/03.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: HISTÓRIA E LEITURA DA REALIDADE

Andreia Kelly Marques
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas públicas educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
andreiakellym@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A presença do racismo na educação pode ser constatada nos índices educacionais que mostram a desigualdade entre a população preta, parda e indígena quando comparada a população branca, além disso o racismo institucional contribui para que o ambiente educacional seja o lugar em que as pessoas negras mais sofrem racismo. Observando o impacto da questão racial tanto sob o aspecto estrutural quanto institucional, o Estado brasileiro, pressionado por ativistas e pesquisadores, tem proposto medidas para forçar a alteração desse quadro. Uma delas foi a Lei 11645/08 que institui a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena na educação básica. Entretanto, o enfrentamento do racismo no âmbito educacional ainda é um desafio, haja vista que boa parte das redes de ensino da educação básica não implementaram tal legislação. Entre os obstáculos para essa efetivação estão: a ausência de materiais adequados, estrutura inadequada das escolas, falta de valorização dos profissionais da educação e a formação de professores. Diante de tal quadro, este resumo apresenta um recorte da discussão teórica metodológica de uma pesquisa em nível de doutorado cujo objetivo é pesquisar a formação de professores para a educação das relações étnico-raciais, a partir da perspectiva crítico-emancipatória. A metodologia deste trabalho é qualitativa, de caráter bibliográfico e, nesta etapa, parte-se da noção de temporalidade freireana e de leitura de realidade para compreender o fenômeno do racismo na educação. Freire nos indica que para compreender o presente temos que olhar o passado e assim projetar o futuro. Indo por esse caminho, buscou-se compreender tanto as lutas das pessoas negras pelo acesso à educação quanto a estratégias de mobilização de conhecimentos para a busca de sua emancipação. (Gomes, Petronilha, Petrônio). A investigação, em seu estágio atual, mostrou que a mobilização de conhecimentos escolarizados para articular estratégias de emancipação para a população negra, pode ser identificada no ativismo negro a partir da segunda metade do século XIX._Neste estudo, foi possível

constatar que a Educação para as Relações Étnicas-Raciais é resultado de um processo históricos que está vinculado a organização política do movimento social negro na busca pela emancipação e eliminação do racismo.

PALAVRAS-CHAVE

Paulo Freire. Formação de Professores. Educação para as Relações Étnico-Raciais. Políticas Públicas.

(RE)SSIGNIFICANDO AS ATIVIDADES DE TRABALHO PEDAGÓGICO COLETIVO (ATPC) À LUZ DA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA DA GESTÃO ESCOLAR

Fabiana de Almeida
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
fabys14.almeida@gmail.com

RESUMO

Este resumo, em modo de ensaio crítico, se constitui um recorte da pesquisa em andamento no Mestrado Stricto Sensu em Educação na Universidade Católica de Santo, sendo desenvolvida no Grupo de Pesquisa Educação e Formação de Professores em contexto de Cibercultura. A pesquisa intitulada "Vivências Docentes e Pesquisa-Formação: ressignificando os espaços de ATPCs no Centro Estadual de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA)" tem como objeitvo geral possiblitar a (re)significação do trabalho pedagógico nas ATPCs do CEEJA sob o olhar democrático da gestão escolar. A justificativa deste ensaio crítico nasce da necessidade de tensionar os significados formativos das Atividades de Trabalho Pedagógico Coletivas (ATPCs), à luz dos conceitos de dialogicidade e humanização, em Freire; e de gestão escolar sob a perspectiva democrática, em Paro. Fundamenta-se teoricamente nas contribuições de Paulo Freire (1967, 1987), nas obras "Pedagogia do Oprimido" e "Educação como Prática de Liberdade"; e de Vitor Paro (2010), no trabalho intitulado "A Educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola". É possível apreender que a dialogicidade enfatizada em Freire revela a importância do diálogo como prática de construção coletiva do conhecimento, o que se articula diretamente com a gestão escolar democrática e mediadora defendida por Paro, baseada na participação ativa dos sujeitos. No contexto das ATPCs do CEEJA, esses princípios se concretizam quando educadores compartilham experiências, refletem sobre suas práticas e constroem estratégias de ensino colaborativas. É nesse contexto que a vivência formativa da professora pesquisadora nas ATPCs favorece a ressignificação deste espaço-tempo formativo que transcende a dimensão burocrática em um ambiente formativo e emancipador. Ao desvelar esta dimensão, a pesquisadora fortalece uma cultura escolar mais crítica, participativa e comprometida com a transformação social das reuniões pedagógicas. Assim, a humanização em Freire revela-se basilar, ao possibilitar a transformação do sujeito no e com o mundo do CEEJA, exercendo a sua dimensão ontológica do ser mais. Depreende-se que o ensino democrático na EJA implica em uma

busca incessante por mudanças, alinhada à escuta ativa de todos os envolvidos. Entende-se que ressignificar o trabalho pedagógico nas ATPCs do CEEJA por meio da participação, reflexão crítica e tomada de decisões coletiva dos envolvidos em encontros de escuta, partilha e construção coletiva do saber docente, já se manifesta como um exercício democrático da Educação de Jovens e Adultos.

PALAVRAS-CHAVE

Democracia. EJA. ATPC. Pedagogia Crítica. Gestão democrática.

O DIRETOR ESCOLAR, AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, O CONTEXTO NEOLIBERAL E AS PROPOSIÇÕES NECESSÁRIAS

Daniela Horvath Mucci
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas
daniela.mucci@educaita.com.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A escola tem como prerrogativa a gestão democrática. No entanto, na prática, observa-se uma escola que reproduz princípios da política neoliberal a partir da racionalidade hegemônica. Esse contexto reflete tanto na tomada de posição do diretor escolar como impacta a subjetividade do agente na gestão escolar. Assim, a atuação do diretor escolar torna-se objeto de pesquisa para que possamos, a partir das representações sociais, refletir sobre as proposições consideradas necessárias para a promoção de práticas democráticas e emancipatórias. Para tal, parte-se da questão-problema: Quais as representações sociais dos diretores e suas implicações nas tomadas de posição frente aos desafios do cotidiano escolar em tempos neoliberais? O estudo é permeado pelo objetivo geral: desvelar as representações sociais dos diretores e suas tomadas de posição frente aos desafios do contexto escolar a fim de compreender possíveis proposições formativas. A pesquisa se inicia, percorrendo as tendências, apresenta cinco enfoques, retratados nos objetivos específicos: 1º analisar o espaço social frente ao contexto histórico, às políticas instituídas e à lógica vigente; 2º desvelar as representações sociais e as tomadas de posição dos diretores escolares no campo educacional; 3º levantar possíveis proposições para práticas emancipatórias; 4º refletir sobre as implicações dessas influências contextuais e das representações sociais na promoção de proposições com base na liderança emancipatória; 5º propor uma pesquisa-formação por meio de uma proposição colaborativa que encontre, a reflexividade e os espaços do possível, visando práticas na perspectiva emancipatória e nos princípios democráticos. Quanto à fundamentação teórica, o estudo se baseia na Teoria das Representações Sociais, de Moscovici (2012) e na Teoria da Ação, de Bourdieu (1997), a fim de refletir sobre o campo educacional e as condições estruturantes da Escola. Para que se possa, além de propor, sustentar um projeto social, democrático e emancipatório, serão desenvolvidas reflexões a partir das contribuições de Abdalla (2021), Giroux (1986) em interface com Freire (1996). A investigação se fundamenta na abordagem qualitativa e adota a metodologia da pesquisa-formação. Com

relação ao instrumento de coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada (Jovchelovitch; Bauer, 2002); e propõe-se uma análise de conteúdo conforme Bardin (2016), buscando a compreensão do olhar dos diretores escolares frente ao fenômeno. E os resultados, ainda iniciais, apontam para a importância de se compreender as proposições apresentadas como necessárias visando práticas emancipatórias e democráticas.

PALAVRAS-CHAVE

Representação Social. Diretor Escolar. Políticas Neoliberais. Formação.

(DES) HUMANIZAÇÃO E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO ENSINO FUNDAMENTAL II EM ESCOLA PÚBLICA DA BAIXADA SANTISTA

Elaine Barbosa
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas públicas educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
elainebarbosaprofessora@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES
Denise Regina da Costa Aguiar
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacioanis: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
deniseaguiar@unisantos.br

RESUMO

A educação é, fundamentalmente, um fenômeno humano e político. À luz dos pensamentos de Paulo Freire, as contradições dos contextos históricos e sociais devem ser problematizadas pelos sujeitos para que, em conjunto, reflita-se sobre como uma realidade injusta pode ser transformada por meio da práxis. Neste trabalho, que está em andamento, busca-se analisar quais são os desafios e as possibilidade de enfrentar a violência baseada em gênero no contexto de uma escola municipal em Praia Grande-SP. Paulo Freire, marco teórico desta pesquisa, defende uma educação dialógica, crítica e libertadora – que objetiva promover a autonomia dos estudantes e a transformação social por meio da práxis. O educador destaca que a forma pela qual se pensa sobre educação, se ela estimula ou não a criticidade, determina se sua finalidade será verdadeiramente humanizadora. Freire postula que o conhecimento construído deve partir da leitura de mundo e da participação ativa dos sujeitos, seguindo os princípios de dignidade, liberdade, respeito e justiça social - os quais dialogam com o conceito de humanização por reconhecerem que os jovens não são "coisas" que devem se adaptar ao mundo; ao contrário, são pessoas conscientes. Nesse sentido, Paulo Freire (1968) também defende que os sujeitos devem não apenas estar no mundo, mas compreendê-lo, problematizá-lo e, então, transformá-lo através da práxis. O pensamento freireano tem uma significativa contribuição para o desenvolvimento de práticas educativas que contribuam para o desenvolvimento de ações que promovam o combate à violência de gênero, além de potencializar a justiça social e o respeito à dignidade humana do público infantojuvenil nas

escolas, especialmente no Ensino Fundamental II - etapa fundamental na formação ética e política dos estudantes. O procedimento metodológico deste trabalho consiste em uma abordagem qualitativa, com entrevista semiestruturada, observação participante e análise de dados. Essas informações serão acrescidas da revisão bibliográfica, que garantirá a fundamentação teórica para o cotejamento com os achados. Participarão da pesquisa os professores de uma instituição escolar de ensino fundamental II em Praia Grande-SP. Em relação aos dados, eles serão examinados por análise de conteúdo e, posteriormente, analisados com a literatura sobre gênero para estudo do discurso presente no que foi coletado.

PALAVRAS-CHAVE

Violência baseada em gênero. Ensino Fundamental II. Ensino público. Políticas públicas educacionais.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CUBATÃO SP (1996-2018): PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Cesar Neves de Souza
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Educação
cesar.neves@unisantos.br

RESUMO

A presente pesquisa analisa a trajetória do Conselho Municipal de Educação de Cubatão/SP, no período de 1996 a 2018, buscando compreender de que maneira o órgão contribuiu para a garantia do direito à educação por meio da participação democrática e da atuação nas políticas educacionais do município. O estudo parte da compreensão de que os Conselhos Municipais de Educação constituem espaços de mediação entre Estado e sociedade civil, marcados por disputas, contradições e possibilidades de fortalecimento da gestão democrática da educação. A investigação adota abordagem qualitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, articulando levantamento bibliográfico, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas com sujeitos que participaram da trajetória do Conselho. Foram analisados documentos institucionais, como leis, atas, resoluções, pareceres e registros administrativos, além de entrevistas com representantes do poder público, profissionais da educação e membros da sociedade civil. O referencial teórico dialoga com autores que discutem democracia, participação social e políticas educacionais, como Saviani, Gramsci, Bobbio, Libâneo, Bordignon e Gohn. A análise evidencia que o Conselho Municipal de Educação de Cubatão consolidou importantes avanços institucionais na organização do sistema municipal de ensino, atuando como espaço de formulação, acompanhamento e mediação das políticas educacionais. Entretanto, também revela limites relacionados às condições de participação, às disputas políticas e às desigualdades presentes nas estruturas institucionais. Os resultados parciais indicam que a existência formal de espaços participativos não garante, por si só, a efetivação da gestão democrática, sendo necessário ampliar mecanismos de participação qualificada e fortalecer a autonomia dos conselhos. Assim, a pesquisa contribui para o debate sobre o papel dos Conselhos Municipais de Educação na construção das políticas públicas e na efetivação do direito à educação.

PALAVRAS-CHAVE

Conselho Municipal de Educação. Direito à educação. Participação democrática.

FORMAÇÃO DOCENTE DE LÍNGUA INGLESA PARA / NA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Adriana Alcantara Alvares
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas
adri.alcantara.alvares@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES
Maria de Fátima Barbosa Abdalla
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas
mfabdalla@uol.com.br

RESUMO

Este texto tem como objetivo central compreender/analisar a (re) constituição identitária de um grupo de professores/as de Língua Inglesa em sua trajetória de formação e de atuação docente, colocando o foco no processo de influência social e profissional no sentido de desvelar as escolhas e decisões profissionais na direção de uma educação emancipatória. A temática proposta - a Identidade do Docente de Língua Inglesa e sua formação -, foi escolhida com o pressuposto de reflexão, compreensão e análise do caminho de vida do/a professor/a, ou seja, de sua vivência e experiência –, no sentido de se observar a sua (re) construção identitária. Parte-se da seguinte problematização: Quais são as percepções do/a professor/a sobre a sua própria trajetória formativa e de atuação docente? Como esse/a profissional compreende a (re)construção de sua identidade social e profissional no horizonte de uma emancipação humana? Na perspectiva de fundamentar a análise e interpretação dos fenômenos sociais dos sujeitos em relação ao objeto em um dado contexto social e histórico, o trabalho se fundamenta em Bourdieu (2015), no estudo de sua matriz conceitual – campo, capital e *habitus*; em Moscovici (2012), ao lidar com questões em torno das representações sociais e do processo de influência social; e, em Abdalla (2006, 2017, 2024), e seus estudos sobre profissionalidade docente e *habitus* profissional, que retomam as teorias bourdieusiana e moscoviciana. Além disso, o trabalho apoia-se na concepção de educação emancipatória e de formação humana, de Freire (2021a, 2021b). Trata-se de uma pesquisa de abordagem metodológica, que a partir da pesquisa bibliográfica sobre o tema da identidade docente, tem como opção a entrevista narrativa com o grupo de professores/as de Inglês, que atuam nos anos finais do ensino fundamental de escolas públicas de San-

tos. Os dados serão analisados com base na técnica de análise de conteúdo (Bardin, 2007), que possibilita uma categorização de aspectos fundamentais, reconstituindo, assim, as experiências vividas pelos/as entrevistados/as a partir de suas próprias narrativas. Espera-se que os resultados possam apresentar considerações essenciais para práticas educacionais, decoloniais, emancipatórias e que envolvem as questões relacionadas à (re)construção da identidade profissional, à leitura do mundo e da linguagem desses sujeitos de pesquisa, como parte importante da (re)construção do conhecimento profissional para uma educação emancipatória.

PALAVRAS-CHAVE

Formação e Identidade Docente. Profissionalidade Docente. *Habitus* Profissional. Educação Emancipatória.

ESPERANÇAS, IMPACTOS, DESINVESTIMENTO E ADOECIMENTO DOCENTE: PRETEXTOS E CONTEXTOS

Solange Fideles da Silva
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Política
fideles2607@gmail.com

RESUMO

O presente projeto de pesquisa propõe o estudo dos diversos condicionantes que constituem o adoecimento próprio da atividade docente. Justifica-se pela necessidade de compreender criticamente esta questão e repensar os impactos negativos impostos ao Direito à Educação, que se apresentam como consequência dos fatores que geram a perda da saúde do professor. A princípio, pretende-se que o *locus* privilegiado da pesquisa sejam as escolas municipais de Santos, contudo, esta presunção relaciona-se com dependência futura e está sob a aprovação junto aos órgãos da prefeitura. O Objetivo Geral pode ser assim descrito: Concatenar dados para obter uma visão crítica sobre as inquirições a respeito dos impactos e do adoecimento docente, visando fornecer um cabedal teórico-empírico robusto, que subsidie o debate público sobre o tema e amplie a consolidação de possibilidades democrático-participativas. O referencial teórico funda-se em dois eixos: Ciclo de vida profissional por Michael Huberman e Direito à Educação por Clarice Seixas Duarte. Contudo, já estão se estabelecendo correlações com Stephen Ball e seus estudos em Sociologia das Políticas Públicas, Franco Cambi e a História da Pedagogia, Mariano Enguita com suas contribuições à Sociologia da Educação e Ivanise Monfredini e suas pesquisas sistemáticas que entrelaçam as Políticas Públicas em Educação, o Trabalho e a Formação de Sujeitos. Propõe-se que na metodologia a ser desenvolvida conste: a revisão da literatura, a coleta em repositórios de dados, o estabelecimento de contrapontos com a legislação e com dados sobre financiamento educacional, a associação às proposituras políticas e às referências histórico documentais. A aproximação com a realidade do professorado, dar-se-á pela pesquisa de campo com questionários e entrevistas. Com a visão inicial do percurso da pesquisa, a hipótese é que o afastamento de uma propositura de Gestão Democrática pode interferir nesta questão. Considera-se que, atualmente, no Município de Santos há espaço para que exista um profundo debate sobre o tema. Infere-se tal predisposição institucional, a partir da iniciativa da Secretaria de Educação de Santos – SP, ao inaugurar o Espaço do Educador e dos Profissionais da Educação: Professora Sandra Freitas, na Vila Belmiro. Com o

início do funcionamento do novo equipamento (outubro de 2025) abriu-se, potencialmente, um espaço tanto físico, quanto simbólico. Contribuir com este indício e gerar um amplo debate público é um dos objetivos específicos propostos, assim como alcançar uma visão aprofundada, pautada na observação e exploração conjuntural, na evidenciação de contradições e mediações, totalizando deste modo os pretextos e contextos envoltos.

PALAVRAS-CHAVE

Adoecimento docente. Direito à educação. Gestão democrática. Cultura escolar.

A ATUAÇÃO DO PROFESSOR COMO ARTICULADOR ENTRE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ESCOLAS PÚBLICAS DE ENSINO FUNDAMENTAL EM SANTOS: LIMITES E POTENCIALIDADES SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO

Luciana Sotelo Medeiros
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
luciana.smedeiros@hotmail.com

RESUMO

A formação integral do sujeito está presente nos marcos legais da educação brasileira desde a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96). Como parte das políticas de ampliação da Educação Integral no país, a Meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014-2024) define que sejam ofertadas 50% de vagas de Educação Integral nas escolas públicas, atendendo pelo menos 25% dos estudantes. Para a ampliação dessas vagas, o munícipio de Santos estabeleceu parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Criou, ainda, o projeto Professor Articulador de Núcleo de Educação Integral (Panei), responsável por mediar a relação entre escolas públicas e OSCs nos espaços externos utilizados (núcleos) para a realização da Jornada Ampliada. A partir dessa realidade, esta pesquisa de mestrado em Educação, em fase inicial, tem como problema de pesquisa a seguinte questão: quais os sentidos atribuídos pelo professor articulador à sua atuação durante o percurso de parceria entre OSCs e Prefeitura de Santos nas escolas municipais de Ensino Fundamental? Ao investigar esses sentidos, objetiva-se compreender o trabalho do professor como articulador, identificando os limites e as potencialidades dessa mediação, além de, especificamente, (1) contextualizar o histórico da implementação da Educação Integral em Santos; (2) investigar de que forma os professores que vivenciaram a articulação compreendem seu trabalho como articuladores; e (3) analisar os sentidos atribuídos por esses profissionais à articulação realizada por eles. A pesquisa tem como procedimento metodológico a análise documental dos marcos legais e normativos nacionais e municipais relacionados à Educação Integral, e se fundamenta nos seguintes autores: Jaqueline Moll, Ana Maria Villela Cavalieri, Christian Laval, Stephen Ball e António Nóvoa. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que utilizará entrevistas semiestruturadas realizadas junto a professores articuladores que atuaram no projeto entre os anos

de 2024 e 2025. Espera-se que os resultados venham a contribuir para a reflexão sobre a implementação da Educação Integral no munícipio de Santos, colaborando na manutenção e/ou criação de ações que possam fortalecer políticas que garantam educação integral pública de boa qualidade no município de Santos.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Integral. Políticas Educacionais. Ensino Fundamental. Professor Articulador. Organizações da Sociedade Civil.

FORMAÇÃO CRÍTICA-LIBERTADORA DO PEDAGOGO: TENSÕES DO CAMPO DE PESQUISA

Ocirema Brandão de Oliveira
Universidade Católica de Santos
Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas e Gestão Educacional
ocirema.brandao@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A pesquisa em curso tem como objetivo problematizar a formação inicial de pedagogos buscando respostas para a pergunta: "Como a formação inicial de pedagogos nos cursos de Pedagogia presenciais em Santos se articula às exigências de currículos crítico-libertadores?". A motivação partiu de minha atuação como professora-coordenadora de curso de Pedagogia presencial na cidade de Praia Grande, onde graduandos em estágio relatavam descompassos entre teoria e prática. Considerando esse contexto, a investigação tem como objetivo geral compreender se os cursos de formação inicial de professores (Pedagogia) propõem um currículo emancipador capaz de formar pedagogos com autonomia moral e intelectual. Como objetivos específicos: - conhecer como os cursos de Pedagogia presenciais do município de Santos estão desenvolvendo a formação de professores; - analisar seus currículos, a fim de compreender os fundamentos teóricos das matrizes curriculares. Como referenciais temos Paulo Freire e vozes que convergem com o pensamento freireano, como Henri Giroux, Moacir Gadotti, Carlos Brandão, Itamar Mendes da Silva, Alexandre Saul, dentre outros. Realizamos o levantamento do estado da questão nos bancos da Capes e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Até aqui analisamos 52 trabalhos. A continuidade dar-se-á no campo para análise documental dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs) de Pedagogia presencial de 4 Universidades localizadas em Santos, assim como entrevistar as coordenadoras. O empenho agora concentra-se na busca de autorizações das instituições para a realização da pesquisa. Até o momento ainda não houve autorização formal de 2 das instituições contatadas, apesar do já longo tempo do envio e da visita para explicar a pesquisa e formalizar o pedido de autorização. Continuo no aguardo e realizando contatos, mas o prolongado tempo para responder positiva ou negativamente faz pensar que o que parece ser uma questão burocrática, na verdade revela uma contradição entre a proposta dessas universidades em relação ao tripé ensino-pesquisa-extensão e suas práticas de gestão. O que se configura dificuldade, pode mostrar-se como possível dado/descoberta de pesquisa e ca-

berá aprofundar os porquês desse posicionamento institucional. Inspirados em Giroux e Freire, consideramos as universidades espaços singulares para iluminar a esperança revolucionária, mas, por vezes, paradoxalmente, fortalecem a lógica neoliberal ao resistirem em serem pesquisadas. Acentua nossa responsabilidade e, na condição de professores/intelectuais, adensaremos os estudos nessa fenda que se mostra na tensão posta e imposta pelo campo.

PALAVRAS-CHAVE

Formação de Professores. Pedagogia. Currículo Crítico. Resistência Institucional. Paulo Freire.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL CRÍTICA E PRÁXIS EMANCIPATÓRIA: FUNDAMENTOS FREIREANOS PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIOAMBIENTAL NO MUNICÍPIO DE SANTOS /SP

Luciano Mizael Dias
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: Cotidiano Escolar e Trabalho Pedagógico
luciano.dias@liceusantista.com.br
Agência Financiadora: CNPq

RESUMO

Este estudo investiga a práxis pedagógica de professores da Educação Básica no município de Santos/SP, sob uma perspectiva crítico-emancipatória centrada na Educação Ambiental Crítica (EAC). A investigação justifica-se pela premência das mudanças climáticas globais, que na Baixada Santista assumem contornos críticos devido à vulnerabilidade costeira e à densidade populacional, demandando estratégias de mitigação e formação de sujeitos críticos. O objetivo geral é analisar como a práxis pedagógica, mediada pelo sistema de aquaponia em uma perspectiva freireana, pode contribuir para o desenvolvimento da alfabetização ecológica crítica e da responsabilidade socioambiental frente aos desafios climáticos locais. Fundamenta-se no referencial de Paulo Freire (1997a; 1997b), destacando os conceitos de diálogo, problematização e práxis (ação-reflexão-ação) como eixos para a construção da autonomia e transformação social. A metodologia, de natureza qualitativa, delineia-se em duas fases: encontro de formação docente sobre crise climática e a importância da aquaponia, seguido pela formação pedagógica em ciclos de 30 dias. Como objeto mediador, a aquaponia — sistema simbiótico que integra aquicultura e hidroponia Rakocy (2006), Diver (2010) — funciona como um "laboratório vivo" para a articulação entre saberes formais e experiências vividas. A análise dos dados, apoiada por uma trama conceitual freireana (Saul; Saul, 2018), busca identificar como essa prática possibilita a conexão entre o conhecimento teórico e a realidade concreta. A perspectiva da alfabetização ecológica proposta por Capra (1996) também informa a concepção do sistema como uma "teia da vida" interconectada. Espera-se que a pesquisa evidencie o potencial da educação crítica para superar a mera transmissão de informações, promovendo uma formação integral e comprometida em consonância com os desafios da ecologia integral frente às mudanças climáticas.

PALAVRAS-CHAVE

Aquaponia. Educação Ambiental Crítica. Práxis Freireana. Formação Docente. Mudanças Climáticas.

A INCLUSÃO ESCOLAR E O ENSINO-APRENDIZAGEM DE ARTES: SINGULARIDADES, CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Simone Laiz de Morais Lima
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Política
simonelaiz@yahoo.com.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Esta pesquisa compreende que há uma complexidade na formação inicial e atuação do/a professor/a de Arte do Ensino Fundamental para o desenvolvimento de um trabalho inclusivo, que considere os/as estudantes com deficiência como capazes de participar de seus processos de investigação, pesquisa e criação em Arte. Compreendemos a necessidade de ações formativas voltadas para ativar a participação de professores/as e, consequentemente, de estudantes na construção de práticas democráticas, críticas e dialógicas e de combate à opressão (Freire 1980), de modo abrir possibilidades para uma formação crítica e emancipatória, e para o debate acerca do capacitismo e do assistencialismo e seus impactos nas construções das subjetividades de estudantes com deficiência, de modo a identificar e compreender preconceitos e processos de segregação historicamente construídos, e estabelecendo formas de combate e superação. Assim como, reflexões acerca dos currículos, conteúdos e materiais didáticos utilizados em aula, uma vez que o contexto neoliberal e a pedagogia das competências (Ramos, 2016) chegam nos estudantes estigmatizando seus modos de ser, seus tempos, suas experiências, afetos e especificidades. Neste sentido, esta pesquisa visa compreender quais abordagens são estruturadas, e de que modo a inclusão é estabelecida por meio do ensino-aprendizagem de Arte e das relações entre estudantes, professores e escola, considerando aspectos relacionais, atidudinais e espaço arquitetônico. Para combater a lógica da produtividade, almejamos uma pedagogia crítica-emancipatória (Freire 1980, 1997), uma vez que ela abre possibilidades de refletir sobre os diferentes contextos e os processos de segregações, questiona os modelos existentes na busca por transformações nas condições de desigualdades, e possibilita o desenvolvimento de processos relacionais, participativos, dialógicos e horizontalizados entre estudantes e professores/as, almejando o “ser mais” e a democratização escolar . Trata-se de uma pesquisa em andamento, que se fundamenta em Freire (1967, 1980, 1997); Josso (2004); Pimentel (2016, 2020); (Walsh, 2019); Bondía (2002); Ramos (2016), dentre outros/as. Tem como premissa

realizar uma pesquisa-ação (Abdalla, 2005) por meio de encontros periódicos, entrevistas, construção de narrativas e de processos e materialidades artísticas. A pesquisa se encontra, no estudo das referências bibliográficas, e já apresentam como resultados preliminares: a) a necessidade de professores/as de problematizarem saberes e conhecimentos, de modo a serem críticos e compromissados em relação às suas próprias práticas; b) a importância que os/as professores/as dão em trabalhar em sintonia com o desenvolvimento de aprendizagens significativas e participativas (Freire, 1967, 1980, 1997). Diante desses resultados, as reflexões desenvolvidas até aqui nos levam a pensar, na necessidade de se repensar a inclusão escolar e a formação/atuação de professores, em especial, quando estão desenvolvendo práticas pedagógicas para o Ensino Fundamental.

PALAVRAS-CHAVE

Inclusão escolar. Ensino-aprendizagem de arte. Educação anticapacitista. Política educacional. Narrativas de formação.

FORMAÇÃO E PRÁTICAS DE ENSINO DE PROFESSORES NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: IMPLICAÇÕES PARA O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Irineide Santos Leandro
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Política Educacional, Direito e Desenvolvimento
irineidesantosleandro@gmail.com

RESUMO

Este resumo apresenta um projeto de pesquisa em andamento que investiga a relação entre a formação continuada e as práticas de ensino de professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. O problema central busca compreender de que forma a formação continuada influencia as práticas docentes e quais sentidos os professores atribuem a essa influência no processo de aprendizagem dos alunos. A justificativa do estudo reside na necessidade de superar tradições pedagógicas meramente transmissivas, valorizando a profissionalização docente e a escola como um espaço coletivo de produção de saberes. O objetivo geral é analisar as intersecções entre o percurso formativo e a ação pedagógica cotidiana, identificando como as experiências de formação são ressignificadas no ambiente escolar. O referencial teórico fundamenta-se na concepção de professor reflexivo e no desenvolvimento profissional contínuo, dialogando com autores como Freire (2022), Nóvoa (1997), Alarcão (2011) e Pimenta (2012). Metodologicamente, o estudo adota uma abordagem qualitativa. O campo de pesquisa é a rede municipal de ensino de Cajazeiras, na Paraíba, e os participantes são dez professores que atuam em turmas do 2º ao 4º ano. A produção de dados utiliza a triangulação de técnicas: observação participante com uso de diário de campo, rodas de conversa e aplicação de questionários para caracterização do perfil profissional. A análise será realizada por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (1990). Como achados preliminares e expectativas da pesquisa, assume-se que a formação continuada, embora reconhecida como positiva, é mediada pela experiência docente e pelas condições concretas de trabalho, exigindo uma postura reflexiva para que novos conhecimentos se traduzam em práticas intencionalmente voltadas ao desenvolvimento integral das crianças.

PALAVRAS-CHAVE

Formação Continuada. Prática Docente. Anos Iniciais. Ensino-Aprendizagem.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA NOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL NAS PERIFERIAS DE SANTOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA PERSPECTIVA CRÍTICO-LIBERTADORA

Juliana Straub Silva
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional
juliana.straub@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Este resumo refere-se a um projeto de pesquisa de Mestrado em Educação em andamento, que analisa, à luz da pedagogia crítico-libertadora, os fundamentos da prática pedagógica em equipamentos públicos de educação não formal presentes nas periferias de Santos. Os sujeitos desta pesquisa são educadores e coordenadores vinculados às Vilas Criativas da Zona Noroeste e Morro da Penha. Os objetivos específicos desta pesquisa são: conhecer o contexto, a organização, a previsão legal e o funcionamento destes equipamentos; relacionar aspectos acerca das políticas públicas e dos fundamentos teórico-epistemológicos que amparam a existência e manutenção deles; observar as atividades ofertadas nestes equipamentos na dimensão da prática pedagógica; e identificar alternativas para fomento de iniciativas pedagógicas emancipatórias. A justificativa para esta investigação reside na relevância social que a oferta de educação não formal apresenta em áreas periféricas e na carência de estudos específicos sobre políticas públicas de educação não formal na cidade de Santos. A abordagem metodológica proposta inclui revisão bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas e análise de conteúdo conforme referências de Mª Amélia Franco (2008), Antônio Gil (2002), Romeu Gomes (1994), Yvonna Lincoln e Norman Denzin (2006), Mª Cecilia Minayo (1994) e Heloisa Szymanski (2011). Até o momento, foi concluída a construção do Estado da Questão após a consulta das bases de dados: Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, *Scientific Eletronic Library Online* e o diretório da Universidade Católica de Santos. Foram encontrados 12 trabalhos entre artigos, teses e dissertações, utilizando o descritor "educação não formal" somado aos termos "crítica", "emancipatória", "profissionalizante" e "periferia", que dialogam diretamente com a questão desta pesquisa. Para fundamentação teórica, a pesquisa aprofundou a compreensão de pedagogia crítica com as obras de Paulo Freire (1980; 1987; 1991; 2001); de educação não formal com as obras de Mª da Glória Gohn (2010;

2012); de educação e cultura popular com as obras de Carlos Brandão (2002; 2017); de desigualdade social com as obras de Miguel Arroyo (2010; 2015); do que se entende por periferia com as obras de Milton Santos (2004; 2006; 2007); e da convivência no ambiente escolar com a obra de bell hooks (2022). Em cumprimento aos preceitos éticos estabelecidos, este estudo foi submetido ao Comitê de Ética da Universidade e aguarda liberação para iniciar a pesquisa de campo.

PALAVRAS-CHAVE

Educação não formal. Pedagogia crítico-libertadora. Políticas públicas. Território periférico.

GENEALOGIA DOS CURSOS JURÍDICOS: OS CURSOS DE DIREITO COMO PRODUTORES E REPRODUTORES DE DISCURSOS DE VERDADE E PODER - UMA ANÁLISE DOS DISPOSITIVOS DE PODER-SABER

Letícia Caricari Seco Maciel Lourenço
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação
leticia.caricari@unisantos.br

RESUMO

Michel Foucault é inegavelmente um autor que contribuiu muito para os estudos relacionadas aos processos educativos (pedagógicos). Ainda que não tenha abordado diretamente o tema da educação, ao longo de sua bibliografia demonstrou considerá-la um espaço de prática social e política. E o fez ao tratar das relações de poder e controle, da disciplina, da construção da subjetividade e do saber. O poder, para se exercer, precisa organizar e pôr em circulação um saber (o que o autor denomina "poder-saber"). Nesse contexto, há que se renunciar a toda herança que faz acreditar que só pode haver saber onde as relações de poder estão suspensas e que o saber só pode se desenvolver fora de seus interesses. Há que se abrir mão da concepção de que o saber provém de um modelo epistemológico. A verdade é produzida por um conhecimento (inventado) com regras traçadas por uma manifestação de poder (ou melhor, poderes): o saber é resultado de relações de poder. Nesse contexto, os aparelhos ou instituições sociais (tais como o sistema carcerário, as escolas, os hospitais, os quartéis) são focos locais de poder-saber, pois o poder se manifesta nas relações mais singelas, mais invisíveis (chamados pelo autor de micropoderes). Produzem saberes baseados em relações de poder, que serão utilizados por sujeitos assujeitados (corpos-dóceis) controlados para reproduzir uma episteme fundamentada em verdades construídas ao longo de um processo histórico. O autor propõe uma "reelaboração da teoria do sujeito", rompendo com a herança da concepção moderna de indivíduo (aquele que é normalizado, disciplinado, criado pelas instituições sociais, assujeitado por técnicas de vigilância). A mudança proposta não é somente da consciência do sujeito (do "cuidado de si"), mas das instituições que foram criadas por forças de poder e que, por sua vez, criaram saberes que constituíram os sujeitos. Com seus conceitos particulares, Foucault abre campo para que as discussões sobre a construção da subjetividade e a educação sejam revisitadas e revisadas. E, assim, propõe alternativas pedagógicas como o falar a verdade, fazendo uso do discurso que tem como base o domínio da ética, sendo fundamental, para tanto, a prática do cuidado de

si. Desvincular o poder da verdade das formas de hegemonia (sociais, econômicas, culturais) no interior das quais ela funciona no momento. Para o autor, se não houvesse resistência, não haveria poder. A partir desses conceitos foucaultianos, pretende-se analisar a história genealógica dos cursos de Direito no Brasil: desde a promulgação da Lei de 11 de agosto de 1827 (que criou os dois primeiros cursos de Direito no Brasil – em Olinda e em São Paulo), até as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) atuais (2021). Os cursos de Direito, oferecidos nas instituições de ensino superior (IES) sendo consideradas aparelhos sociais disciplinares, produzem e reproduzem discursos de verdade e de poder: um poder-saber jurídico. Esses discursos constroem um tipo de conhecimento que legitima e é legitimado em uma maneira própria de analisar o mundo. Os cursos de Direito em Portugal influenciaram de maneira direta a origem dos cursos de Direito no Brasil, sendo certo que o conhecimento produzido e reproduzido é, até hoje, baseado em uma epistemologia eurocêntrica. Os currículos, desde a origem, são inegavelmente apropriações da herança portuguesa, reprodutoras de um saber europeu elitizado, restrito à alguns grupos detentores de poder. As diretrizes curriculares são instrumento do poder estatal que determina que tipo de saber será ensinado, aprendido – reproduzido. Uma espécie de "longa manus" do Estado que alcança a educação superior (professores e estudantes), estabelecendo os regramentos que, após implementados nos cursos, serão fiscalizados e bem monitorados através de exames, provas, evidências, levantamentos, demonstrações e comprovações da boa execução. Também a representação da classe se mostrou "necessária" para a defesa de interesses e manutenção do poder desde sua origem. Em 1843 é fundado o Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB) – precursor da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Órgão que sempre objetivou proteger os direitos dos advogados, além de se manifestar sobre questões jurídicas importantes para o país, provando como também é instrumento de exercício do poder-saber. É o princípio de justiça que reproduz, preserva e matem o status quo. Os cursos de Direito e a classe (composta por egressos assujeitados) mantém o poder que vai se impregnando na vida dos indivíduos: os corpos-dóceis dos juristas. Os cursos normalizam práticas, rituais, discursos, símbolos, métodos, procedimentos. O uso do título de 'doutor', o uso da toga, de um vocabulário específico, a força de uma decisão judicial, fazem com que as relações de poder sejam reforçadas a todo o instante. Estabelece-se uma distância entre os sujeitos que 'detém' o poder do uso da palavra, do título, do saber, em relação aos que não 'detém'. Produz-se uma verdadeira subjetividade jurídica: efeito do poder legitimado pelo Estado, pelas instituições sociais e pelos próprios sujeitos-assujeitados. Ficam legitimados também o poder de conceder liberdade, de aprisionar, de estabelecer o que é certo, o que é errado, o que é justo ou injusto, as regras

legais que vão nortear a vida das pessoas. Tudo isso é ratificado pelos dispositivos de poder-saber. A educação jurídica estabelece o que é e como se concretiza a justiça social. Diante disso, não se pode ter a pretensão de acreditar que o conhecimento jurídico é neutro. De que ele está desvinculado de relações de poder. Ao contrário. É importante ter a consciência desse estado de coisas e resistir a elas. Em suma, após apontar os principais conceitos foucaultianos, a pesquisa objetiva contextualizá-los com a educação dos cursos de Direito no Brasil. Fazendo uma análise cronológica e genealógica da história desses cursos no país, a intenção é apresentar, dentro do contexto educacional, como os dispositivos de poder-saber são próprios da área jurídica. Apresentar também caminhos pedagógicos outros que possam contribuir para um genuíno processo de superação dos desafios postos à educação jurídica na atualidade. Nesse sentido, o propósito é estudar a constituição da subjetividade e dos saberes no campo da educação do Direito a partir da teoria foucaultiana. Através da análise crítica, verificar como as relações de poder, controle e disciplina contribuem para a produção e reprodução de discursos de verdade e poder no âmbito dos processos educativos. E como é possível estabelecer outros modos de pensar e aprender o Direito. O problema proposto é: como os processos educativos dos cursos de Direito no Brasil participam da construção do sujeito, de sua subjetividade e do conhecimento jurídico? A hipótese que norteia a pesquisa é de que os cursos de Direito, antes de serem um ambiente de liberdade e de construção da autonomia do sujeito, são espaço disciplinar de controle e produção de conhecimento específico a partir de relações de poder. Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de análise conceitual, sendo utilizadas obras do próprio autor, Michel Foucault, comentadores de sua teoria, e desta com a educação, além de documentos legislativos nacionais e estudos que tratam dos cursos de Direito no Brasil. Os resultados indicam que, partindo da teoria e análise foucaultianas, os cursos de Direito são disciplinares, sendo a educação jurídica um instrumento de poder que produz saberes e constrói subjetividades. Apesar disso, a resistência se apresenta como uma abertura à mudança, à construção do novo, com o uso da palavra verdadeira (o discurso autônomo), do cuidado de si e do domínio da ética, sendo possível estabelecer outros caminhos para a ciência do Direito. Assim também são estabelecidos caminhos outros para a educação jurídica no país, a partir de práticas emancipatórias. A resistência ao poder, no entendimento de Foucault, é uma possibilidade real de mudança. Não se trata de indagar se o poder é bom ou mau, legítimo ou ilegítimo. Mas, sim, de desvendar as condições de existência do poder: deve-se retirar do poder suas sobrecargas morais e jurídicas. A possibilidade de resistência, para Foucault, não está na denúncia moral ou na reivindicação de um direito determinado. Está na ordem estratégica e da

luta: contra as formas de dominação e contra as formas de sujeição que vinculam o sujeito consigo mesmo e, desse modo, asseguram sua sujeição aos outros. A educação, para o autor, se esforça por ser o instrumento graças ao qual, em uma sociedade como a nossa, qualquer indivíduo pode ter acesso a qualquer tipo de discurso. Todo sistema de educação é uma maneira (política) de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles comportam. Assim sendo, o uso da palavra verdadeira, autêntica, baseada no cuidado de si e no domínio da ética são formas de resistir e seguir com uma educação autônoma e libertadora. Os cursos de Direito devem, então, refletir em seus currículos, discursos e práticas essa resistência que é ferramenta efetiva de transformação concreta das relações de poder-saber.

PALAVRAS-CHAVE

Cursos de Direito no Brasil. Genealogia. Michel Foucault. Poder-saber.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E POLÍTICA EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE DA PRÁTICA DOCENTE NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO DE BOM-JESUS-PB

Aucione Leite de Brito Gouveia
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Política Educacional, Direito e Desenvolvimento
aucionelbgbj@gmail.com

RESUMO

Em análise as dificuldades de implementação das Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08 na rede municipal de educação de Bom Jesus-PB, especialmente nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Maria do Carmo Gonçalves. As referidas legislações estabelecem a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena no currículo escolar da Educação Básica, configurando-se como importantes instrumentos para o fortalecimento da Educação das Relações Étnico-Raciais e para a promoção de práticas pedagógicas antirracistas. A pesquisa parte da compreensão de que, apesar dos avanços legais e curriculares, ainda persistem entraves institucionais, pedagógicos, formativos e socioculturais que dificultam a efetivação dessas políticas públicas educacionais nas escolas municipais, sobretudo em municípios de pequeno porte. Nesse contexto, o estudo pretende investigar de que maneira a ausência de formação docente continuada, a limitação de recursos pedagógicos e estruturais e a permanência de práticas curriculares eurocêntricas impactam diretamente a prática pedagógica dos(as) docentes. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter descritivo-analítico, desenvolvida a partir de um estudo de caso. A coleta de dados ocorrerá por meio da análise documental de legislações, diretrizes curriculares, Projeto Político-Pedagógico e planos de ensino, além da realização de entrevistas semiestruturadas com gestores, coordenadores pedagógicos e professores da rede municipal de educação de Bom Jesus-PB. Os dados serão analisados com base na análise de conteúdo proposta por Laurence Bardin. O referencial teórico fundamenta-se nas contribuições de Stephen J. Ball, Kabengele Munanga, Nilma Lino Gomes, Vera Maria Candau, José Gimeno Sacristán e Mikhail Bakhtin, autores que possibilitam refletir sobre currículo, formação docente, políticas públicas educacionais e práticas antirracistas no contexto escolar. Espera-se que a pesquisa contribua para o fortalecimento das políticas de Educação das Relações Étnico-Raciais, subsidiando futuras ações de formação docente, revisão curricular e construção de práticas pe-

dagógicas comprometidas com a equidade racial, o respeito à diversidade e a promoção de uma educação democrática e antirracista.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Antirracista. Relações Étnico-Raciais. Formação docente. Currículo escolar. Práticas Pedagógicas.

POLÍTICA EDUCACIONAL E O ENSINO DA MATEMÁTICA: DE POMBAL ÀS REFORMAS DE FRANCISCO CAMPOS E CAPANEMA

Aramis de Freitas Leite
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Política Educacional, Direito e Desenvolvimento
profaramileite@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a trajetória histórica do ensino da matemática e da formação docente no Brasil, compreendida entre o período colonial e o Estado Novo. A justificativa da pesquisa consiste na necessidade de compreender como as políticas educacionais e o ordenamento jurídico brasileiro foram instrumentos fundamentais para moldar o ensino da matemática em conformidade com os projetos de desenvolvimento econômico e social da nação. O objetivo geral é analisar as transformações nos currículos e nas instituições de ensino, evidenciando como as reformas legislativas consolidaram a matemática como disciplina central na modernização do país. A metodologia adotada para esta pesquisa é caracterizada como uma pesquisa documental e bibliográfica de caráter histórico-analítico, fundamentada na análise de decretos-lei, estatutos universitários e literatura especializada sobre a história da educação matemática. O referencial teórico estrutura-se no embate entre a tradição humanista jesuítica, o ideário positivista da Primeira República e os princípios reformistas da Escola Nova, que nortearam as mudanças educacionais na década de 1930. A pesquisa vem revelando que, após séculos de hegemonia religiosa e foco em aplicações militares (engenharia), o ensino da matemática sofreu uma virada institucional. A Reforma Francisco Campos (1931) foi o marco jurídico que retirou o ensino secundário de seu papel meramente preparatório para o ensino superior, dotando-o de uma função formativa própria. A criação da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935) permitiu a transição do magistério exercido por engenheiros, intitulados como autodidatas, para professores com formação acadêmica específica em matemática. Outro marco relevante é a consolidação do modelo de licenciatura “3+1” pela Faculdade Nacional de Filosofia em 1939, que estabeleceu o padrão de formação pedagógica em nível superior no país. As considerações finais indicam que a evolução da educação matemática no Brasil não foi um fenômeno isolado, mas o resultado de políticas de Estado que visavam o desenvolvimento técnico e a industrialização. O estudo conclui até o momento que os marcos legais, como a Reforma Capanema (1942), embora marcados pelo

viés nacionalista e autoritário do Estado Novo, foram determinantes para a estruturação do sistema educacional contemporâneo, vinculando o Direito Educacional à construção de uma força de trabalho especializada para o progresso nacional.

PALAVRAS-CHAVE

Política Educacional. História da Matemática. Direito Educacional. Formação de Professores. Reformas Educacionais.

DESAFIOS DOCENTES NA FORMAÇÃO CONTINUADA PARA IMPLEMENTAÇÃO DAS LEIS FEDERAIS 10.639/2003 e 11.645/2008

Marta Maria Silva
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Politica
marta.silva@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Esta pesquisa parte da constatação das dificuldades enfrentadas por professores da rede municipal de Praia Grande-SP para implementar as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena. O estudo busca identificar lacunas na formação docente relacionadas ao letramento racial e à educação antirracista, fundamentando-se no conceito de "Movimento Negro Educador" de Nilma Lino Gomes (2017), que discute como os saberes produzidos pelas lutas raciais devem reeducar as instituições. Além disso, a investigação dialoga com a perspectiva decolonial de Catherine Walsh (2009), refletindo sobre a necessidade de uma pedagogia que rompa com a colonialidade do saber e proporcione condições adequadas de trabalho para os professores. Apesar da obrigatoriedade legal, a implementação efetiva dessas diretrizes ainda é incipiente, com ações pedagógicas frequentemente restritas a momentos pontuais do calendário, como o mês de novembro, evidenciando o que Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2004) aponta como a necessidade de uma mudança estrutural no currículo. O projeto visa valorizar a contribuição da cultura negra e indígena na formação da sociedade brasileira, promover o combate ao racismo estrutural e ampliar a abordagem desses temas durante todo o ano letivo. A metodologia envolve uma abordagem metodológica quantitativa e qualitativa, incluindo a análise de dados do censo escolar e a realização de entrevistas semiestruturadas para compreender as experiências e os desafios práticos enfrentados no cotidiano das escolas. O estudo destaca a urgência de políticas educacionais orientadas para a equidade e de uma educação antirracista que sirva de base para uma sociedade justa e democrática.

PALAVRAS-CHAVE

Letramento racial. Educação antirracista. Formação docente. Educação decolonial. Lei 10.639/03.

PAULO FREIRE E A ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL: UMA PROPOSTA NA PERSPECTIVA CRÍTICO-LIBERTADORA

Luiza Piruk Nuñez
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
lupiruk@hotamil.com
Denise Regina da Costa Aguiar
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
deniseaguiar@unisantos.br

RESUMO

Esta pesquisa de mestrado, em desenvolvimento, investiga a política pública educacional que permite à democratização da escola, por meio da autonomia e do protagonismo dos educandos. Alinhada à pedagogia crítico-libertadora freireana, balizada pelo princípio do diálogo com a participação das crianças pequenas na busca pela humanização. A investigação tem como objetivo a compreensão de como os princípios freireanos podem contribuir para a atuação do orientador educacional (OE) de modo a potencializar a emancipação das crianças pequenas, nas escolas de educação infantil, do município de Cubatão- SP. O quadro teórico apresenta a finalidade de anunciar uma educação emancipatória fundamentada em Paulo Freire (1967, 1987, 1994, 1996, 1997, 1999, 2001, 2020), que declara a sua concepção de que a pré-escola deve educar e exige diálogo com o mundo e com os outros, requer consciência de inacabamento, da libertação do condicionamento, da busca pela autonomia, da alegria, amorosidade e esperança. Em relação à fundamentação específica considera os autores Pimenta (1988), Grinspun (1996), Lima (1992) e Bordenave (1994) numa proposta de atuação da gestão educacional à luz da participação democrática. O procedimento metodológico utilizado consiste numa abordagem qualitativa das autoras Ludke e André (1986), Sszymanski (2018) e Minayo (2007) e serão realizados dois protocolos de coleta de dados, as entrevistas semiestruturadas e a análise documental, acrescentados à investigação bibliográfica. Os dados serão analisados pelo critério de conteúdo e triangulados com a literatura pertinente para análise do discurso coletado, identificando como a prática do diálogo e da participação na realidade concreta, o cotidiano escolar, poderá possibilitar a formação de crianças pequenas como sujeitos críticos, autônomos e emancipados. Es-

pera-se que o resultado, deste estudo, possa contribuir com caminhos para a consolidação de espaços de dialogicidade na formação das crianças pequenas, com vistas a uma educação humanizada que permita a garantia dos direitos humanos e da justiça social.

PALAVRAS-CHAVE

Política pública educacional. Orientação educacional. Educação infantil. Paulo Freire. Cubatão.

LAICIDADE E RELIGIÃO: PRESENÇA DE GRUPOS NEOPENTECOSTAIS NA ESCOLA PÚBLICA

Adilmar Veloso de Oliveira
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Política
adilmar.veloso@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Ao escolher escrever sobre o tema, Laicidade e Religião: Presença de grupos neopentecostais na escola pública, foi devido a observações pessoais a partir do senso comum e analíticas da vinda de um grupo religioso dar palestras sobre valores para alunos do ensino médio no período noturno em uma escola pública na Baixada Santista. A escola pública por ser considerada laica desde a primeira Constituição Federal da República de 1891 e conforme a Constituição Federal 1988 e a LDB (1996), tive a impressão como servidor público de ter espaço onde trabalho invadido por pessoas que não tinham formação adequada para entrar na escola, fazer trabalhos que os próprios professores poderiam fazer, privilegiar apenas um grupo religioso como está acontecendo em várias escolas públicas Brasil afora, desviar a função da escola pública de seus objetivos e finalidades para outros fins, que não são constitucionais e sim com objetivos de "passar valores" através de brincadeiras, que entre uma e outra, citavam personagens bíblicos.

A pesquisa não tem intenção de questionar a fé e a religião de ninguém, visto que há autores e trabalhos que discorrem muito bem sobre esses temas, mas busca analisar a Constituição Federal desde o Brasil império até à Constituição Federal de 1988. A escola pública no Brasil sempre foi atacada por diversas políticas públicas que visam seu desmonte e domínio pela, e em tempos de governos privatistas e com o avanço do neoliberalismo, onde tudo pode ser negociado ou visto como fonte de ganhar dinheiro, precarização dos serviços públicos e desvalorização do servidor público é uma maneira de acelerar o desmonte da escola pública. Outro fator, é que devido a pandemia COVID19, a complexidade do mundo em que vivemos, busca-se soluções fáceis para que as pessoas, neste caso, os alunos, encontrem respostas fáceis para suas angústias, deficiências de aprendizagens e mesmo o encontro de si mesmo através de respostas fáceis, como "valores" e cada vez mais com a utilização de IA e redes sociais como fontes de informações. Quanto aos conhecimentos a respeito do tema que escolhi, há vários que vão desde a escolhas de livros e autores consagrados, além de dissertações de mestrado

e teses de doutorado, O tema relevante, pois trata-se de uma violação de leis e desconfiguração do sentido da escola pública e tomada dessa mesma por grupos que têm interesses de dominar e reconfigurar a escola pública e seus frequentadores conforme seus interesses pessoais, financeiros, ideológicos e políticos.

PALAVRAS-CHAVE

Laicidade. Fascismo. Neoliberalismo. Privatização da Educação Pública.

A REFORMULAÇÃO DO CURRÍCULO DE ARTE/MÚSICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES/AS DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Rita Maria Gonçalves
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: políticas e práticas pedagógicas
ritagoncalves02@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho destaca que o currículo, nas formas como se apresenta aos professores/as e alunos/as, é uma opção historicamente configurada, no âmbito de uma determinada cultura e política social e escolar, e carrega valores e pressupostos que são necessários decifrar, para envolver uma formação cultural e pedagógica. Diante disso, este texto tem como objetivo analisar a reformulação do currículo de Arte/Música na formação de professores/as da educação básica e seus efeitos para um ensino que seja mais inclusivo e justo. Fundamenta-se em Moscovici (2011, 2012), à medida que se pretende compreender como se pensa e se organiza o currículo na perspectiva da superação das desigualdades e no sentido de se promover a inclusão e a justiça social. Há outros aportes para a compreensão do currículo, mas considera-se que Ponce e Neri (2017) contribuem para o entendimento do currículo como um processo de construção de justiça curricular. Desenvolveu-se uma análise de conteúdo (Bardin, 1977), indicando duas categorias: os "efeitos de normalização" e os "efeitos de polarização". Quanto aos efeitos de normalização, a BNCC (Brasil, 2017), ao nomear as "Dimensões do Conhecimento", atribui uma normatização (Moscovici, 2011) para o componente curricular "Arte", pois se trata de um processo, em que é preciso se conformar ao "dever ser". Quanto aos efeitos de polarização, os resultados apontam: 1º não se enfatizam as especificidades das linguagens artísticas; 2º a "Música" passa a ser considerada como "Unidade Temática" do componente curricular "Arte"; 3º há críticas quanto às "Dimensões do Conhecimento", pois: a) a "Criação" – não assume uma posição crítica/criativa dos elementos da linguagem musical; 3º a "Expressão" - contraria a ideia de contextualização dos significados das manifestações e práticas musicais que não se voltam para uma cultura inclusiva e justa; 4º a "Fruição" e "Estesia" – não podem se resumir à "vivência em arte", descaracterizando manifestações ou leituras culturalmente descontextualizadas; 5º a "Crítica" e a "Reflexão" – precisam ser reforçadas, pois deveriam ser consideradas como valores a serem vivenciados de modo artístico sob um olhar decolonial, problematizador, crítico e criativo. Por fim, que haja justiça curricular, como uma concepção de currículo que reconheça

a pluralidade cultural da sociedade, eleve os saberes. Nesta perspectiva é necessário que se faça uma análise crítica dos conteúdos curriculares, impostos pelas políticas curriculares, para valorizar os diversos saberes culturais a partir das necessidades dos/as alunos/as e dos/as professores/as. É urgente que a formação docente se desenvolva de maneira adequada nas quatro linguagens da Arte. Trata-se, assim, de uma questão de justiça curricular.

PALAVRAS-CHAVE

Formação de Professores de Arte/Música. BNCC. Justiça Curricular.

DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO: COM A VOZ, AS PROFESSORAS INICIANTES

Maristela Cussolim
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Formação de Professores e Profissionais para a Educação Superior
maristelacussolim86@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A presente pesquisa investiga os desafios enfrentados por professoras alfabetizadoras iniciantes nos anos iniciais do Ensino Fundamental, buscando compreender como esses sujeitos significam o processo de alfabetização e de que maneira suas trajetórias de formação atravessam suas práticas. Parte-se das seguintes indagações: quais as dificuldades de ensino enfrentadas por professoras alfabetizadoras, especificamente, as iniciantes, no processo de alfabetização de crianças? Que relações podem ser estabelecidas entre as dificuldades da prática pedagógica e as trajetórias de formação docente desses sujeitos? A investigação tem como objetivos: compreender a concepção freireana de alfabetização, destacando a politicidade dessa prática e articulando-a aos princípios da Alfabetização Crítica e da Educação Popular; identificar as concepções de alfabetização que orientam a prática de professores iniciantes e analisar como as trajetórias formativas desses sujeitos dialogam com os desafios concretos do quefazer alfabetizador. A pesquisa fundamenta-se nos pressupostos de Paulo Freire, articuladas às discussões de Carlos Rodrigues Brandão, Ana Maria de Araújo Freire, Henry Giroux, Michael Apple, Maria Amélia Santoro Franco, Hubberman e Antonio Nóvoa, dentre outros autores que compreendem a alfabetização e a formação docente como práticas históricas, políticas e éticas. Parte-se da concepção de que alfabetizar não consiste em ensinar técnicas de leitura e escrita, mas implica inserir sujeitos na leitura crítica da realidade, bem como entender a escrita, não somente como elemento fundante da escolarização, mas como instrumento historicamente associado ao poder, relacionando-se a exclusão e silenciamento de determinados grupos. A investigação insere-se no campo da pesquisa qualitativa, em uma perspectiva crítico-emancipatória, utilizando como procedimento metodológicos entrevistas semiestruturadas com professores iniciantes e análise documental do Currículo da Educação Básica do Município de Praia Grande (2023). As análises parciais indicam que os desafios enfrentados pelos professores iniciantes ultrapassam as questões

exclusivamente metodológicas, relacionando às fragilidades da formação docente, às condições objetivas de trabalho e às pressões produzidas pelas políticas curriculares contemporâneas. Evidenciam-se a permanência de práticas alfabetizadoras marcadas pela racionalidade tecnicista, em contraste com a alfabetização crítica que compreende o processo como horizonte de humanização, conscientização e participação social. Espera-se que esta pesquisa contribua para o campo da alfabetização crítica e da formação de professores, ampliando o debate para além do método, valorizando processos formativos que articulem a rigorosidade, a politicidade da prática e o compromisso ético-político com a transformação social.

PALAVRAS-CHAVE

Alfabetização Crítica. Formação de Professores. Professores Iniciantes. Politicidade. Educação Popular.

FORMAÇÃO PERMANENTE DE EDUCADORES: PEDAGOGIA CRÍTICO-LIBERTADORA FRENTE AO TECNICISMO

Thais Morgado dos Santos Carvalho
Universidade Católica de santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia crítica: práticas e formação
thais.morgados@gmail.com
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto central de estudo a formação continuada de educadores no Brasil, compreendida como um espaço atravessado por disputas políticas e epistemológicas entre projetos de sociedade distintos. Isso decorre da consolidação de uma racionalidade tecnicista e neoliberal que parte de uma lógica fragmentada, reduzindo a docência e gestão escolar à simples aplicação de técnicas e pacotes instrucionais, o que obstaculiza a autonomia dos educadores e limita as práticas a metas para métricas de eficiência. Diante deste contexto, o estudo tem como objetivos delinear a formação de educadores no Brasil como um campo teórico em disputa; analisar a atualidade da formação continuada e a relação com tecnicismo sobre a autonomia docente e da prática pedagógica; investigar caminhos para a superação destas limitações, com horizonte à humanização pela formação permanente. Para isso, adota-se a centralidade da perspectiva dialética e na pedagogia de Paulo Freire, assim como, nos autores Henry Giroux, Luiz Carlos de Freitas, Christian Laval, Michael Apple, Gaudêncio Frigotto e Ira Shor. Assim, realizou-se uma análise bibliográfica e de políticas educacionais em torno da formação de educadores no Estado de São Paulo. A partir da investigação, se concluiu que a atual racionalidade formativa reifica os sujeitos e adoece os professores ao confiná-los a adequação ao mercado de forma fatalista, dessa forma, urge trabalhar pela formação permanente, considerando teoria e prática que partam da realidade das escolas, reconhecendo a inconclusão histórica do ser humano e desenvolvendo uma práxis investigativa.

PALAVRAS-CHAVE

Formação permanente. Tecnicismo. Pedagogia crítico-libertadora.

O ATUAL PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS METAS E ESTRATÉGIAS REFERENTES AO PLANO DE CARREIRA EM MUNICÍPIOS DA BAIXADA SANTISTA

Tereza Cristina Lourenço da Costa
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
ttcristtina@hotmail.com
Denise Regina da Costa Aguiar
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
deniseaguiar@unisantos.br

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar o Plano Nacional de Educação, para o decênio 2026-2036, instituído pela Lei 15.388, de 14 de abril de 2026, diante do conjunto das metas que definem, valorizam e estabelecem o desenvolvimento, diretrizes, perfil profissional e formativo dos professores na educação básica, no que diz respeito ao Plano de carreira dos professores, juntamente com as alterações e avanços na implementação dos planos de carreiras municipais de duas das nove cidades metropolitanas na baixada santista, sendo estas: Santos e São Vicente, com o intuito de apontar e analisar como a políticas públicas, valorizam, incentivam e resguardam o profissional do magistério da educação básica não só através das metas previstas no PNE, mas também na pratica e na execução nos planos de carreiras municipais apontando suas fragilidades e potencialidades em relação ao previsto no atual PNE. O trabalho em questão se justifica pela análise e leitura da observação do cumprimento das metas do PNE que garantem o incentivo a formação no magistério, a evolução profissional e consequentemente pessoal através da profissão escolhida além do conhecimento a nível nacional e regional da precisão do plano de carreira, isto é o conhecimento do ponto de partida da profissão e de onde pode-se chegar até e durante a aposentadoria dos professores. A pesquisa desenvolve-se com uma abordagem qualitativa e os procedimentos metodológicos utilizados envolvem análise de documentos físicos e ou virtuais extraídos de sítios públicos, e textos científicos relacionados aos planos de carreiras e o atual PNE a luz da teoria freireana. Esta argumentação está pautada no estudo do atual Plano Nacional de Educação (PNE)

e dos Planos Municipais de Educação de duas cidades litorâneas da baixada santista que dialogará como referencial teórico de Dourado (2017,20), Silva (2020) e Freire (1986,1986). O atual plano nacional de educação traz novos avanços, proporciona a este estudo acompanhar e apontar as implementações nos planos municipais de educação no que diz respeito a valorização do professor de Educação básica e os impactos causados na região.

PALAVRAS-CHAVE

Plano nacional de educação. Plano de carreira. Educação Básica. Paulo Freire. Autonomia.

AS CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS TRADUTORES E INTÉRPRETES DE LIBRAS DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO

Matilde Perez Quintairos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Educação: Trabalho e Formação
matilde.perez.quintairos@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Esta pesquisa em andamento insere-se no campo das Políticas Públicas em Educação e investiga as condições de trabalho dos Tradutores e Intérpretes de Libras (TILs) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP). O cenário de análise é marcado pela expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e pelo aumento das matrículas de estudantes surdos, evidenciando tensões entre as políticas de garantia de acesso à educação e os processos de precarização do trabalho no setor público. O objetivo geral consiste em problematizar as condições de trabalho desses profissionais, analisando as contradições entre o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE) e as normativas institucionais que regulamentam a atuação da categoria no IFSP. A fundamentação teórica apoia-se nas contribuições de Ricardo Antunes e Selma Venco acerca das reconfigurações do trabalho e dos processos de precarização e desvalorização no setor público. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratório-descritiva, desenvolvida por meio de pesquisa documental, questionários estruturados e entrevistas, utilizando a triangulação de dados. O tratamento das informações fundamenta-se na Análise de Conteúdo de Bardin e na interpretação de significados de Bogdan e Biklen. As considerações provisórias indicam que a ampliação do acesso à educação ocorre em descompasso com a oferta de condições institucionais adequadas ao exercício profissional dos TILs, configurando contradições entre as políticas de inclusão e as condições concretas de trabalho desses servidores. A análise inicial evidencia processos de desvalorização e precarização, expressos na inadequação do enquadramento funcional, no avanço da terceirização e em jornadas de trabalho que podem repercutir na saúde ocupacional desses profissionais. A pesquisa pretende contribuir para o debate sobre as condições de trabalho dos TILs e para a reflexão acerca das políticas públicas voltadas à valorização da função no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

PALAVRAS-CHAVE

Condições de trabalho. Tradutor e Intérprete de Libras. IFSP. Precarização do trabalho. Políticas públicas em educação.

O CONCEITO DE CORPO CONSCIENTE NA PERSPECTIVA FREIREANA: LACUNAS INVESTIGATIVAS NA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Joice Mendes dos Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
joiceiluminessencia@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa está em desenvolvimento no campo da Educação para as Relações Étnico-Raciais, propondo analisar o conceito de 'corpo consciente' na obra de Paulo Freire, articulado às reflexões de corporeidade de Nilma Lino Gomes, que compreende o corpo como uma dimensão histórica, social, política e produtora de saberes. Compreendemos o 'corpo consciente' como um caminho de anúncio, denúncia e diálogo, para a promoção de uma consciência crítica na educação para as relações étnico-raciais. Tal proposta se torna ainda mais urgente ao considerarmos a invisibilização histórica do corpo negro, que, ao ser silenciado, não tem seus saberes, identidades e vivências devidamente reconhecidos na escola. A pesquisa se desenvolve com uma abordagem qualitativa. A metodologia utilizada é a revisão bibliográfica para a construção do estado da questão sobre a temática, com busca nos descritores 'corporeidade' e 'educação', no banco de dados da Capes. Até o momento, identificamos, nas dissertações e teses, que os conhecimentos produzidos, na área de Educação e Ciências Humanas, concentram-se na área de conhecimento da Educação Física, sob a perspectiva do corpo em movimento. Embora essas pesquisas contribuam de maneira significativa para a perspectiva da cultura do corpo em movimento, observa -se uma lacuna significativa acerca deste corpo consciente no mundo. Logo percebemos a pouca articulação entre corpo, consciência crítica e relações étnico - raciais. Diante disso, o estudo busca contribuir para o fortalecimento da educação antirracista, ao propor o conceito de 'corpo consciente' como uma possibilidade político-pedagógica, fundamentada no anúncio, na denúncia e no diálogo, em uma perspectiva freireana. Nesse sentido, o corpo consciente é proposto como um método, uma prática que permite a construção da consciência crítica, articulando o corpo como espaço de experiência, resistência e produção de conhecimento, podendo promover, assim, a transformação das relações étnico-raciais no espaço educativo.

PALAVRAS-CHAVE

Corpo consciente. Educação para as Relações Étnico-Raciais. Consciência crítica. Corporeidade. Educação antirracista.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA O FORTALECIMENTO DA LÍNGUA MATERNA DO POVO TUPI NO MUNICÍPIO DEMONGAGUÁ -SP

Marcia Alcantara
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
marciatapindja@gmail.com
Denise Regina da Costa Aguiar
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
deniseaguiar@unisantos.br

RESUMO

Esta pesquisa, em desenvolvimento, tem como objetivo investigar os desafios e as possibilidades para o fortalecimento e revitalização da língua Tupi, enquanto elemento fundamental da identidade cultural indígena. O estudo fundamenta- se na perspectiva freireana, pois "não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino", a língua é o instrumento através do qual o ser humano lê o mundo, diz a palavra e constrói sua consciência crítica. Negar a língua materna de um povo é, na visão Freireana, um ato de violência cultural e desrespeito à sua dignidade. Krenak (2019), ressalta que a língua materna é mais que um meio de comunicação – é a forma de carregar consigo a história e a essência do grupo ao qual pertencemos. Krenak (2020), defende que manter a língua materna é valorizar as línguas originárias, uma maneira de lutar contra o apagão cultural imposto historicamente. Para Freire (1996), o saber não vem só dos livros, mas da experiência cotidiana das pessoas. Por isso, a identidade cultural é feita desse saber que vem da prática, das tradições vividas e compartilhadas. Quando a comunidade fala sobre seus costumes, ela reafirma sua existência e fortalece sua liberdade para transformar o mundo. O procedimento metodológico a ser utilizado consiste numa abordagem qualitativa Ludke e André (1986) e Minayo (2007), com revisão bibliográfica, análise de materiais didáticos existentes e estudo de caso na Aldeia Nhamandu Mirim, com realização de observação participante e entrevistas semiestruturadas com falantes e educadores. Espera-se que o resultado, deste estudo, possa contribuir com o fortalecimento da Língua Materna Tupi, pois a questão linguística é indissolúvel da luta por sobrevivência étnica, autonomia e justiça social. A língua é a base fundamental da identidade e resistência dos povos originários. Diante do processo de declínio provoca-

do pela colonização, as ações de revitalização devem ser integradas: unindo transmissão intergeracional, práticas educativas emancipatórias e políticas públicas justas e humanizadoras.

PALAVRAS-CHAVE

Política pública educacional. Identidade cultural. Povos originários. Consciência crítica. Humanização.

A INFLUÊNCIA NEOLIBERAL E TECNICISTA NA BNCC DA COMPUTAÇÃO

Beatriz Cividanes Iori
Universidade Católica de Santos
Grupo de Estudos e Pesquisas Políticas e gestão educacional
beatriz.cividanes@unisantos.br

RESUMO

Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) no Brasil, para suprir a necessidade de mão de obra para as indústrias e, assim, alavancar a economia, o governo federal alterou os rumos da educação deslocando de uma opção conteudista, enciclopedista e propedêutica para uma formação Tecnicista, focada na eficiência e produtividade para formação de mão de obra. Essa ideia foi importada dos Estados Unidos, por meio dos acordos MEC-USAID, com uma mentalidade capitalista de produzir mais e com mais eficiência. Os governos militares brasileiros apenas aplicaram essas ideias reformulando todo o sistema de ensino, da escola básica à universidade. No governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), a política educacional e a criação de escolas técnicas foram marcadas por um plano de modernização, focado na inserção do Brasil na economia global e na expansão da infraestrutura educacional.

Hoje, mais de 60 anos depois, ainda vemos resquícios desse pensamento neoliberal e enfrentamos problemas com o ensino de disciplinas do campo das exatas como Matemática e Física, dado às metodologias de ensino "Tecnicista-mecanicista" utilizadas, onde se foca muito mais o "Como" (técnica) do que o "Porque" (finalidades). Definida através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo, norteando os currículos das redes de ensino da educação básica, que estabelece conhecimentos, competências e habilidades para os diferentes níveis educacionais. Seu principal objetivo é ser balizadora da qualidade da educação no país, contendo textos introdutórios, competências gerais, específicas e habilidades, divididas em geral, por etapa e por área. Publicada por meio do Parecer CNE/CEB 2/2022, a BNCC recebe um complemento, a BNCC Computação, que trata do ensino da computação na educação básica. A Sociedade Brasileira de Computação (SBC) elaborou, para as Diretrizes de Ensino de Computação na Educação Básica, um conjunto de habilidades computacionais, que passaram a ser os eixos nos quais o documento da base é organizado, sendo eles Pensamento Computacional, Mundo Digital e Cultura Digital. Sua implementação está sendo gradual, mas as redes de ensino já estão orientadas para que

atualizem seus currículos em alinhamento com as diretrizes da base, como uma das condicionalidades exigidas para que a complementação do Valor Aluno Ano Redução de Desigualdades (VAAR) do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) seja efetivada pela União. Assim, os conceitos tecnicistas, vistos na educação brasileira desde o período da Ditadura Militar, continuam tendo práticas presentes nas escolas de hoje em dia. A BNCC Computação, por mais que seja uma medida para a inclusão digital dos estudantes e a importância do uso consciente da tecnologia, por vezes pode utilizar de práticas consideradas tecnicistas. Utilizar da computação apenas para programação de computadores, com algoritmos, sem uma devida explicação da lógica e aplicação no dia a dia, um ensino apenas técnico e pouco crítico, pode levar a BNCC Computação a ter uma péssima aceitação nas redes de ensino.

PALAVRAS-CHAVE

BNCC Computação. Pensamento Computacional. Mundo Digital. Cultura Digital. Ensino tecnicista.

CENTROS DE APRENDIZAGEM E AUTONOMIA DISCENTE: CONTRIBUIÇÕES FREIREANAS À FORMAÇÃO DOCENTE

Isabela Coutinho Barros Azevedo
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação
isabela.cbarros08@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho, vinculado a uma pesquisa de doutorado em andamento, tem como objetivo analisar os Centros de Aprendizagem como estratégia didática de fortalecimento da autonomia discente na Educação Básica. Essa investigação compreende a autonomia como processo de formação de sujeitos capazes de participar, escolher, argumentar, cooperar e atribuir sentido ao próprio percurso formativo. A discussão se ancora, principalmente, em Paulo Freire, para quem a autonomia se constitui nas relações educativas construídas por meio do diálogo, da responsabilidade, da curiosidade epistemológica, do rigor e da leitura crítica do mundo, articulando-se também às contribuições de Ryan e Deci sobre motivação, escolha significativa e engajamento. A justificativa parte da lacuna de estudos específicos sobre Centros de Aprendizagem na produção acadêmica, o que torna necessário recorrer, neste momento da pesquisa, a trabalhos sobre metodologias ativas e rotação por estações. Contudo, essa aproximação exige cuidado conceitual: a rotação por estações é descrita, em geral, como modelo de alternância entre atividades organizadas em tempos e espaços definidos; os Centros de Aprendizagem, no contexto deste estudo, são compreendidos como ambientes pedagógicos mais amplos, estruturados para investigação, autoria, interação, cooperação e construção de sentidos. O problema que orienta a pesquisa consiste em compreender de que modo a formação docente pode ressignificar o uso dos Centros de Aprendizagem, favorecendo práticas pedagógicas voltadas à autonomia discente. Busca-se, assim, analisar os fundamentos teóricos e pedagógicos que permitem compreender os Centros como espaços de mediação, participação e desenvolvimento de responsabilidades compartilhadas que culminem na consolidação da autonomia discente. A pesquisa assume abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, articulando um levantamento recente sobre autonomia, apoio docente à autonomia, metodologias ativas e rotação por estações. Como síntese preliminar, sustenta-se que a autonomia emerge quando o planejamento docente organiza escolhas consistentes, problemas intelectualmente desafiadores, cooperação entre pares, acompanhamento sensível e possibilidades de participação efetiva

dos estudantes. Ao interlaçar as literaturas que fundamentam o estudo, percebe-se que os Centros de Aprendizagem favorecem a autonomia quando transformam a organização da sala em experiência formativa, na qual o estudante encontra condições para tomar decisões, negociar caminhos, enfrentar problemas, colaborar com os pares e reconhecer-se como sujeito ativo do processo educativo.

PALAVRAS-CHAVE

Autonomia. Centros de Aprendizagem. Formação Docente. Metodologias Ativas. Pedagogia Freireana.

JARDINS DA MEMÓRIA: A EDUCACIDADE E AS DISPUTAS DE SENTIDO NO ESPAÇO URBANO DE SANTOS

Mariana Bezerra Silva
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Política
mariana.bezerra@unisantos.com.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

A presente pesquisa investiga os Jardins da Orla de Santos como um território pedagógico vivo, analisando como esse espaço público opera como um instrumento de educacidade e quais narrativas de identidade coletiva são privilegiadas em seus monumentos. Partindo da premissa de que a cidade não é apenas um cenário de circulação, mas um agente formativo, o estudo utiliza o conceito de educacidade para compreender a politicidade intrínseca ao planejamento urbano e à preservação patrimonial. O objetivo central é analisar o potencial educativo dos jardins e como eles, através de seus marcos e monumentos, mediam a relação entre o Estado e a comunidade, ora reforçando memórias hegemônicas, ora abrindo brechas para a consciência crítica. A fundamentação teórica ancora-se na pedagogia de Paulo Freire, especialmente nos conceitos de invasão cultural e dialogicidade, para discutir como o silenciamento de certas vozes populares na construção do patrimônio pode configurar uma prática antidialógica. Complementarmente, utiliza-se o referencial de Michel Foucault sobre o poder e a governamentalidade para entender os jardins como dispositivos urbanos que regulam gestos e subjetividades, funcionando como redes de interação onde a memória é negociada continuamente. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa assume uma abordagem qualitativa de natureza documental e bibliográfica. O corpus documental é composto por legislações de preservação, registros da indústria cultural e, fundamentalmente, por um levantamento sistemático em periódicos, que permitem mapear as intenções políticas e sociais por trás da ereção dos monumentos. Os resultados parciais indicam que os jardins, embora idealizados por Saturnino de Brito sob uma ótica sanitarista e estética, converteram-se em suportes de uma "história oficial" que frequentemente glorifica heróis nacionais em detrimento de narrativas locais e plurais. Conclui-se que a compreensão dos jardins como espaços de educacidade é essencial para que a educação patrimonial transcenda a mera contemplação e se torne um exercício de cidadania e resistência, capaz de desvelar os mecanismos de poder inscritos no cotidiano da cidade.

PALAVRAS-CHAVE

Jardins da Orla de Santos. Educacidade. Memória. Paulo Freire.

FORMAÇÃO DOCENTE: O ESTÁGIO SUPERVISIONADO ANCORADO NA PEDAGOGIA CRÍTICA FREIREANA

Rosângela Rodrigues dos Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação
rosangelajua@gmail.com

RESUMO

A pesquisa tem como objeto de estudo o estágio supervisionado na formação docente, historicamente vivenciado de modo burocrático, sem fertilizar reflexões e problematizações da realidade. O estudo se constitui como resistência à racionalidade técnica ainda presente na formação docente, que obstaculiza o desenvolvimento da criticidade. Nesse contexto, a investigação justifica-se pela necessidade de problematizar os modos de constituição do estágio supervisionado e de construir outras possibilidades formativas comprometidas com a humanização, a escuta ativa e a produção coletiva de conhecimentos da/na profissão docente. A pesquisa fundamenta-se nos princípios da Pedagogia Crítica Freireana (PCF), na perspectiva de problematizar a prática e constituir caminhos formativos críticos. Indagando: De que forma a Pedagogia Crítica freireana poderá contribuir com as reflexões sobre o estágio numa perspectiva crítica na formação docente, em comunhão com os docentes da escola-campo? O objetivo do estudo é compreender as contribuições da PCF para os caminhos possíveis de uma prática crítica durante o estágio supervisionado, sob a ótica do professor da escola-campo como coformador. O referencial teórico está alicerçado em Freire (1996; 2020; 2023; 2024) e Franco (2016; 2019; 2024; 2025). A metodologia utilizada para a construção dos dados foi a Pesquisa-Ação Pedagógica (PAPe), amparada em Franco (2016; 2019; 2025), buscando desenvolver dinâmicas compreensivas sobre a formação docente. Os encontros reflexivos foram realizados com o coletivo investigador, composto por onze professores da escola pública que recebem estagiários dos cursos de licenciatura na região do Cariri cearense. O movimento investigativo foi circundado por momentos formativos que integraram diálogo, contradições, problematizações e referenciais teóricos, colocando em evidência a contribuição do professor da escola-campo como coformador em um processo de estágio crítico. No coletivo, foram sendo construídas sínteses compreensivas que tecem fios para a constituição de um estágio crítico, pautado na integração entre universidade e escola. Tal perspectiva pressupõe uma relação constante entre os campos formativos, superando a hierarquização historicamente vivenciada e favorecendo o sen-

tir-se parte da escola, bem como a autocompreensão sobre a formação e a práxis docente. Em síntese, os caminhos da pesquisa sugerem que práticas formativas dialogas e de de reflexão coletiva podem se proporcionar condições pedagógicas favoráveis na constituição de uma formação docente crítica (inicia e continuada), fundamentada no diálogo, na escuta, na problematização e na emancipação dos sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE

Formação docente. Estágio Crítico. Pedagogia Crítica freireana. Pesquisa-Ação Pedagógica. Diálogo.

ONDE ESTÃO OS PROFESSORES NEGROS NO ENSINO SUPERIOR?

Thiago dos Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Política
thiago.santos@liceusantista.com.br

RESUMO

O resumo aqui apresentado é referente a pesquisa de doutorado intitulada: Onde estão os professores negros no Ensino Superior? O ponto de partida para a construção da tese são os dados do último Censo do Ensino Superior de 2024 que revelaram que apenas 21% dos professores do Ensino Superior do Brasil se autodeclararam pretos e pardos. Para além da constatação de que docentes negros ainda não atingiram um percentual condizente com o contingente populacional que ocupam, os dados mostram que o ensino superior ainda é um espaço segregado e que o Brasil não conseguiu romper com a lógica hegemônica que torna inacessível certos espaços de poder e de produção de conhecimento. A pesquisa de doutorado em curso objetiva estabelecer o diálogo entre a relação do Ser e do Não-Ser, categoria que Sueli Carneiro em sua obra "Dispositivo de Racialidade" aborda. Pensando o mundo como espaço do Ser, onde os homens deveriam se encontrar pelo diálogo, como já dizia Paulo Freire na "Pedagogia do Oprimido", o professor negro é um Não-Ser, uma vez que não ocupa o espaço e, por conseguinte, não se faz ouvir e não contribui com o seu "Ser" para o mundo.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior. Professor Negro. Ser. Não-Ser.

A IMPLEMENTAÇÃO DA BNCC COMPUTAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS-PB: POLÍTICAS, PRÁTICAS E CONDIÇÕES PARA A INTEGRAÇÃO CURRICULAR DA EDUCAÇÃO DIGITAL E MIDIÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Irlândia Alves de Freitas
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Política Educacional, Direito e Desenvolvimento
irlandia10@hotmail.com

RESUMO

Este texto é um recorte da pesquisa em andamento no mestrado em Educação stricto sensu da Universidade Católica de Santos, estudo que propõe investigar a implementação da BNCC Computação no município de Cajazeiras – PB, a partir do marco regulatório BNCC Computação (2022) que torna obrigatória a inclusão da computação em toda a Educação Básica brasileira até o ano de 2026. O presente estudo foca na realidade educacional do município tendo como objetivo central analisar o processo de implementação da referida diretriz, investigando as políticas públicas locais voltadas a Educação Digital e Midiática, os desafios práticos e condições estruturais que impactam a integração curricular, a prática docente na integração curricular da computação os limites e as potencialidades na perspectiva dos professores. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza empírica, utilizando a técnica de triangulação metodológica (pesquisa "estado da arte", pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo) para assim garantir o rigor, a sistemática e a robustez científica. Os instrumentos de coleta de dados incluem revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas. Ao analisar como o município de Cajazeiras – PB está implementando a BNCC Computação, espera-se que esse estudo contribua para compreender como uma política pública nacional se materializa - ou se tensiona - no cotidiano das escolas, atravessada por condições materiais, disputas de sentido, culturas profissionais e desigualdades socioterritoriais.

PALAVRAS-CHAVE

BNCC Computação. Integração Curricular. Educação Digital e Midiática. Cultura Escolar. Identidade Profissional.

AUTONOMIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO DIGITAL: CAMINHOS PARA UMA PRÁXIS DECOLONIAL

Valmir Jhonatta Almeida Barbosa
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica:práticas e formação
vbarbosa@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Este artigo nasce de uma caminhada pelos cotidianos da educação, atravessada por leituras que me permitem compreender que atuar no cenário digital exige enfrentar criticamente a colonização tecnológica do trabalho pedagógico. Para tanto, parto da seguinte questão de Pesquisa como se torna possível aos professores, diante da colonialidade digital, construir práticas pedagógicas de resistência, afirmando sua autonomia docente como práxis decolonial? No plano teórico, investigo as raízes dessa opressão ao denunciar o legado do positivismo (Comte) não apenas como corrente filosófica, mas como projeto de poder que opera como cultura social (Löwy; Batista), fragmentação do conhecimento (Morin) e consolidação de uma educação bancária (Freire). Na contemporaneidade, sustento que essa matriz técnica e hierárquica se atualiza nas infraestruturas sociotécnicas sob as dinâmicas do capitalismo de vigilância (Zuboff), intensificando formas de controle e reduzindo a singularidade da vida escolar a métricas institucionais. Frente a esse silenciamento, recorro à pedagogia crítica (Freire; Franco; Giroux) para defender que a autonomia docente se afirma como um exercício ético e reflexivo de autoria, pelo qual o professor supera o uso ingênuo e interroga as intencionalidades tecnológicas que atravessam a sua prática. Ainda assim, a autonomia, por si só, não sustenta esse enfrentamento. Em cenários marcados por tais amarras, ela precisa ganhar radicalidade e constituir-se como práxis decolonial. Esse fazer pedagógico se materializa em ações cotidianas que tensionam a padronização imposta às escolas, quando projetos construídos com estudantes escapam aos roteiros previstos e narrativas do território atravessam as tecnologias, convertendo ferramentas padronizadas em possibilidades de autoria. Nesses gestos, abre-se uma fissura política no sistema, pela qual os docentes mobilizam táticas (Certeau) para subverter mecanismos algorítmicos de poder e construir, com os sujeitos da escola, outros sentidos para o uso das tecnologias. Concluo que essa resistência é impulsionada pela esperança crítica (Freire), concebida como necessidade ontológica e motor da ação coletiva, capaz de mobilizar sujeitos, tensionar contradições

e viabilizar a contínua reexistência (Walsh) da escola como território vivo de diálogo e emancipação humana.

PALAVRAS-CHAVE

Educação digital. Autonomia docente. Práxis docente decolonial. Colonização digital. Esperança crítica.

ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA E CURRICULAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: GOVERNAMENTALIDADE E O PODER GESTOR

Valéria Alvarez
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa: Educação e Política
valeria870@gmail.com

RESUMO

A presente pesquisa analisa a influência da governamentalidade nas práticas gestoras da Educação Infantil, considerando seus efeitos na organização pedagógica e curricular das escolas municipais. Parte-se da compreensão de que as políticas educacionais contemporâneas, especialmente aquelas orientadas por princípios de eficiência, avaliação, responsabilização e qualidade, produzem modos específicos de gestão, subjetivação e organização do trabalho pedagógico. A investigação orienta-se pela seguinte questão: como as racionalidades de governamentalidade presentes nas políticas educacionais influenciam as práticas gestoras na Educação Infantil e impactam a constituição do sujeito-gestor e a organização curricular? O objetivo geral consiste em analisar os efeitos dessas racionalidades nas práticas de gestão da Educação Infantil. Como objetivos específicos, busca-se identificar os dispositivos de poder que atravessam o campo educacional; compreender os processos de subjetivação do sujeito-gestor; analisar os efeitos dessas racionalidades no cotidiano escolar; e identificar fissuras, deslocamentos e práticas de negociação presentes na ação gestora. A pesquisa fundamenta-se na perspectiva teórica de Michel Foucault, especialmente nos conceitos de governamentalidade, dispositivos de poder e subjetivação, articulados às contribuições de Theodor Adorno acerca da racionalidade instrumental e da barbárie, de Fernando Cássio na crítica à barbárie gerencial e de Maria de Fátima Abdalla sobre o senso prático da gestão escolar. A investigação insere-se no campo qualitativo, de natureza interpretativa, caracterizando-se como pesquisa de campo. Os procedimentos metodológicos envolvem entrevistas semiestruturadas com gestores da rede municipal de ensino e análise de documentos institucionais, como Projeto Político-Pedagógico, registros pedagógicos e normativas educacionais. A análise dos dados será realizada por meio da Análise de Conteúdo, conforme Laurence Bardin, articulada à perspectiva foucaultiana. As análises desenvolvidas até o momento evidenciam que a gestão da Educação Infantil se configura como espaço estratégico de governo das condutas, atravessado por dispositivos que produzem práticas de padronização, responsabilização e controle. Observa-se a constituição de

um sujeito-gestor permanentemente convocado à eficiência, à autoavaliação e ao gerenciamento de si, em meio às tensões entre cuidado, burocracia e desempenho institucional. Ao mesmo tempo, identificam-se fissuras e deslocamentos produzidos no cotidiano escolar, por meio de práticas situadas que tensionam parcialmente a racionalidade instrumental e buscam preservar a especificidade da infância. A pesquisa pretende contribuir para o debate crítico sobre gestão, currículo e políticas públicas na Educação Infantil, problematizando os efeitos das racionalidades neoliberais sobre a organização pedagógica e sobre os modos de subjetivação no campo educacional.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Infantil. Governamentalidade. Gestão Escolar. Currículo. Subjetivação.

A NATUREZA PEDAGÓGICA DO TRABALHO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA ESCOLA PÚBLICA

Maisa Kugler Rodrigues Farah
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação
maisakfarah@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa, em andamento, tem como objeto o trabalho do orientador educacional na escola pública, com foco em sua natureza pedagógica. A investigação surge da inquietação sobre como se configura essa natureza pedagógica no contexto da escola pública, considerando as contradições estruturais, políticas e sociais que incidem sobre sua atuação. A partir desses apontamentos, observamos a concentração predominante da produção acadêmica nos campos da Psicologia e da Saúde, em torno de temas como aconselhamento e mediação de conflitos, e a presença ainda pouco examinada dessa atuação na perspectiva da Pedagogia Crítica. O objetivo geral é analisar a natureza pedagógica do trabalho do orientador educacional na escola pública à luz da Pedagogia Crítica. Como objetivos específicos, propomos: analisar como se configura essa natureza pedagógica nas condições concretas da escola pública; problematizar as contradições que atravessam esse trabalho; e sistematizar, em colaboração com os orientadores participantes, uma síntese coletiva sobre a natureza pedagógica desse trabalho e as contradições que o atravessam. O referencial teórico ancora-se na Pedagogia Crítica, articulando Franco e Freire na discussão da pedagogia como ciência da educação e da prática pedagógica; Paro e Grinspun na análise do trabalho do orientador educacional na escola pública; e Libâneo, Saviani, Charlot e Hypolito na problematização das contradições contemporâneas que atravessam o trabalho pedagógico desse profissional. A pesquisa, de abordagem qualitativa, é um estudo de caso, cujo lócus é a rede municipal de ensino de Santos, com a participação de orientadores educacionais em encontros reflexivos, em formato híbrido, dos quais emergirão os dados para análise. Como sínteses analíticas preliminares, sustentamos dois pressupostos: o trabalho do orientador educacional é atravessado por contradições que o afastam de sua natureza pedagógica; e a fragilidade no campo teórico e prático desse profissional compromete a constituição pedagógica de seu trabalho. Reconhecemos, como horizonte, a produção de elementos analíticos que problematizem as contradições no trabalho do orientador educacional, contribuindo para a consolidação de uma epistemologia pedagógica sobre esse trabalho e ofere-

cendo subsídios para o debate sobre a natureza pedagógica do trabalho do orientador educacional no âmbito das redes públicas de ensino.

PALAVRAS-CHAVE

Orientação educacional. Natureza pedagógica. Prática pedagógica. Pedagogia crítica. Escola pública.

AS LICENCIATURAS EM ARTE NA MODALIDADE EAD DIANTE DO DECRETO Nº 12.456/2025

Ana Marcia Akaui Moreira
IA-UNESP-SP
Grupo de Pesquisa Dança, Estética e Educação - GPDEE
ana.akaui@unesp.br

RESUMO

Esse resumo, traz um recorte da pesquisa de Pós-Doutorado que tem como preocupação central verificar a oferta de cursos de licenciatura em Arte (Visuais, Música, Dança e Teatro), no estado de São Paulo e em quais condições são oferecidas, de forma presencial e/ou a distância (EaD). Com a intenção de refletir sobre a formação inicial do futuro professor de Arte diante dos cursos oferecidos a distância, se faz necessário entender e discutir o que, atualmente, está sendo ofertado nos cursos em EaD. Trago para essa discussão o Decreto nº 12.456/2025 que dispõe sobre a oferta de educação a distância por Instituições de Ensino Superior em cursos de graduação. A metodologia tem abordagem quanti/qualitativa, partindo de investigações pautadas em coletas de micro dados baseados em evidencias (Creswell, 2007) e da Análise do Discurso (Foucault, 2010) pautada no documento supracitado. A coleta de dados, parte de um recorte que se baseia em municípios acima de 200.000 habitantes que somam 41. Percebesse que em 2024 (último censo do INEP disponível até o momento) o número de cursos em EaD aumentou exponencialmente mais que 400%. Isso mostra que os cursos em EaD estão imperando no Estado de São Paulo, mas não só, em detrimento dos cursos presenciais. Esses dados ajudaram na observação e percepção do quanto existe de licenciaturas em EaD e como esse Decreto influenciará na e para a formação de professores, em geral, e especificamente de arte. Apesar da base legal ser fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB - Lei nº 9.394/1996, especificamente no Artigo 80, que incentiva o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância em todos os níveis, o problema para os(as) professores(as) de Arte, com todas essas leis, é que sua formação ainda continua com deficiências no que se compõe o pensar a prática (práxis) formativa, tão importante para essa específica formação. Nesse estudo observou-se que as IES que oferecem os cursos até o momento, de forma EaD, terão dificuldades para mudar radicalmente toda a sua estrutura para poder se adequar a Resolução. Então esse Decreto vindo ao encontro a essas IES que são grandes conglomerados educacionais, acabará flexibilizando para o formato semipresencial (verificado na última leitura

da Plataforma e-Mec (2026) sobre os cursos em EaD que mais de 90% estão em processo de extinção por causa desse decreto) de cursos que deveriam ser 100% presencial. A pesquisa, em andamento, começa a mostrar que essa oferta de curso, pode estar vindo ao encontro de um sistema (neoliberal) que afeta, diretamente, a profissionalização docente (Nóvoa, 2023). Portanto o Decreto nº 12.456/2025 e todas as suas regulamentações previstas, parecem favorecer grandes instituições, flexibilizando a oferta de licenciaturas em formatos híbridos, o que pode impactar a qualidade da formação docente e por consequência a formação de uma sociedade mais humanizada, no sentido de mais sensível, mais harmoniosa, mais equilibrada e por fim mais amorosa.

PALAVRAS-CHAVE

Decreto Nº 12.456/2025. Formação de professores. Educação a distância. Licenciatura em arte.

A BIOFILIA COMO EIXO ESTRUTURANTE NA FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Bryan Wayghton Souza de Andrade
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e Política
bryan@unisantos.br
João Pedro Santiago Mendes Cardote
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: políticas e práticas pedagógicas
jpcardote@unisantos.br

RESUMO

Essa pesquisa é o desdobramento de uma dissertação apresentada (Cardote, 2026), ancorada no assunto sobre formação profissional docente (Abdalla, 2006), e tem como objetivo trazer para o campo da discussão acadêmica o assunto da Ecosofia e Biofilia na formação de professores nas licenciaturas para composição de um capítulo de um livro sobre a invasão neofascista nos últimos tempos na política nacional e internacional e apontar para o projeto de alienação de cidadãos com a natureza no seu processo de formação desde a Educação Infantil até os estudos superiores. A pesquisa tem como metodologia qualitativa de cunho bibliográfico contando com dados secundários e terciários, fazendo-se assim uma pesquisa no BDTD e plataforma SciElo. Contamos com o arcabouço referencial em (Habermas, 2009) e (Bourdieu, 1998) para tratarmos sobre a emergência de uma justiça climática em contra-ataque ao negacionismo neofascista. Segundo Ávila et al. (2024), há um reconhecimento de que crianças e adolescentes estão entre as populações mais vulneráveis às mudanças climáticas, propondo assim, a interconexão entre o Marco Legal da Primeira Infância e a agenda climática. Barros, 2018 e Krenak, 2019 com as proposições pedagógicas de contato com a natureza e sustentabilidade dizem, a alienação das crianças em relação à natureza compromete o desenvolvimento de uma compreensão existencial dos ciclos vitais e do equilíbrio ecológico. Portanto, experiências afetivas com o ambiente natural são indispensáveis para que as novas gerações desenvolvam atitudes sustentáveis. Com isso fechamos a seção inferindo que a práxis pedagógica pautada na biofilia desafia a visão de recursos naturais como inesgotáveis e enfrenta estruturas de desigualdade, como o racismo ambiental, ao fomentar a consciência sobre a democracia climática. Ao conectar o cuidado com o ambiente local à preservação global, a educação escolar assu-

me seu papel estratégico no reflorestamento do imaginário social e na mitigação dos impactos da crise climática, consolidando a sustentabilidade como pilar da cidadania moderna.

PALAVRAS-CHAVE

Justiça climática. Educação Ambiental. Biofilia. Racismo ambiental. Democracia climática.

SABERES SOCIOAMBIENTAIS EM CONTEXTOS DE REFÚGIO: O CAMPO DE DOMIZ E A CONSTRUÇÃO DE EPISTEMOLOGIAS CONTRACOLONIAIS

Deyse Maimone dos Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
deyse.maimone@unisantos.br

RESUMO

Este Resumo resulta de pesquisa de Mestrado Stricto sensu em Educação na Universidade Católica de Santos, sobre o Espaço Escolar pelo olhar de estudantes de Arquitetura. Pretende-se continuar a pesquisa no Doutorado, com a análise de territórios pedagógicos não escolares. Nesse contexto, examina-se o documentário *Refugee Republic* (2014), desenvolvido por Jan Rothuizen, Martijn van Tol, Dirk Jan Visser e Aart Jan van der Linden. Criado para acolher refugiados sírios, o Campo configura-se não apenas como espaço de abrigo, mas como um território dinâmico de produção de vida social. O projeto articula cartografia, fotografia e narrativa interativa, apresentando o Campo como uma "cidade viva". A pesquisa parte da seguinte questão: de que maneira os saberes socioambientais e as práticas pedagógicas produzidas no campo de Domiz, conforme representados no documentário *Refugee Republic*, configuram formas de conhecimento territorializadas que tensionam a racionalidade eurocêntrica e contribuem para epistemologias contracoloniais no interior da universidade? Como objetivo geral, busca-se analisar esses saberes e práticas como formas de conhecimento geopoliticamente situadas. A metodologia adotada foi de abordagem qualitativa, fundamentada na Netnografia, conforme proposto por Robert V. Kozinets (2014), tendo como corpus analítico o conteúdo interativo do site sobre o Documentário. A análise evidenciou que o Campo de Refugiados de Domiz se constitui como um território produzido pelos sujeitos, no qual emergem estratégias de adaptação, organização social e criação de redes de solidariedade. Essas evidências configuram-se como saberes socioambientais situados, dialogando com as perspectivas epistemológicas de Nego Bispo (re-existências), Milton Santos (território como espaço vivido e construído), e apontam para processos educativos baseados na experiência e na coletividade, em consonância com a pedagogia crítica de Paulo Freire. Conclui-se que os saberes e práticas produzidos no Campo de Refugiados de Domiz, em um ambiente entendido como território pedagógico não formal, tensionam a centralidade do conhecimento produzido nos espaços institucionais, dentre os quais a Universida-

de como locus exclusivo de produção do conhecimento, contribuindo para a ampliação da legitimação epistemológica e para a valorização de formas outras de saber. Reforça-se também a função social da produção científica na defesa da Democracia, ao reconhecer e legitimar conhecimentos oriundos de territórios historicamente marginalizados, ampliando vozes, experiências e perspectivas no interior do campo acadêmico.

PALAVRAS-CHAVE

Epistemologias Contracoloniais. Saberes Socioambientais. Território. Netnografia.

CONTRIBUIÇÕES DOS ESTUDOS FREIREANOS PARA A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS EM CONTEXTOS VULNERÁVEIS

Eline Lira Oliveira Sampaio
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Avaliação da aprendizagem e formação de educadores: políticas e práticas
elinelira@yahoo.com.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

O presente trabalho, vinculado a uma pesquisa de mestrado, analisa as contribuições do referencial freireano para a alfabetização de crianças, a partir da literatura especializada e do levantamento de pesquisas realizadas em Programas de Pós-Graduação stricto sensu em Educação no Brasil. Ser criança exige constante movimento dialético e reflexivo, pois seu pleno desenvolvimento ocorre em uma sociedade estruturada sob a lógica adulta, voltada aos seus próprios interesses. Viver a infância requer um esforço contínuo de construções cognitivas, afetivas e sociais, sobretudo em ambientes hostis, em que são negligenciados direitos básicos, como saúde, saneamento, educação entre outros. Neste sentido é fundamental a construção de uma sociedade que permita que todas as crianças tenham condições justas de aprendizagem e garantias concretas de vida digna. A partir deste ambiente, com o qual dialogamos, buscamos responder à seguinte questão: Quais as contribuições do pensamento de Paulo Freire para a alfabetização de crianças, em especial, para aquelas em situação de vulnerabilidade social? Os objetivos definidos são: caracterizar elementos da concepção freireana de alfabetização crítica e, de forma subsequente, mapear as produções acadêmicas que discutem a alfabetização de crianças, e analisar como os princípios freireanos são ressignificados e implementados em práticas de alfabetização de crianças em contextos vulneráveis. A fundamentação teórica sustenta-se nas perspectivas dos autores Paulo Freire (1996, 2000, 2012), Sonia Kramer (1982, 2007) Ana Maria Saul (2015, 2022) e Maria Helena Souza Patto (1996, 2022). A investigação adota uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica. Os procedimentos metodológicos compreendem a seleção de descritores vinculados ao problema definido e a realização de um levantamento sistematizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Esse processo abrange a organização e análise dos trabalhos encontrados, situando-os no contexto da produção científica atual na área da Educação. Por fim, os dados coletados são interpretados à luz de uma trama

conceitual freireana. Os achados demonstram que as contribuições de Paulo Freire oferecem um arcabouço teórico e metodológico consistente para uma alfabetização de crianças que seja crítica, dialógica e contextualizada. Para aquelas em situação de vulnerabilidade, essa abordagem se torna imprescindível e é, precisamente nesses contextos, que a relevância de uma prática alfabetizadora freireana se intensifica, pois ela oferece respostas diretas aos desafios que marcam a vida das crianças das camadas populares.

PALAVRAS-CHAVE

Paulo Freire. Alfabetização. Infância. Educação emancipadora.

PRIMEIRO GRUPO ESCOLAR DE SÃO VICENTE: CURRÍCULO, PRÁTICA E ESPAÇO ESCOLAR NO SEC. XX

Gilson Braga
Centro Paula Souza
arqgbraga@gmail.com

RESUMO

Esta pesquisa se propõe investigar o espaço escolar republicano, o século XX, como um fator predominantemente necessário para a construção do currículo escolar e consequentemente das práticas pedagógicas. O objeto de investigação é o espaço escolar do Primeiro "Grupo Escolar de São Vicente" (1913), atualmente a Etec Dra. Ruth Cardoso situada no município de São Vicente. Sabe-se que os grupos escolares foram estabelecidos no começo da Primeira República como parte fundamental para civilizar, higienizar, modernizar e estruturar a educação pública brasileira. Eles buscavam unificar e padronizar o ensino primário, alinhando a instituição de ensino aos princípios republicanos de ordem, progresso e formação do cidadão. A proposta era concentrar diversas turmas em um único edifício, com: separação por séries; currículo unificado; métodos e práticas pedagógicos estabelecidos; supervisão do ensino; capacitação mais estruturada de docentes. A fundamentação teórica é baseada as contribuições de alguns autores com produções relacionados à esta pesquisa. Dentre eles destacam-se: Viñao Frago (2001) – (2007), Escolano Benito (2017), Dominique Juliá (2001) - panorama espanhol e francês e no panorâma nacional – Pereira (1996) - (2020), Faria Fº (2004); Vidal (2017), Menezes (2005), Braga (2025), que investigam questões necessárias para a construção e relevânica desta pesquisa. A abordagem utilizada é de natureza exploratória, qualitativa e bibliográfica, relacionada ao tema e aos tópicos discutidos neste estudo. Isso permitiu a identificação de diversas fontes, incluindo documentos privados e públicos, escritos e iconográficos, além de materiais veiculados na imprensa escrita e online, obtidos nos acervos dos arquivos presentes na região da Baixada Santista. O processo de investigação buscou qualificar a cultura escolar e apresentar as características do espaço escolar republicano conectados ao currículo e as práticas escolares e assim entender as relações diretas entre cada um desses assuntos investigados. O processo de análise permitiu identificar como o espaço escolar contribuiu com a política educacional do ideário republicano e apresentar o modelo de escola primária no litoral paulista atraves do Primeiro "Grupo Escolar de São Vicente". O edifício e o espaço escolar podem ser entendidos como um programa educador, um componente do currículo invisível ou

silencioso, essencial para o desenvolvimento educacional - social e cultural daquele período histórico. Além disso, a cultura escolar exerceu influência como elemento que uniu os interesses políticos e econômicos apresentado pelo ideário republicano.

PALAVRAS-CHAVE

Currículo escolar. Prática pedagógica. Cultura escolar. Espaço escolar republicano. Grupo escolar.

DIFICULDADES FORMATIVAS DE PROFESSORES NA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Kelly Cristina da Cruz Silva de Assis
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa educação e formação na cibercultura
kellycristinaassis@unisantos.br
Agência Financiadora: CAPES

RESUMO

Este resumo de pesquisa concluída de Mestrado em Educação na Universidade Católica de Santos, no Grupo Educação e Formação na Cibercultura, visa apresentar os resultados obtidos da investigação sobre as dificuldades formativas que os professores da Educação Básica, atuantes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, se deparam ao lidar com a inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A pesquisa teve como objeto de estudo a Formação Inicial e Continuada dos professores para trabalhar com estudantes com TEA e justifica-se pela ampliação da inclusão desses estudantes, impulsionada pelos avanços legais e aumento das matrículas, mas ainda marcada pelo descompasso entre as políticas de inclusão e a formação docente, gerando dificuldades formativas que impactam as práticas pedagógicas e a efetivação da inclusão. O referencial teórico ancorou-se em Maria Teresa Eglér Mantoan, Lucelmo Lacerda de Brito, Paulo Freire, Claudio Roberto Baptista, Thiago Castro, Deborah Kerches e Legislação vigente sobre Educação Inclusiva e Formação de Professores. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, com enfoque crítico-humanista, voltada à compreensão das experiências docentes no processo de inclusão. A produção de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com 12 professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental da rede municipal de Ensino de Praia Grande/SP. A análise dos dados foi fundamentada na Análise de Conteúdo Temática de Bardin, envolvendo codificação e categorização dos dados, possibilitando a identificação de categorias temáticas relacionadas às dificuldades formativas docentes. As categorias revelaram que as dificuldades docentes no trabalho com estudantes com TEA estão relacionadas às lacunas na formação e aos desafios do cotidiano escolar, evidenciando que a inclusão depende de suporte, articulação profissional e diálogo entre teoria e prática. A pesquisa evidenciou que as dificuldades enfrentadas pelos professores no trabalho com estudantes com TEA estão relacionadas às lacunas formativas e às condições do contexto escolar, reforçando que a inclusão escolar depende de formação continuada,

suporte institucional, diálogo entre teoria e prática e compromisso coletivo. A pesquisa conversa com a temática “Educação e Pesquisa em tempos de defesa da democracia”, ao reafirmar a importância da formação docente, da Educação Inclusiva e de práticas pedagógicas que promovam equidade e garantia do direito à aprendizagem de todos os estudantes.

PALAVRAS-CHAVE

Transtorno do Espectro Autista. Formação Docente. Educação Inclusiva. Inclusão Escolar. Práticas Pedagógicas.

CONSELHOS ESCOLARES E DEMOCRACIA PARTICIPATIVA NA CONSTRUÇÃO DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Maria da Graça Giordano de Marcos Crescenti Aulicino
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
maria.graca.aulicino@unisantos.br
Denise Regina da Costa Aguiar
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas Educacionais: cotidiano escolar e trabalho pedagógico
deniseaguiar@unisantos.br

RESUMO

A pesquisa busca analisar as relações entre a participação democrática e a concretização de uma educação pública de qualidade, enfatizando sua relevância no desenvolvimento do pensamento crítico. Justifica-se sua relevância pela necessidade de compreender como a participação democrática no contexto escolar pode contribuir para a emancipação da pessoa humana. Tem como objetivo investigar como a prática dialógica, fundamentada no referencial freireano, se materializa no âmbito do Conselho Escolar e em que medida contribui para a construção da qualidade social da educação. Fundamenta-se nos pressupostos de Paro, ao compreender a gestão democrática como elemento essencial para a efetivação da qualidade da educação, articulando-se às contribuições de Lima, que enfatiza a pluralidade de vozes nos processos decisórios escolares. Dialoga com Santos, ao valorizar práticas participativas e saberes plurais, bem como com Dourado e Algebaile, na discussão sobre a qualidade da educação. Em perspectiva histórica e crítica, apoia-se em Freire, ao problematizar como os mecanismos de controle dos sujeitos da educação podem contribuir para a reprodução das desigualdades sociais e limitar a construção de uma educação pública de qualidade. O procedimento metodológico adotado consistiu em uma abordagem qualitativa multimétodos, com coleta de dados por meio de entrevistas e análise documental, articuladas à revisão bibliográfica para fundamentação teórica dos achados. A pesquisa teve como locus o município de Santos, envolvendo agentes de Conselhos Escolares selecionados segundo critérios de zoneamento territorial, a fim de contemplar distintos contextos socioeconômicos. A análise documental abrangeu atas de reuniões dos Conselhos Escolares referentes aos anos de 2022 a 2024. Os dados foram submetidos à análise de conteúdo e triangula-

dos com a literatura sobre qualidade da educação e participação democrática. Os achados da pesquisa evidenciaram que o Conselho Escolar permanece restrito, predominantemente, a uma dimensão consultiva e simbólica, não se constituindo, na prática, como espaço de participação, deliberação e construção coletiva no contexto da gestão democrática escolar. Conclui-se que, embora exista um consistente arcabouço legal em defesa da gestão democrática, persiste um significativo distanciamento entre as determinações normativas e sua efetiva materialização nas práticas institucionais escolares.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas Públicas Educacionais. Qualidade Educacional. Participação Democrática. Educação Pública. Educação Básica.

DAS POLÍTICAS LIBERAIS AO NEOESCOLANOVISMO: O "APRENDER A APRENDER" E A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO

Maria do Carmo Caldas Leite
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Políticas Públicas em Educação
marialcl@unisantos.br

RESUMO

A presente pesquisa está dirigida às políticas educacionais, desde o Manifesto dos Pioneiros, passando pelo regime militar, o advento do neoliberalismo, até a reforma do Ensino Médio. O materialismo histórico, como enfoque metodológico, não é abstrato, mas é mediado pelo pesquisador e por seus registros de luta. Nesta direção, buscou-se atingir a postura na qual avanços e recuos da Educação possa engendrar-se em um arcabouço de interpretações. As evidências deste exercício reflexivo apontam que o sistema educativo brasileiro, afetado por contínuos embates frente ao grande capital, prima pelas reformas para o povo, mas não com o povo. Publicado em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova circulou em âmbito nacional com a finalidade de oferecer diretrizes às políticas educacionais, procurando um 'sentido pedagógico' à Revolução de 1930, do governo Vargas. O texto indicava tendências, como as de John Dewey, com concepções liberais centradas na ciência potencializadora das capacidades naturais de cada indivíduo, amalgamadas às ideias dos renovadores oriundos das elites paulistas. Os anos de 1940 marcaram a Reforma Capanema, que estruturou o ensino profissionalizante com a criação do SENAI, focalizando a escola na moderna industrialização. No Brasil, o tecnicismo se desenvolveu na década de 50, adquirindo autonomia nos anos 60, quando se firmou como convicção ideológica de que a escola se tornaria eficiente à luz empresarial. Sua consolidação ocorreu com o regime militar, culminando com a Lei nº 5.692/71. A política deste governo valorizou aspectos que ainda se fazem presentes no trabalho ancorado à competição. A bandeira do "aprender a aprender" buscou retirar da escola o conhecimento social objetivo, aproximando-se ao ideário construtivista, voltado às percepções do sujeito e à sua capacidade de adaptação ao novo. O neoliberalismo, a partir de 1990, recrudesceu a lógica do mercado, a despeito da educação como autonomia cidadã. Com a Constituição de 1988, o tecnicismo parecia ter dado lugar às tendências emancipatórias. Contudo, recebeu uma adrenalina, capaz de influenciar o ensino médio pela Lei 13.415/2017. O pragmatismo instrumental neoescolanovista visa preparar trabalhadores nas competências ordenadas pelo capital. A pedagogia do

“aprender a aprender” pertence ao universo ideológico de ilusões da “sociedade do conhecimento”, com a retórica do construtivismo, como insígnia do que existiria de mais inovador no século XXI. A crítica vai de encontro à tendência de restringir a Educação às exigências econômicas e não preservar o saber acumulado, historicamente produzido, mas sim o ensinar exigido pelas alienantes relações do capitalismo contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Brasileira. Políticas Educacionais. Reformas Educativas.

SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Patrícia Regiane da Silva Furlaneto
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: políticas e práticas pedagógicas
prof.patriciafurlaneto@gmail.com

RESUMO

A pesquisa evidencia práticas pedagógicas desenvolvidas nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) com alunos com deficiências na educação básica da Baixada Santista, Praia Grande, considerando a formação das professoras e seus desafios e possibilidades. Utilizando as sinopses estatísticas do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Legislação e Documentos – INEP (Brasil, 2016, 2020a, 2020b), é possível destacar que considerando a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, o número de alunos foi de 1.213 para 1.888, em 2016 e 2020, respectivamente. Neste sentido, existem situações desafiadoras das práticas pedagógicas no Atendimento Educacional Especializado (AEE), assim como a formação de professores e a organização pedagógica com seus desafios e suas possibilidades. Questão: Como são as práticas pedagógicas das professoras da SRM, que atuam no AEE em Praia Grande, a partir de sua formação docente, considerando seus desafios e suas possibilidades? Objetivo geral: analisar as práticas pedagógicas na SRM, identificando e discutindo os desafios e as possibilidades da formação. Objetivos específicos: 1º conhecer os cenários políticos e a revisão sistemática da literatura; 2º estabelecer diálogos com os referenciais teóricos; 3º descrever os caminhos da pesquisa e os procedimentos metodológicos; e 4º tecer as análises de conteúdo. Justifica-se pela necessidade de desenvolvimento das professoras do AEE para exercer sua prática pedagógica conhecendo suas especificidades. Fundamenta-se no trabalho de autores, que discutem a inclusão escolar e o atendimento educacional especializado (Mantoan, 2003, 2006, 2011; Glat, 2007; Pletsch, 2009, 2012; Veiga-Neto; Lopes, 2011), a formação de professores (Freire, 1992, 1996, 2013, 2019; Tardif, 2005, 2006, 2013; Abdalla, 2006, 2011, 2017, 2023) e as práticas pedagógicas inclusivas (Abdalla, 2020; Almeida; Abdalla, 2017; Abdalla; Almeida, 2020), dentre outros. Pesquisa de campo, abordagem qualitativa do tipo exploratória, com questionário e entrevistas. Resultados indicam que as professoras da SRM assumem um papel crucial na criação de ambientes educacionais mais

inclusivos, tentando criar espaços de aprendizagem colaborativos. Como desafios temos: a comunicação entre os professores do AEE e da sala de aula regular, o número insuficiente de SRMs, demanda de alunos com deficiência. Espera-se como contribuição deste trabalho superar as necessidades formativas, enfrentar os desafios e compartilhar as atividades, as experiências e dúvidas sobre suas práticas pedagógicas na perspectiva de uma educação mais justa e inclusiva.

PALAVRAS-CHAVE

Sala de Recursos Multifuncionais (SRM). Praia Grande. Práticas Pedagógicas. Educação. Inclusão.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE PARA EDUCAÇÃO INFANTIL: TENSÕES, AVANÇOS E RETROCESSOS NO CENÁRIO NEOLIBERAL

João Pedro Santiago Mendes Cardote
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: políticas e práticas pedagógicas
e-mail: jpcardote@unisantos.br
Paola Quirino Rodrigues dos Santos
Universidade Metropolitana de Santos
e-mail: paolaquirino98@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho, caracterizado como uma pesquisa apresentada ao PPGE UNISANTOS 2026, tem como objetivo investigar os avanços e retrocessos nas políticas educacionais e na formação de professores para a Educação Infantil (EI). A justificativa fundamenta-se na necessidade de analisar os impactos do avanço conservador e do neoliberalismo educacional sobre as políticas públicas implementadas a partir de 2016. O aporte teórico ancora-se na perspectiva da Sociologia da Educação de Bourdieu (1998) e em autores como Freire (1996), Abdalla (2017), Tardif (2002), Libâneo (2015) e Saviani (2017). Metodologicamente, trata-se de um estudo qualitativo de cunho bibliográfico e documental. Realizou-se um levantamento no Banco de Teses e Dissertações da CAPES (20 trabalhos), na plataforma SciELO (7 artigos), nos Anais da ANPEd (18 trabalhos) e em documentos da ANFOPE, além de marcos legais federais (MEC) e da UNESCO, delimitados a partir do marco temporal de 2016. Os dados foram interpretados por meio da Análise de Conteúdo de Bardin (1977), gerando eixos temáticos sobre a especificidade da docência, qualidade da EI, feminização da profissão e políticas educacionais. Como sínteses analíticas preliminares, a análise dos dispositivos — como a BNCC (2017) e os impactos das BNC-Formação (2019, 2020), recentemente revogadas pela Resolução n.º 04/2024 — revela tensões entre o garantismo legal da LDBEN (1996) e a precarização prática. Evidencia-se que as diretrizes de viés mercadológico reduzem a autonomia docente, priorizam lógicas tecnicistas em detrimento da formação integral e fragmentam os saberes pedagógicos. Considera-se que, apesar do teto imposto pelas parcerias público-privadas e pelo não cumprimento integral do PNE (2014-2024), a resistência docente emerge na defesa de processos formativos críticos e emancipatórios. Conclui-se realçando a urgência de reformas que articulem a valorização profissional, as condições reais de trabalho e a gestão democrática à centralidade da ciência e do conhecimento na práxis da infância.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas educacionais. Educação Infantil. Neoliberalismo. Paulo Freire.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM OLHAR SOBRE A PRÁXIS DOCENTE

Bruno Viviani dos Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógica
Laboratório de Pesquisa em Representações, Práticas Sociais e Ensino-LARPSE
SEEDUC-RJ
brunoviviani_prof@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo identificar e discutir representações sociais da Educação Física Escolar como campo de conhecimento e de práticas formativas construídas por professores de cursos de Licenciatura em Educação Física. Nesse sentido, utilizamos a Teoria das Representações Sociais (TRS) como fundamentação teórico-metodológica, buscando assim, discutir a relação entre a representação que os docentes da licenciatura em Educação Física têm da formação inicial e o campo de conhecimento da Educação Física Escolar. Foi realizada uma entrevista semiestruturada individual, organizada em três grandes eixos: sobre a formação por eles recebida, sobre as práticas formativas e sobre o campo da Educação Física Escolar. Para a análise dos dados, foi realizada uma avaliação de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), por meio do software IRaMuTeQ. Este programa realiza uma gama de análises diferentes, dentre as quais adotamos a de Classificação Hierárquica Descendente, também chamada de "análise do tipo lexicográfica", por ser um método já consolidado para o estudo de representações sociais. Os resultados indicam um descompasso entre a visão acerca do que é ensinado nas graduações e o que deveria ser ensinado para a prática educativa escolar. Conclui-se que deveriam ser promovidas políticas públicas como mecanismo de influência nos quadros docentes das graduações em Educação Física promovendo debates sobre o perfil do docente-escolar a ser formado e, dos projetos pedagógicos de cada curso, com foco nas práticas escolares da Educação Física.

PALAVRAS-CHAVE

Educação Física Escolar. Representações Sociais. Práticas formativas. Licenciatura em Educação Física.

CAPITAL LINGUÍSTICO E ENSINO BILÍNGUE DE SURDOS: PODER SIMBÓLICO, INVISIBILIADE E FORMAÇÃO DOCENTE

Ruan Geovane Soares Teixeira
Universidade Metropolitana de Santos
ruanteixeira@unisantos.br
Aline Martins de Almeida
Universidade Metropolitana de Santos
alinepucsp@gmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar como a predominância do currículo direcionado para o público ouvinte nas escolas regulares contribui para o apagamento dos saberes não orais e linguísticos da Língua Brasileira de Sinais (Libras), refletindo diretamente na valorização da cultura surda e no acesso da criança surda ao conhecimento escolar. A investigação parte da seguinte problemática: como atender às novas demandas legislativas do Ensino Bilíngue de Surdos nas escolas regulares a partir da Lei nº 14.191/2021? Embora o Ensino Bilíngue de Surdos tenha conquistado reconhecimento legal no cenário educacional brasileiro, ainda são escassas, e em muitos contextos inexistentes, ações metodológicas voltadas à formação de professores para o atendimento da criança surda e do currículo bilíngue no espaço escolar. De um lado, existe um direito assegurado por lei; de outro, permanece a predominância de um currículo estruturado a partir da lógica da oralidade, frequentemente distante da Língua Brasileira de Sinais. A invisibilidade do Ensino Bilíngue de Surdos evidencia não apenas o despreparo institucional das escolas, mas também a permanência de práticas historicamente excludentes. Mesmo após décadas da obrigatoriedade do ensino de Libras nos cursos de licenciatura, ainda é recorrente a presença de professores sem proficiência em língua de sinais, comprometendo o acesso linguístico e pedagógico do estudante surdo. O estudo fundamenta-se na pesquisa-ação, de abordagem qualitativa, articulando análise bibliográfica e documental acerca da legislação do Ensino Bilíngue de Surdos, dialogando com as contribuições teóricas de Pierre Bourdieu sobre poder simbólico, capital linguístico e desigualdades produzidas no campo educacional. Os resultados da pesquisa apontam que a centralidade da oralidade nas práticas escolares contribui para a invisibilidade da Libras e para o apagamento dos saberes da comunidade surda brasileira. Nesse sentido, este estudo propõe, por meio de um produto educacional formativo, a construção de ações voltadas à formação docente para o Ensino Bilíngue de Surdos, buscando ampliar o debate sobre práticas pedagógicas

inclusivas e linguisticamente acessíveis nas escolas regulares.

PALAVRAS-CHAVE

LIBRAS. Capital Linguístico. Poder Simbólico. Currículo. Ensino Bilíngue.

REDES DE RESISTÊNCIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, DEMOCRACIA E FORMAÇÃO DE MULHERES

Solange Maria da Silva
Instituto Federal de São Paulo-Campus Cubatão
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: políticas e práticas pedagógicas
solange.silva@ifsp.edu.br
Simara Expedita Alves da Silva
Instituto Federal de São Paulo-Campus Cubatão
alves.simara@aluno.ifsp.edu.br

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões e resultados do projeto de extensão intergeracional Empoderando Mulheres Entre Gerações (EMEG), desenvolvido pelo Instituto Federal de Cubatão, em parceria com uma ONG. A iniciativa articula extensão universitária, formação cidadã e empreendedorismo social como estratégias de fortalecimento da democracia, da inclusão social e da autonomia econômica de mulheres periféricas. O estudo fundamenta-se na Teoria das Representações Sociais, de Moscovici e Jodelet, compreendendo que os sujeitos constroem sentidos coletivos acerca do trabalho, da educação, do pertencimento e das relações sociais a partir das experiências vividas em seus contextos históricos e culturais. Nesse sentido, a desigualdade de gênero e as vulnerabilidades socioeconômicas ainda impactam significativamente mulheres periféricas em municípios industrializados como Cubatão. Muitas conciliam trabalho informal, maternidade, responsabilidades domésticas, enfrentando limitações de renda, tempo, mobilidade e acesso às políticas públicas. Diante disso, buscamos compreender como o EMEG pode contribuir para ressignificar representações sociais relacionadas à exclusão, ao pertencimento e à autonomia feminina, fortalecendo práticas democráticas e inclusivas. A pesquisa é qualitativa, descritiva e de natureza aplicada. O percurso metodológico articulou oficinas formativas, rodas de conversa, observação participante e análise das experiências vivenciadas pelas alunas. As atividades envolveram oficinas de cerâmica, costura, reaproveitamento de materiais, produção de bijuterias e empreendedorismo, entre outras. Os dados foram construídos a partir dos registros de frequência, observações pedagógicas e participação nas ações extensionistas, incluindo a IFeira Ecosolidária. Os dados parciais de junho de 2025 evidenciam a complexidade social do público atendido. Com aproximadamente 50% da carga horária concluída, identificaram-se 41,5% de frequência irregular, 12% de evasão, 15% de casos que demandaram acompanhamento específico e 31,5% de permanência contínua. Apesar

das dificuldades, das 99 mulheres e jovens inscritas 17 concluíram o percurso formativo e apresentaram seus projetos a uma banca avaliadora composta por profissionais internos e externos. Algumas participantes integraram a IFeira Ecosolidária, comercializando produtos desenvolvidos durante as oficinas, fortalecendo processos de pertencimento, reconhecimento e geração de renda. Conclui-se que a experiência do EMEG reafirma o potencial transformador da extensão universitária crítica enquanto prática democrática, inclusiva e emancipatória, evidenciando que espaços educativos humanizados e participativos possibilitam ressignificar representações sociais historicamente marcadas pela exclusão e invisibilidade feminina, e a importância de fortalecer redes de resistência sustentadas pela escuta, pela coletividade e pela defesa da educação pública como instrumento de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE

Representações Sociais. Democracia. Extensão Universitária. Empoderamento Feminino. Inclusão Social.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS E DE RELAÇÕES DE PODER ENTRE OS MODELOS CURRICULARES DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NOS PALOP´s E SEUS VIZINHOS FRANCO-SAXÔNICOS

Hermínio Ernesto Nhantumbo
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas
Aristides Silvestre Culimua
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas
Maria de Fátima Barbosa Abdalla
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas

RESUMO

A formação dos recursos humanos, necessários no âmbito da execução dos programas curriculares configura-se como um imperativo global. Foi, justamente, com base na mescla de teorias críticas e pós-críticas, que decidimos levar a cabo este estudo, tomando como intencionalidade a análise das didáticas que vêm marcando os modelos de formação docente nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), atravessados por "vizinhos" francófonos e anglo-saxónicos. Esses atravessamentos episte-linguísticos (e "ocidentais") nos permitem considerar os modelos de formação de professores nas três categorias (PALOP; francófono e anglo-saxónicos) como pontos de partida para apurar duas dimensões analíticas, nomeadamente: a dimensão epistemológica (que procura analisar como os conhecimentos/epistemologias locais negoceiam, resistem e afirmam seus espaços curriculares nos modelos de formação de professores); e a dimensão das relações de poderes (que pretende compreender como é exercido o poder em todos os tempos e espaços de concepção e "execução" dos programas de formação de professore e como os campos de forças estabelecidos pelos vários sujeitos dos processos alcançam consensos "conflituosos" na tentativa de estabelecer uma hegemonia cultural). Metodologicamente recorreu-se à pesquisa bibliográfica e documental com vista a apurar as convergências e divergências epistemológicas e de relações de poder que marcam tais relações. Tendencialmente, a formação docente nestes países segue, ainda, um paradigma tradicional, pouco favorável às inovações e às dinâmicas interativas que de-

veriam caracterizar a dialética “formador-formando”. Concluindo, sugere-se a efetivação de didáticas substancialmente dialógicas, rumo ao desenvolvimento de um pensamento crítico.

PALAVRAS-CHAVE

Políticas de formação de professores. Epistemologias. Relações de poder. Didática. PALOPs.

A FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS SOB O PRISMA DOS DIREITOS HUMANOS E DA PEDAGOGIA CRÍTICA: A ESCOLA DE CONTAS DO TCE-SE E A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Patrícia Verônica Nunes Carvalho Sobral de Souza
Universidade Tiradentes (UNIT)
Grupo de Pesquisa Direito Público, Educação Jurídica e Direitos Humanos
patncss@gmail.com
Maria Amélia do Rosário Santoro Franco
Universidade Católica de Santos
Grupo de pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação
ameliasantoro@uol.com.br

RESUMO

A formação continuada de servidores públicos constitui elemento estratégico para o fortalecimento da democracia, da ética administrativa e da efetivação dos direitos humanos. Nesse contexto, as Escolas de Governo e, especialmente, as Escolas de Contas assumem papel relevante na qualificação de agentes públicos comprometidos com a responsabilidade institucional e a transformação social. O presente trabalho analisa a formação de servidores públicos desenvolvida pela Escola de Contas Conselheiro José Amado Nascimento (ESCONTAS), vinculada ao Tribunal de Contas do Estado de Sergipe (TCE-SE), a partir da perspectiva da Pedagogia Crítica e dos Direitos Humanos. O problema que norteia a pesquisa é: de que forma o PDI e o PPI da ESCONTAS podem se tornar verdadeiros catalisadores de uma formação que não apenas capacita, mas também fomenta o senso crítico e o compromisso ético dos servidores, à luz da Pedagogia Crítica? O objetivo geral consiste em analisar os documentos institucionais da ESCONTAS sob a ótica da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica, identificando convergências, limites e possibilidades para o aprimoramento da formação institucional. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de natureza analítica e documental, fundamentada na análise do PDI, do PPI e de documentos correlatos da ESCONTAS, articulada à revisão bibliográfica especializada. O referencial teórico mobiliza contribuições da Teoria Crítica e da Pedagogia Crítica, com destaque para Paulo Freire (1987), ao defender a educação como prática da liberdade e da conscientização; Jürgen Habermas (1987), ao discutir a racionalidade comunicativa e o diálogo democrático; Maria Amélia do Rosário Santoro Franco (2023), ao compreender a pedagogia crítica como práxis reflexiva e transformadora; Dermeval Saviani (1996), ao conceber a educação como mediação social; e Boaventura de

Sousa Santos e Maria Paula Meneses (2010), ao problematizarem a justiça cognitiva e a ecologia de saberes. Os resultados evidenciam que a ESCONTAS apresenta avanços importantes no incentivo à qualificação institucional e ao fortalecimento da gestão pública democrática. Entretanto, os documentos analisados ainda revelam predominância de uma racionalidade instrumental, com reduzida explicitação de metodologias participativas, práticas dialógicas e mecanismos voltados à formação crítica e emancipatória dos servidores. Conclui-se que o fortalecimento de fundamentos pedagógicos críticos no PDI e no PPI contribui para consolidar a ESCONTAS como espaço estratégico de formação ética, democrática e socialmente comprometida, ampliando o papel das Escolas de Contas na promoção da cidadania, dos direitos humanos e da responsabilidade institucional.

PALAVRAS-CHAVE

Direitos Humanos. Educação Emancipatória. Escola de Contas. Formação de Servidores Públicos. Pedagogia Crítica.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA INCLUSÃO NOS INSTITUTOS FEDERAIS: DESAFIOS E PROCESSOS DE EXCLUSÃO

Sabrina Araujo de Almeida
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Instituições de Ensino: Políticas e Práticas Pedagógicas
Grupo de Pesquisa Laboratório de Estudos em Representações, Práticas Sociais e Ensino (LARPSE/IFRJ.
sabrina.almeida@ifrj.edu.br

RESUMO

O presente trabalho examina as práticas desenvolvidas nos campi dos Institutos Federais sob a ótica da inclusão, enfatizando o desenvolvimento integral dos estudantes a partir de suas potencialidades e capacidades. Nessa perspectiva, torna-se indispensável refletir sobre o processo de inclusão educacional em sua amplitude, visando garantir os direitos de sujeitos historicamente marginalizados no contexto escolar. O estudo busca compreender as percepções de docentes acerca da inclusão e de suas especificidades, tomando o ensino integrado como referência e fundamentando-se na Teoria das Representações Sociais. A análise foi construída com base em produções científicas publicadas entre 2017 e 2023 sobre a inclusão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, permitindo identificar crenças, sentidos e significados sociais que atravessam as práticas educativas nesse cenário. Os resultados apontam avanços na consolidação de políticas inclusivas, sobretudo no reconhecimento da diversidade e na ampliação de práticas pedagógicas orientadas pela equidade. Entretanto, também revelam desafios ainda presentes, como a insuficiência de formação continuada para os docentes, limitações estruturais e a permanência de representações sociais relacionadas a processos de exclusão. Essas representações podem ser percebidas, por exemplo, em discursos que destacam a sobrecarga docente ou que restringem a inclusão à adaptação mínima dos estudantes. Desse modo, o estudo evidencia a necessidade de aprofundar a reflexão crítica sobre a inclusão, compreendendo-a como uma prática coletiva e um compromisso institucional nos Institutos Federais. Ao mesmo tempo, sinaliza o surgimento de novas práticas e possibilidades, indicando caminhos para a construção de uma educação profissional e tecnológica mais inclusiva. Apesar dos avanços identificados, a exclusão ainda se apresenta como um conceito central para compreender as resistências aos processos inclusivos, tornando urgente e relevante o estudo das representações sociais acerca das práticas educativas nos Institutos Federais. Assim, destaca-se a necessidade de novas questões

investigativas que possibilitem analisar a construção de práticas inovadoras e compreender como estas se configuram no âmbito da educação voltada para o mundo do trabalho.

PALAVRAS-CHAVE

Inclusão. Exclusão. Representações sociais. Educação Profissional Tecnológica. Práticas pedagógicas.

AJUSTE ESTRUTURAL NA EDUCAÇÃO: DO NACIONAL-DESENVOLVIMENTISMO AO IMPACTO DO CONSENSO DE WASHINGTON NO BRASIL

Alan Moreno Silva Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de pesquisa Política educacional, direito e desenvolvimento
asantossjb3@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objeto a análise do reordenamento da educação no Brasil, tendo como enfoque mudanças paradigmáticas do modelo nacional-desenvolvimentista ao neoliberalismo. A problemática central reside em compreender o que motivou tais mudanças, transcrevendo como as políticas a partir de, e influenciadas pelo Consenso de Washington, de 1989, tiveram papel preponderante nas estruturas e modelos a serem adotados no país, principalmente a partir da década de 1990, no planejamento educacional. Partindo da premissa de que o Estado, outrora nacional-desenvolvimentista, passou a admitir uma postura passiva ante o predatismo do capital especulativo, e que, permite-se concluir, contribuiu substancialmente para a piora da qualidade do ensino, admitindo "coisificar" o individuo que tinha na educação um mecanismo emancipatório. Aceita-se a concepção de que, ao adotar uma serie de medidas propostas por órgãos internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, sucessivos governos até então foram, no mínimo, lenientes quanto aos interesses internacionais em detrimento dos nacionais. Partindo deste pressuposto, é possível traçar um paralelo entre o Consenso de Washington e medidas de austeridade neoliberais, nas quais interesses alienígenas aos brasileiros passaram a atuar na educação, transformando, por vezes, seu caráter emancipatório e critico em um exército industrial de reserva. O referêncial teórico pauta-se na obra "A escola não e uma empresa", de Cristian Laval (2019), que descreve como o mercado tem interferido nas políticas educacionais. A metodologia será qualitativa, de cunho exploratório e bibliográfico. A hipótese central está amparada na concepção de que a educação, outrora pensada como pilar estratégico para o desenvolvimento, transfigurou-se em produto passível de precificação, norteada por aferimento de competências, resultados e com papel de atender às demandas do mercado, em um mundo cada vez mais globalizado e forçado a se adequar a uma lógica externa e perversa (Santos, 1996).

PALAVRAS-CHAVE

Nacional-desenvolvimentismo. Neoliberalismo. Consenso de Washington.

O DESENVOLVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO A PARTIR DA EDUCAÇÃO

Ana Júlia Nunes Ribeiro Caña
Universidade Católica de Santos
anajcana@unisantos.br
Júlia Silva de Freitas
Universidade Católica de Santos
juliasilvafreitas@unisantos.br

RESUMO

A educação, como um direito fundamental previsto na Constituição, é capaz de promover a transformação social e contribuir para a redução das desigualdades, ao viabilizar oportunidades de crescimento. O acesso à educação também proporciona meios pelos quais o indivíduo se utiliza para se autoconstruir como um cidadão ativo capaz de reconhecer seu papel na mudança social (2020). Nesse contexto, o presente trabalho analisa a relação entre políticas educacionais, direito à educação e desenvolvimento social, considerando a importância da atuação estatal na efetivação desse direito. A pesquisa parte do entendimento de que a educação ultrapassa a dimensão formal do ensino, assumindo papel essencial na formação cidadã e na inclusão social.

O estudo se baseia nas discussões acerca da educação enquanto mecanismo de desenvolvimento humano, especialmente diante das desigualdades historicamente presentes no cenário brasileiro. Essa preocupação parte da ideia de que é fundamental o investimento não somente em uma área, mas em todas, principalmente para que aconteça um equilíbrio no oferecimento dos serviços prestados à população para a melhora da qualidade de vida, conforme Pascoal (2004, p. 38). Busca-se compreender de que maneira as políticas públicas educacionais contribuem — ou limitam — o acesso igualitário à educação de qualidade, refletindo diretamente nas oportunidades sociais e econômicas da população. A pesquisa se caracteriza como estudo em andamento de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental, baseada na análise da Constituição Federal de 1988, da legislação educacional brasileira e de produções acadêmicas voltadas ao direito à educação e às políticas públicas educacionais. Parte-se da hipótese de que, embora existam avanços normativos na garantia do direito à educação, também persistem obstáculos estruturais que dificultam sua efetivação, especialmente em contextos marcados pela desigualdade social e pela insuficiência de investimentos públicos. Como síntese analítica preliminar, observa-se que a garantia formal do direito à educação não é suficiente para assegurar igual-

dade material de oportunidades, sendo indispensável que se implemente políticas públicas inclusivas e eficazes. Conclui-se que a efetivação do direito à educação exige atuação estatal comprometida com a justiça social, a democratização do ensino e o desenvolvimento humano.

PALAVRAS-CHAVE

Direito à Educação. Democracia. Desenvolvimento Social. Políticas Educacionais. Inclusão Social.

PEDAGOGIA CRÍTICA: É POSSÍVEL NO ENSINO PÚBLICO?

Júlia Ferreira Prado
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Pedagogia Crítica: práticas e formação
j.f.prado@unisantos.br

RESUMO

Este projeto de pesquisa tem como objetivo investigar a possibilidade do desenvolvimento das concepções da Pedagogia Crítica no ensino público municipal, à luz da abordagem freiriana. De acordo com Freire (1996), parte- se do entendimento de que a educação é um ato político, histórico e em constante transformação, não sendo neutra em questões sociais e ideológicas. Nessa perspectiva, Franco (2017) define a Pedagogia crítica como uma concepção de educação que visa formar cidadãos críticos, éticos, socialmente conscientes, emancipados e que compreendem sua identidade cultural e social. Além disso, Franco (2017) destaca a importância de uma educação que seja liberta da ideologia dominante e que forme indivíduos para além do mercado de trabalho. Historicamente, a Pedagogia assumiu diferentes concepções ao longo do tempo. Cambi (1999) destaca que os termos "Pedagogia" e "pedagogo" surgiram na Grécia Antiga e a educação era compreendida como a base para a formação integral do ser humano, unindo o físico, o moral e o espiritual dos educandos no processo de aprendizagem. Em comparação, no século XIX, Johann Friedrich Herbart defendia a Pedagogia como a formação harmônica do homem, priorizando o caráter, a ética e a responsabilidade do indivíduo. Posteriormente, Herbart passou a defender a Pedagogia como a ciência da educação, pois a mesma era vista como parte da Filosofia. Na contemporaneidade, Franco (2008) defende a Pedagogia como ciência da educação, e declara que devemos olhar para a educação como o caminho para transformações sociais, um ato político e um meio para lidar com as desigualdades. Na atualidade, diferentes correntes pedagógicas discorrem sobre a definição, concepções e práticas da Pedagogia. Entre elas, Saviani (2020) aborda a Pedagogia tradicional, tecnicista, construtivista e histórico-crítica. Nesse contexto a Pedagogia crítica difere-se por se opor a educação bancária, caracterizada por Freire (1987) como a transmissão mecânica de conteúdos, na qual o professor deposita conhecimentos nos estudantes. Além disso Franco (2021) descreve a Pedagogia crítica como o combate a opressão, subordinações, injustiças e desigualdades na educação. Essa pesquisa encontra-se em andamento, dentro do projeto de Iniciação Científica da Universidade Católica de Santos, com orientação da professora doutora

Maria Amélia do Rosário Santoro Franco, possuindo resultados parciais até o presente momento. Franco (2021) destaca a importância da resistência à reprodução da ideologia dominante e da valorização do diálogo e da comunicação no processo educativo. Nesse contexto, diante da possibilidade de uma pedagogia outra que a pesquisa nos traz, pergunto: quais as possibilidades de se desenvolver os princípios da Pedagogia crítica em escolas municipais de ensino público? Diante desse cenário, a pesquisa teve como objetivo geral compreender os principais fundamentos da Pedagogia Crítica presentes na prática docente em escolas públicas. Como objetivos específicos, buscou-se identificar esses fundamentos e verificar como os professores desenvolvem tais princípios no cotidiano escolar. A metodologia adotada é de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, conforme Minayo (2014). A pesquisa articula procedimentos bibliográficos e empíricos. A fundamentação teórica baseia-se em autores como Freire e Franco, além de produções acadêmicas recentes. A investigação empírica ocorre por meio de entrevistas semiestruturadas com dois professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental de escolas públicas municipais. A escolha dos participantes considerou suas práticas pedagógicas alinhadas à perspectiva crítica. A análise dos dados será realizada por meio da identificação de temas recorrentes nas falas dos docentes, buscando compreender suas concepções e experiências. Os resultados parciais indicam que a aplicação da Pedagogia Crítica enfrenta desafios estruturais e institucionais, mas também revela possibilidades concretas por meio do diálogo, da valorização, da experiência, dos educandos e da construção coletiva do conhecimento. A prática docente crítica mostra-se como um caminho possível para a transformação da realidade educacional, ainda que permeado por contradições.

Conclui-se que a Pedagogia Crítica constitui uma alternativa potente frente aos modelos tradicionais de ensino, ao promover a formação de sujeitos críticos e conscientes. Contudo, sua efetivação depende de condições concretas, formação docente e resistência frente às imposições do sistema educacional vigente.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogia Crítica. Educação Pública. Práticas Pedagógicas.

DESENHO INFANTIL E EXPRESSÃO EMOCIONAL NA PRIMEIRA INFÂNCIA

Lúcia Verônica Ribeiro Braga
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa Educação e formação na cibercultura
lucia.braga@unisantos.br

RESUMO

Este trabalho apresenta um recorte de pesquisa em andamento, nível de Iniciação Científica, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Unisantos, no Grupo Educação e Formação em Contexto de Cibercultura. Tem como objetivo mapear e analisar a produção científica nacional acerca da relação entre desenho infantil e expressão emocional na Primeira Infância. Parte-se da compreensão de que o desenho constitui uma linguagem simbólica fundamental na infância, antecedendo, muitas vezes, a linguagem verbal e escrita, conforme autores como Manuel Jacinto Sarmento (2011, p. 28-29 apud Goldberg e Frota 2017) e Edith Derdyk (Derdyk, 2020). A pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão acerca da dimensão emocional no desenho infantil, tendo em vista que, embora amplamente reconhecido como instrumento de desenvolvimento integral, conforme as contribuições da Psicologia do Desenvolvimento, especialmente em Lev Vygotsky e John Dewey, o desenho ainda é pouco explorado como categoria central de análise da expressão emocional. No campo da Educação, tal perspectiva dialoga com a concepção de linguagem como "leitura de mundo" proposta por Paulo Freire (1989), ao considerar que a criança se expressa e interpreta a realidade antes mesmo da consolidação da linguagem escrita. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo Estado da Questão, conforme proposto por Sílvia Maria Nóbrega-Therrien e Jacques Therrien (2004), realizada a partir de levantamento em bases de dados acadêmicas, como Google Acadêmico, SciELO e Portal CAPES. Os resultados parciais evidenciados em 3 artigos, 3 dissertações e 1 monografia indicam que 4 de 7 das pesquisas abordam o desenho infantil sob a perspectiva do desenvolvimento integral ou das práticas pedagógicas, sendo apenas 3 os estudos que tratam diretamente da expressão emocional ou a comunicação com desenhos como categoria central. Observa-se também que todos os estudos são de abordagens qualitativas e referenciais vinculados à Psicologia do Desenvolvimento e à Arte-educação, além da ausência de critérios metodológicos sistematizados para a interpretação dos desenhos infantis. Dessa forma, evidenciam-se lacunas investigativas no que se refere

à sistematização conceitual da emoção e à construção de procedimentos analíticos mais consistentes. O estudo encontra-se em fase de ampliação e aprofundamento das análises, buscando contribuir para o avanço teórico e metodológico no campo da Educação Infantil.

PALAVRAS-CHAVE

Primeira infância. Desenho infantil. Expressão emocional. Estado da Questão. Educação infantil.

A HIBRIDIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO BRASILEIRO: A VIABILIDADE JURÍDICA DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS EDUCACIONAIS COM FOCO NA EFICIÊNCIA SINO-JAPONESA E DO PRINCÍPIO DA EQUIDADE

Maísa Steil Basan
Universidade Católica de Santos
basan.1702@gmail.com
Marcos Cézar Bedin de Carvalho
Universidade Católica de Santos
marcosbedin.adv@gmail.com

RESUMO

O presente resumo analisa a viabilidade jurídica e sociopedagógica da adoção de Parcerias Público-Privadas (PPPs) no ensino público brasileiro, sob a modalidade de pesquisa concluída. O objeto de estudo é centrado na tensão entre eficiência administrativa e o direito fundamental à educação. Justifica-se a investigação diante da precariedade estrutural das escolas públicas, que demanda modelos de gestão modernos sem comprometer a natureza pública do ensino. O objetivo principal é verificar em que medida a colaboração com o setor privado pode aumentar a eficiência educacional sem ferir a autonomia pedagógica estatal. O referencial teórico se baseia na Lei nº 11.079/2004 e nos princípios constitucionais de equidade e universalidade. A metodologia consistiu em análise documental, jurídica e benchmarking dos modelos educacionais japonês e chinês, focando em indicadores do PISA 2022 sobre clima disciplinar e desempenho. Os achados indicam que o Japão apresenta 88% de alunos no nível 2 de matemática, contra 27% no Brasil, sugerindo que o rigor e o investimento tecnológico podem ser adaptados via parcerias. Conclui-se que a hibridização é juridicamente possível através de concessões administrativas limitadas a serviços não pedagógicos (infraestrutura e logística), preservando ao Estado o controle curricular. Propõe-se o conceito de "meritocracia de base", defendendo que o desempenho deve ser valorizado somente após a garantia de condições reais de aprendizado e equidade social. Considera-se que o equilíbrio entre a eficiência operacional privada e o controle normativo público define a legitimidade do modelo, assegurando que a inovação tecnológica sirva à inclusão e não ao aprofundamento das desigualdades educacionais brasileiras.

PALAVRAS-CHAVE

Parcerias Público-Privadas. Educação pública. Eficiência educacional. Ensino sino-japonês.

LEITURA CULTURAL E LITERATURA INFANTIL NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE DE CRIANÇAS: O ESTADO DA QUESTÃO

Maria Clara Passos Ramalho
Universidade Católica de Santos
Grupo Interdisciplinar de Estudos Culturais
maria.ramalho@unisantos.br
Rosana Aparecida Ferreira Pontes
Universidade Católica de Santos
Grupo Interdisciplinar de Estudos Culturais
rosana.pontes@unisantos.br

RESUMO

O presente estudo apresenta um recorte de uma pesquisa em andamento que tematiza a intersecção entre a literatura infantil e a prática da leitura de literatura infantil na mediação para a construção da identidade de criança. Fundamentada em Vygotsky, a pesquisa compreende o desenvolvimento humano como resultado das interações sociais e culturais, nas quais os sujeitos se constituem historicamente. Assim, a identidade é entendida como um processo em constante construção, vinculado às experiências culturais vivenciadas pelas crianças em seus contextos sociais. Nesse cenário, a leitura da literatura infantil assume papel relevante, pois possibilita o contato com diferentes narrativas, valores e representações de mundo. Quando situamos o ato de ler na educação de crianças, destaca-se a literatura infantil, que amplia o repertório simbólico e favorece a construção de sentidos sobre si e a realidade social. Portanto, a leitura cultural, por meio da literatura infantil, impulsiona o desenvolvimento da compreensão de mundo, unindo o que a criança está lendo com o contexto cultural que ela vive. Embora a literatura acadêmica reconheça a importância da leitura e do desenvolvimento identitário na infância, a pesquisa justifica-se pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como a literatura infantil, enquanto meio de leitura cultural, atua na formação da identidade. A investigação orienta-se pela seguinte questão: de que maneiras a interseção entre leitura cultural e literatura infantil atua na mediação do processo de construção da identidade de crianças? O objetivo geral é compreender a leitura cultural e literatura infantil como mediações no desenvolvimento da identidade de crianças. O referencial teórico articula os conceitos de leitura cultural, entendida como prática de interpretação situada social e historicamente, com fundamentação teórica em Freire, Jesus e

Gomes; identidade, conforme Hall e Vygotsky e literatura infantil, com base em Coelho. A metodologia, de abordagem qualitativa, se baseia no Estado da Questão, conforme Nóbrega-Therrien e Therrien, visando mapear e analisar a produção científica sobre o tema. Como achados preliminares, destaca-se que a literatura infantil favorece processos de identificação e reflexão, possibilitando que a criança se reconheça nas representações culturais presentes nos textos. Assim, evidencia-se esse potencial como mediação cultural na construção da identidade.

PALAVRAS-CHAVE

Leitura cultural. Literatura Infantil. Construção da identidade. Estado da Questão.

O HIATO ENTRE O POTENCIAL EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO CIBERNÉTICA DOCENTE COM FINALIDADE PEDAGÓGICA

Cássio de Castro Moraes
Universidade Católica de Santos
cassiocmoraes@unisantos.br
Tyemi Conceição Santos
Universidade Católica de Santos
tyemi@unisantos.br

RESUMO

O mundo adapta-se às novas tecnologias, contudo a pandemia de Covid-19 realçou tal fenômeno, em especial, no âmbito educacional. Neste cenário, urge o objetivo da presente Pesquisa expor o hiato entre o potencial das tecnologias operadas com intenção pedagógica, ou seja, o propósito de extrair a melhor aprendizagem, e o despreparo cibernético docente. Para tanto, baseia-se em uma metodologia bibliográfica qualitativa. Preliminarmente, o emprego da tecnologia contribui para o aprendizado, como pelo emprego de bibliotecas digitais, plataformas com feedback de desempenho dos alunos, que permitem um planejamento pedagógico assertivo etc. Todavia, a ausência de cursos preparatórios eficazes e direcionados ao uso assertivo da cibercultura em aula impõe-se como limitador do potencial educacional. Muitas vezes, exige-se do docente a adaptação imediata a tais ferramentas, de modo que estas inovações atuam como sobrecarga imposta ao professor. Afinal, a carência de uma estrutura política de formação cibernética docente, por políticas públicas e planos de governo, acarreta ao educador o encargo individual por uma adaptação que deveria ser institucionalmente planejada, financiada e assistida. Múltiplos fatores, ademais, prejudicam a cibercultura educacional, como o déficit de estudos aprofundados em neurociência e psicopedagogia, além de infraestrutura escolar precária, como limitado apoio técnico de equipamentos e conexão WiFi estável. O emprego de lousas digitais, por exemplo, por si só, não implica em melhores índices educacionais, porquanto não seja associada à capacitação docente cibernética com finalidade pedagógica, uso de técnicas de captação da atenção dos alunos, comumente distraídos pelas redes sociais, melhorias estruturais tecnológicas das escolas e o compromisso público de órgãos competentes. Desta forma, a falta de incentivos das escolas e do poder público, além da inapropriação da cultura digital, pela falta de formação pedagógica computacional, impõem-se como desafios para os educadores, em oposição ao art. 2°, § 2° da Resolução CNE/CP n° 4 de 2024, a qual fixa que os docentes precisam dominar o manejo

de metodologias, tecnologias e inovações. Logo, a formação cibernética deficitária implica diretamente nas práticas pedagógicas adotadas, justificando, portanto, a temática. A educação e a tecnologia, portanto, são indissociáveis. Todavia, a adoção de recursos e metodologias inovadoras não podem ser subsidiadas por uma formação cibernética docente deficitária e má infraestrutura, a fim de que as futuras gerações usufruam o máximo de uma cibercultura institucionalizada com finalidade pedagógica.

PALAVRAS-CHAVE

Pedagogia. Formação. Cibercultura. Adaptação. Tecnologia.

O ACESSO DE JOVENS DAS CLASSES POPULARES AO ENSINO SUPERIOR E A IMPORTÂNCIA DOS PROGRAMAS PÚBLICOS DE INCLUSÃO EDUCACIONAL

Annalice dos Santos Netto
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas
annalice@unisantos.br
Ana Julia Maia dos Santos e Santos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas
ana.julia@unisantos.br
Giovanna Oliveira Ramos
Universidade Católica de Santos
Grupo de Pesquisa em Educação e Políticas Públicas
gi.ramos@unisantos.br

RESUMO

O presente trabalho analisa o acesso de jovens das classes populares ao ensino superior brasileiro e a relevância das políticas públicas de democratização educacional, como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e programas de assistência estudantil. A pesquisa busca compreender de que maneira essas políticas ampliaram as oportunidades de ingresso no ensino superior e quais desafios ainda permanecem relacionados à permanência acadêmica e à desigualdade social. A metodologia adotada possui abordagem mista, articulando revisão bibliográfica e pesquisa empírica. Foram aplicados questionários via Google Forms a aproximadamente 100 estudantes universitários de diferentes regiões do Brasil, além da realização de entrevistas semiestruturadas com três estudantes beneficiadas por programas de inclusão educacional em instituições públicas e privadas. Os resultados indicam que as políticas públicas contribuíram significativamente para ampliar o acesso ao ensino superior, especialmente entre estudantes oriundos de escolas públicas e famílias de baixa renda. Os relatos evidenciam o impacto positivo das bolsas de estudo, auxílios e sistemas de seleção na transformação das trajetórias pessoais, profissionais e familiares dos participantes. Entretanto, a pesquisa demonstra que o ingresso não garante condições efetivas de permanência. Entre as principais dificuldades apontadas estão a necessidade de conciliar trabalho e

estudos, a insuficiência de auxílio financeiro, a sobrecarga emocional, a falta de tempo para estudo e a burocracia no acesso às políticas de assistência estudantil. Conclui-se que, embora os programas de inclusão educacional representem avanços importantes na democratização do ensino superior brasileiro, ainda existem barreiras estruturais que dificultam a permanência e a conclusão dos cursos por estudantes das classes populares. Dessa forma, torna-se essencial o fortalecimento de políticas públicas voltadas não apenas ao acesso, mas também à permanência estudantil, garantindo condições mais equitativas e efetivas de formação acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE

Ensino Superior. Inclusão Educacional. Políticas Públicas. Permanência Estudantil. Democratização da Educação.

TRABALHOS COMPLETOS

O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

Luiza Ribeiro Rodrigues
Universidade Católica de Santos
lu.rodrigues@unisantos.br
Thamires Souza da Cruz
Universidade Católica de Santos
thamiresscruz@unisantos.br

INTRODUÇÃO

A educação é reconhecida internacionalmente como um dos principais instrumentos de promoção da cidadania, do desenvolvimento humano e da reinserção social de pessoas privadas de liberdade. Mais do que proporcionar qualificação profissional, a educação no ambiente prisional favorece o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia e da reconstrução das trajetórias de vida.

Nesse sentido, Costelloe e Warner (2014, p. 177) afirmam que a educação prisional baseada em princípios pedagógicos promove o pensamento crítico e a criatividade das pessoas privadas de liberdade, contribuindo para um processo de desenvolvimento humano integral.

Além da dimensão formativa, estudos empíricos demonstram resultados concretos decorrentes da implementação de programas educacionais no sistema prisional. A metanálise realizada por Ellison et al. (2017) identificou relação negativa entre educação prisional e reincidência criminal, concluindo que indivíduos que participaram de programas educacionais durante o encarceramento apresentam menor probabilidade de voltar a cometer delitos após a liberdade.

No mesmo sentido, pesquisa desenvolvida pela RAND Corporation constatou que o acesso à educação reduz em aproximadamente 43% as chances de reincidência criminal e aumenta em 13% a probabilidade de obtenção de emprego formal após a libertação. O estudo também aponta que investimentos em educação prisional geram economia aos cofres públicos, uma vez que cada dólar investido representa retorno estimado entre quatro e cinco dólares em despesas evitadas com novo encarceramento (DAVIS et al., 2013).

No ordenamento jurídico brasileiro, o direito à educação da pessoa privada de liberdade encontra fundamento na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e na Lei de Execução Penal. A dignidade da pessoa humana, prevista no art. 1º, inciso III, constitui fundamento da República e impõe que a privação da liberdade não implique supressão dos demais direi-

tos fundamentais.

Nesse sentido, o art. 5º, XLIX, assegura às pessoas presas o respeito à integridade física e moral, enquanto o art. 205 reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado, sem estabelecer qualquer distinção em relação à população carcerária. Em complemento, a Lei nº 7.210/1984 disciplina a assistência educacional no sistema prisional, determina a oferta obrigatória do ensino fundamental, incentiva a continuidade dos estudos e prevê mecanismos como a remição da pena pelo estudo, evidenciando que a educação integra a própria finalidade ressocializadora da execução penal.

Entretanto, embora exista amplo reconhecimento jurídico acerca desse direito, a realidade evidencia que a conclusão da pena não representa, necessariamente, o fim das barreiras enfrentadas por essa população. Pessoas egressas do sistema prisional permanecem submetidas a processos de exclusão social, estigmatização, vulnerabilidade econômica e insuficiência de políticas públicas capazes de assegurar o acesso e a permanência no ensino superior.

Dessa forma, verifica-se uma contradição entre a proteção normativa conferida ao direito à educação e as dificuldades concretas encontradas pelos egressos para prosseguir sua formação acadêmica.

Diante desse cenário, o presente artigo parte da problemática de compreender quais são os principais obstáculos enfrentados pelos egressos do sistema prisional para acessar e permanecer no ensino superior, partindo da hipótese de que a ampliação de políticas públicas voltadas ao acesso e à permanência universitária constitui importante mecanismo de efetivação da função ressocializadora da pena, contribuindo para a reinserção social e para a redução da reincidência criminal.

Para tanto, desenvolve-se pesquisa qualitativa, de natureza bibliográfica e documental, baseada na análise da legislação brasileira e da produção científica nacional e internacional acerca da educação prisional, dos direitos fundamentais e da inclusão educacional de pessoas egressas do sistema prisional.

O DIREITO À EDUCAÇÃO E AO ENSINO SUPERIOR NO SISTEMA PRISIONAL

A compreensão contemporânea da execução penal resulta de um longo processo de transformação da finalidade da pena. Até o século XVIII, predominava um modelo punitivo baseado na repressão física e na demonstração do poder estatal por meio de penas cruéis e públicas.

Conforme observa Foucault (2014), a partir desse período ocorre uma profunda modificação na forma de punir, caracterizada pela suavização das

penas, pela redução do arbítrio estatal e pela substituição dos suplícios por mecanismos disciplinares voltados ao controle e à correção dos indivíduos. Segundo o autor, a pena deixa de ter como finalidade exclusiva a retribuição pelo delito praticado, passando a buscar a prevenção da reincidência e a reorganização da conduta do condenado (FOUCAULT, 2014).

Essa transformação já havia sido antecipada por Beccaria (2002), ao defender que o direito de punir decorre da vontade geral e somente se legitima quando exercido dentro dos limites da necessidade e da proporcionalidade. Para o autor, a finalidade da pena não consiste na vingança estatal, mas na prevenção de novos delitos e na preservação da ordem social (BECCARIA, 2002).

Nesse contexto, Porto (2008) explica que a evolução da execução penal não decorreu apenas de uma mudança de sensibilidade social, mas da construção de uma nova política criminal, na qual o poder punitivo passou a ser exercido por mecanismos de disciplina e controle, substituindo gradativamente as antigas formas de punição corporal. Sob essa perspectiva, a prisão passou a assumir função que ultrapassa o simples encarceramento, incorporando também objetivos de reintegração social do condenado (PORTO, 2008).

No ordenamento jurídico brasileiro, essa concepção encontra fundamento no Estado Democrático de Direito inaugurado pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Conforme destaca Langroiva (2026), as normas processuais e penais devem ser interpretadas à luz da Constituição, uma vez que os princípios constitucionais conferem legitimidade e direcionamento à atuação estatal.

Dessa forma, mesmo durante o cumprimento da pena, permanecem assegurados todos os direitos fundamentais incompatíveis apenas com a restrição da liberdade de locomoção (LANGROIVA, 2026).

Nessa mesma linha, Goldfinger (2022) ressalta que a constitucionalização do processo penal exige que toda atuação estatal seja compatível com os direitos fundamentais e com os tratados internacionais de direitos humanos, submetendo a legislação ao controle de constitucionalidade e de convencionalidade.

Assim, a execução penal não pode ser compreendida apenas como instrumento de punição, mas também como mecanismo de efetivação de direitos e promoção da dignidade da pessoa humana (GOLDFINGER, 2022).

É nesse contexto que se insere o direito à educação da pessoa privada de liberdade. A Constituição Federal estabelece, em seu artigo 1º, inciso III, a dignidade da pessoa humana como fundamento da República, ao passo que o artigo 5º, inciso XLIX, assegura às pessoas presas o respeito à integridade física e moral.

Além disso, o artigo 205 reconhece a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, não estabelecendo qualquer distinção em relação às pessoas privadas de liberdade. Desse modo, a perda da liberdade decorrente da condenação penal não implica a supressão do direito à educação, que permanece plenamente exigível pelo indivíduo submetido ao sistema prisional.

Em complemento às garantias constitucionais, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210/1984) disciplina a assistência educacional como dever do Estado e elemento integrante da execução penal. A legislação determina a oferta obrigatória do ensino fundamental, incentiva a continuidade dos estudos em níveis mais elevados, prevê a realização de exames nacionais, como o ENCCEJA PPL, e estabelece mecanismos destinados à ampliação do acesso à educação, inclusive por meio da educação a distância.

A própria lei reconhece a educação como instrumento de ressocialização ao admitir a remição da pena pelo estudo, permitindo que o condenado reduza parte do tempo de cumprimento da pena mediante frequência escolar regularmente comprovada.

Portanto, observa-se que a educação no sistema prisional não constitui benefício concedido pela administração penitenciária, mas verdadeiro direito fundamental assegurado pela Constituição e pela Lei de Execução Penal. Mais do que promover a escolarização, a educação representa instrumento de desenvolvimento humano, fortalecimento da cidadania e preparação para a reinserção social.

Todavia, conforme será demonstrado no tópico seguinte, a efetivação desse direito não se encerra com o cumprimento da pena, uma vez que os egressos ainda enfrentam inúmeros obstáculos para acessar e permanecer no ensino superior, comprometendo a concretização da finalidade ressocializadora da execução penal.

OS DESAFIOS DOS EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL NO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A garantia do direito à educação da pessoa privada de liberdade representa importante instrumento para a efetivação da finalidade ressocializadora da execução penal. Entretanto, o cumprimento da pena não elimina as dificuldades enfrentadas pelo indivíduo após sua libertação.

Ao contrário, a condição de egresso do sistema prisional frequentemente é acompanhada por obstáculos sociais, econômicos e institucionais que dificultam o exercício de direitos fundamentais, dentre eles o acesso ao ensino superior. Assim, embora a legislação brasileira assegure o direito à educação, sua concretização permanece limitada diante da insuficiência de políticas pú-

blicas capazes de promover a inclusão educacional dessa população.

O primeiro desafio decorre das próprias condições sociais e educacionais que antecedem o ingresso no sistema prisional. Diversos estudos demonstram que a população carcerária brasileira é composta majoritariamente por pessoas em situação de vulnerabilidade social, com baixa renda, reduzido nível de escolaridade e histórico de exclusão do sistema educacional. Nesse sentido, Teodoro (2026) observa que a ausência de acesso à educação, saúde, trabalho e demais direitos sociais contribui para processos de marginalização que frequentemente antecedem o encarceramento, evidenciando que a exclusão educacional não se inicia na prisão, mas constitui realidade anterior ao cumprimento da pena.

Após a liberdade, essa vulnerabilidade é agravada pelo estigma social associado ao encarceramento. Conforme destaca Goffman (2008), o estigma produz uma identidade social depreciada, fazendo com que determinados indivíduos sejam permanentemente associados a características negativas.

No contexto dos egressos do sistema prisional, esse processo repercute diretamente na reconstrução de vínculos sociais e no acesso a oportunidades educacionais e profissionais. Teodoro (2026) ressalta que muitas das dificuldades vivenciadas durante o cárcere permanecem após a soltura, uma vez que o preconceito e a rejeição social dificultam a reinserção do egresso tanto no mercado de trabalho quanto nos espaços educacionais.

Além das barreiras sociais, verifica-se a insuficiência de políticas públicas voltadas especificamente ao acesso dos egressos ao ensino superior. Embora a Lei de Execução Penal estabeleça mecanismos de assistência educacional durante o cumprimento da pena e o Decreto nº 11.843/2023 institua a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional, observa-se que a implementação dessas medidas ainda ocorre de forma desigual entre os estados brasileiros.

Essa realidade evidencia que o reconhecimento normativo do direito à educação, por si só, não é suficiente para garantir sua efetivação. A ausência de políticas públicas estruturadas compromete a concretização do direito social à educação previsto no artigo 6º da Constituição Federal e dificulta a promoção da igualdade material, uma vez que os egressos do sistema prisional permanecem em situação de desvantagem para acessar e permanecer no ensino superior.

Soares et al. (2025) demonstram que muitos entes federativos sequer possuem programas estruturados destinados ao acompanhamento dos egressos, comprometendo a continuidade das ações de ressocialização após o término da pena. Essa realidade evidencia um distanciamento entre a proteção normativa e sua efetiva concretização.

Outro aspecto relevante refere-se à permanência no ensino superior.

A permanência estudantil compreende o conjunto de políticas institucionais destinadas a assegurar que estudantes em situação de vulnerabilidade consigam ingressar, permanecer e concluir sua formação acadêmica, por meio de ações como assistência financeira, auxílio alimentação, transporte, moradia estudantil, apoio pedagógico e acompanhamento psicossocial. Assim, o acesso à universidade, por si só, não garante a inclusão educacional se inexistirem condições materiais que possibilitem a continuidade dos estudos.

Nesse contexto, a experiência relatada por Teodoro (2026) demonstra que políticas de apoio, como auxílio-transporte, alimentação, fornecimento de material didático e acompanhamento institucional, foram fundamentais para assegurar a permanência dos egressos em curso de capacitação profissional desenvolvido pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Segundo o autor, tais medidas reduziram obstáculos econômicos que normalmente impedem a continuidade da formação e contribuíram para a inserção dos participantes no mercado de trabalho.

A relevância da educação como instrumento de reinserção social também encontra respaldo em estudos internacionais. Ellison et al. (2017), ao analisarem dezoito pesquisas sobre educação prisional, verificaram que indivíduos que participaram de programas educacionais durante o encarceramento apresentam menor probabilidade de reincidência criminal.

De forma semelhante, Davis et al. (2013), em pesquisa desenvolvida pela RAND Corporation, identificaram que a educação prisional reduz significativamente a reincidência e aumenta as possibilidades de inserção no mercado de trabalho após a liberdade. Esses resultados evidenciam que o investimento em educação não produz benefícios apenas para o indivíduo, mas também para a sociedade, ao favorecer a redução da criminalidade e promover inclusão social.

Dessa forma, os desafios enfrentados pelos egressos do sistema prisional no acesso ao ensino superior extrapolam a existência formal do direito à educação. As dificuldades decorrem de um conjunto de fatores estruturais que envolvem exclusão social, baixa escolaridade, estigmatização, insuficiência de políticas públicas e ausência de mecanismos de permanência estudantil.

Nesse cenário, ampliar o acesso dessa população à universidade exige não apenas a criação de oportunidades de ingresso, mas também a implementação de políticas permanentes de apoio acadêmico, financeiro e psicossocial capazes de assegurar que o ensino superior cumpra sua função de instrumento de emancipação, cidadania e efetiva reinserção social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar os desafios enfrentados pelos egressos do sistema prisional no acesso ao ensino superior, partindo da problemática de compreender por que, embora a educação seja reconhecida como direito fundamental e instrumento de ressocialização, essa parcela da população ainda encontra inúmeras barreiras para ingressar e permanecer na educação superior.

A hipótese inicialmente proposta, de que a ampliação de políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior pode contribuir para a reinserção social e para a redução da reincidência criminal, mostrou-se confirmada a partir da análise da legislação e da literatura especializada.

Ao longo da pesquisa, verificou-se que o ordenamento jurídico brasileiro assegura o direito à educação às pessoas privadas de liberdade e aos egressos do sistema prisional, por meio da Constituição Federal e da Lei de Execução Penal. Todavia, constatou-se que a existência dessas garantias normativas, por si só, não é suficiente para assegurar a efetivação desse direito.

A realidade demonstra que fatores como a baixa escolaridade, a vulnerabilidade socioeconômica, o estigma social decorrente do encarceramento, a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e a insuficiência de políticas públicas específicas comprometem significativamente as oportunidades de acesso e permanência no ensino superior.

Também foi possível constatar que a educação desempenha papel essencial no processo de ressocialização, ultrapassando a mera qualificação profissional. Os estudos analisados evidenciam que o acesso à educação favorece o desenvolvimento da autonomia, da cidadania e do pensamento crítico, além de contribuir para a redução dos índices de reincidência criminal e para o aumento das oportunidades de inserção social e profissional. Nesse contexto, o ensino superior revela-se importante instrumento de reconstrução de trajetórias de vida, permitindo que os egressos ampliem suas perspectivas pessoais e profissionais e fortaleçam sua participação na sociedade.

A pesquisa também evidenciou que a efetivação desse direito demanda atuação articulada do poder público e das instituições de ensino superior. Não basta garantir a possibilidade formal de ingresso na universidade; é indispensável a implementação de políticas públicas voltadas à permanência estudantil, capazes de oferecer suporte acadêmico, financeiro e psicossocial aos estudantes em situação de vulnerabilidade.

Da mesma forma, as universidades desempenham papel relevante ao desenvolver programas de extensão, projetos de acolhimento e iniciativas de inclusão que contribuam para reduzir os impactos do estigma social e favorecer a continuidade da formação acadêmica.

Conclui-se, portanto, que ampliar o acesso ao ensino superior para

egressos do sistema prisional representa medida que vai além da concretização do direito fundamental à educação. Trata-se de estratégia capaz de promover a inclusão social, fortalecer a dignidade da pessoa humana, ampliar oportunidades de desenvolvimento e contribuir para a construção de uma política de execução penal verdadeiramente comprometida com a ressocialização.

Nesse sentido, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento do debate acadêmico sobre o tema e incentive a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas ao acesso e à permanência de egressos do sistema prisional no ensino superior, de modo que a educação deixe de representar uma oportunidade excepcional e passe a constituir um direito efetivamente acessível a todos.

REFERÊNCIAS

BECCARIA, C.. **Dos delitos e das penas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 29 mai. 2026.

BRASIL**. Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984.** Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 08 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 11.843, de 21 de dezembro de 2023**. Institui a Política Nacional de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 22 dez. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11843.htm. Acesso em: 29 mai. 2026.

COSTELLOE, A.; WARNER, K.. Prison education across Europe: Policy, practice, politics. **London Review of Education**, London, v. 12, n. 2, p. 175-183, 2014. DOI: https://doi.org/10.18546/LRE.12.2.03.

DAVIS, L. M. et al. **Evaluating the effectiveness of correctional education**: A meta-analysis of programs that provide education to incarcerated adults. Santa Monica: RAND Corporation, 2013. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR266.html. Acesso em: 29 mai. 2026.

ELLISON, M.; SZIFRIS, K.; HORAN, R.; FOX, C.. A rapid evidence assess-

ment of the effectiveness of prison education in reducing recidivism and increasing employment. **Probation Journal,** v. 64, n. 2, p. 108-128, 2017. DOI: https://doi.org/10.1177/0264550517699290.

FOUCAULT, M.. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOFFMAN, E.. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GOLDFINGER, F. I.. **O processo penal como instrumento de política criminal**: uma análise crítica da discricionariedade regrada do Ministério Público. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

LANGROIVA, C. J. P.. **Processo penal e convencionalidade**. São Paulo: Almedina Brasil, 2026. E-book. ISBN 9788584939466. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584939466/. Acesso em: 29 mai. 2026.

PORTO, R.. **Crime organizado e sistema prisional**. Rio de Janeiro: Atlas, 2008. E-book. ISBN 9788522467068. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788522467068/. Acesso em: 29 mai. 2026.

SOARES, M. F.; CRUZ, T. B. de P.; RIBEIRO, L. M. de P.; ASSIS, L. B. de. A atuação da administração prisional no desenvolvimento de políticas públicas voltadas à ressocialização de egressos do sistema prisional brasileiro. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 14, n. 5, e1966, 2025. DOI: https://doi.org/10.23900/2359-1552v14n5-32-2025.

TEODORO, L. C. de A.. Educação profissional e tecnológica e a extensão: capacitação de egressos do sistema prisional. **Lumen et Virtus**, v. 17, n. 58, e12577, 2026. DOI: https://doi.org/10.56238/levv17n58-053.

INFÂNCIA DIGITAL E ATROFIAMENTO INTELECTUAL: ENTRE OS LIMITES JURÍDICOS E A CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL

Gabriel Henrique Siqueira Santos
Universidade Católica de Santos
ghsantos@unisantos.br
Paloma dos Santos Rezende Andrade
Universidade Católica de Santos
paloma.andrade@unisantos.br

INTRODUÇÃO

A expansão das tecnologias digitais transformou profundamente as relações sociais, educacionais e comunicacionais contemporâneas. O acesso a dispositivos eletrônicos e plataformas digitais tornou-se cada vez mais rápido e menos burocrático, alcançando inclusive crianças e adolescentes em fases decisivas de desenvolvimento. Embora tais recursos proporcionem benefícios relacionados à informação, aprendizagem e interação social, seu uso precoce, excessivo e desassistido tem despertado preocupações quanto aos possíveis impactos sobre o desenvolvimento cognitivo infantojuvenil, especialmente no que se refere à atenção, à capacidade crítica, à aprendizagem e à formação intelectual.

Nesse contexto, emerge a discussão acerca da chamada "infância digital", fenômeno que evidencia a crescente inserção de crianças e adolescentes no ambiente virtual e os desafios decorrentes dessa realidade. Dentre tais desafios, destaca-se a possibilidade de atrofiamento intelectual associado ao consumo excessivo de conteúdos digitais, ao uso indiscriminado de redes sociais e à exposição contínua a estímulos tecnológicos, fatores que podem comprometer aspectos essenciais do desenvolvimento humano.

Como observa o filósofo italiano Norberto Bobbio (1992), os direitos não ocorrem de maneira imediata ou espontânea, mas são conquistas históricas que emergem por meio de reivindicações sociais. Partindo dessa premissa, a infância, enquanto etapa singular do desenvolvimento humano, passou a ser reconhecida como merecedora de proteção jurídica específica, justamente em razão da sua condição de vulnerabilidade.

A Constituição Federal de 1988 introduziu no Brasil o princípio fundamental da proteção integral da criança e do adolescente, posteriormente reforçado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, reconhecendo-os como sujeitos de direitos em desenvolvimento, que necessitam de cuidados e normas específicas para atender à sua condição peculiar. Contudo, embora as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) já existis-

sem quando da redação e promulgação do Estatuto, o acesso à internet era incipiente e não figurava como preocupação central do legislador. Tal cenário contrasta drasticamente com a realidade atual, na qual, segundo estudo da UNICEF divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), aproximadamente 93% das crianças e adolescentes brasileiros estão conectados à rede mundial de computadores.

Sob a perspectiva jurídica, o ordenamento brasileiro dispõe de instrumentos normativos destinados à proteção da infância e da adolescência no ambiente digital, destacando-se o ECA, o Marco Civil da Internet, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e as recentes discussões em torno do chamado "ECA Digital". Contudo, questiona-se se a existência dessas normas, por si só, é suficiente para garantir a efetiva proteção dos direitos das crianças e adolescentes diante das constantes inovações tecnológicas e da influência exercida pelas plataformas digitais. Apesar dos avanços normativos, crianças e adolescentes ainda enfrentam dificuldades na plena garantia de seus direitos, e o ambiente digital, embora de extrema relevância na contemporaneidade, aprofunda essa problemática.

Dessa forma, a presente pesquisa delimita-se à análise da eficácia das normas de proteção à infância no ambiente digital e à investigação da necessidade de mecanismos complementares de conscientização social e educação digital. Busca-se compreender os limites da atuação legislativa diante dos impactos do uso precoce da tecnologia no desenvolvimento cognitivo, bem como refletir sobre a importância da implementação de políticas públicas capazes de promover o uso responsável dos recursos digitais. Para tanto, serão examinados os principais marcos regulatórios brasileiros e os desafios de sua aplicabilidade prática, por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico, documental e de campo, fundamentada na análise de artigos científicos, doutrinas, legislações, notícias e em entrevista semiestruturada com profissional da área da psicologia infantil. Pretende-se, assim, contribuir para o debate acerca da proteção integral da infância em uma sociedade cada vez mais conectada.

TECNOLOGIA E MEDIAÇÃO: A FERRAMENTA NÃO É O PROBLEMA

Antes de aprofundar a análise dos riscos, é necessário situar com clareza o lugar da tecnologia neste debate. A internet, a inteligência artificial e os dispositivos digitais em geral não são, em si, elementos negativos. Ao contrário, representam conquistas civilizatórias que democratizam o acesso ao conhecimento, ampliam possibilidades de comunicação e geram oportunidades para o desenvolvimento humano. Como pondera o neurocientista Sidarta Ribeiro, do Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte, as mídias eletrônicas estão simultaneamente nos tornando mais inteligentes e mais vulneráveis: mais inteligentes porque qualquer pessoa carrega um computador conectado ao mundo inteiro no bolso; mais vulneráveis porque estamos terceirizando para as máquinas funções que antes nossos cérebros realizavam (MONTEIRO, 2019).

Nesse sentido, o problema não reside na ferramenta em si, mas na ausência de mediação adequada e de limites compatíveis com cada fase do desenvolvimento infantil. A pesquisadora Amanda Nadia Vulpini (2025), em estudo sobre as contribuições da tecnologia para o desenvolvimento cognitivo, social e educacional da infância à adolescência, conclui que, quando utilizada com equilíbrio e mediação qualificada, a tecnologia pode favorecer habilidades como atenção, memória e raciocínio lógico, além de potencializar o processo de ensino-aprendizagem. O desafio contemporâneo, portanto, está em equilibrar acesso e orientação, garantindo que as tecnologias sirvam como aliadas no desenvolvimento integral – e não como instrumentos de adoecimento ou exclusão. O presente trabalho não questiona os avanços tecnológicos, mas problematiza a ausência de regulação jurídica efetiva e de conscientização social quanto ao uso adequado dessas ferramentas por crianças e adolescentes.

AS LACUNAS DO ECA DIGITAL E A LÓGICA DO LUCRO

O denominado ‘ECA Digital’ – expressão que se refere ao conjunto de normas voltadas à proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual – apresenta lacunas relevantes ao distribuir a responsabilidade pela proteção do menor essencialmente entre pais e plataformas digitais. Como aponta o relatório do Data Privacy Brasil (2026), a legislação vigente, embora represente um avanço significativo, ainda enfrenta desafios estruturais de aplicabilidade que vão além da mera criação normativa. No que tange às plataformas, enquanto empresas privadas, sua lógica operacional é orientada pela maximização do lucro, o que frequentemente coloca em segundo plano o melhor interesse da criança e do adolescente. Conteúdos que, embora aparentemente inofensivos, possam ser inadequados ao público infantojuvenil, tendem a permanecer em circulação quando representam engajamento e retorno financeiro para essas empresas.

Essa dinâmica é aprofundada pela atuação dos algoritmos das plataformas digitais, que, como evidenciam De Morais e Horta (2026), são programados para maximizar o tempo de permanência do usuário na plataforma – independentemente do perfil etário ou do impacto desse conteúdo no desenvolvimento cognitivo e emocional. Segundo Pinheiro (2016), o Direito Digital precisa avançar na regulação dessas estruturas algorítmicas, reco-

nhecendo que a proteção jurídica da infância no ambiente digital não pode depender da boa vontade das empresas. A autora sustenta que a ausência de uma regulação técnica específica para algoritmos voltados ao público infantojuvenil representa uma das principais lacunas do ordenamento jurídico brasileiro contemporâneo.

Por outro lado, atribuir aos pais a responsabilidade primária pela supervisão do ambiente digital ignora a realidade socioeconômica de grande parte das famílias brasileiras, marcada pela sobrecarga de trabalho – especialmente das mulheres, que em sua maioria acumulam o sustento financeiro e os cuidados domésticos. Segundo o IBGE (2023), a carga horária total semanal das mulheres, somando trabalho remunerado e doméstico não remunerado, é de 54,4 horas, superior à masculina de 52,1 horas. Essa realidade resulta no acesso desassistido de crianças e adolescentes à rede, agravado ainda pela ausência de espaços públicos de recreação, especialmente nas periferias, onde o dispositivo digital torna-se muitas vezes o único recurso de entretenimento disponível. Nesse contexto, as regulações existentes mostram-se insuficientes para garantir a efetiva proteção integral preconizada pela Constituição Federal e pelo ECA.

O PARADOXO SOCIOECONÔMICO DAS ELITES TECNOLÓGICAS

Não por acaso, revela-se um paradoxo socioeconômico revelador: os próprios criadores e executivos das grandes plataformas digitais restringem ou proíbem o uso de tecnologia por seus filhos. Steve Jobs limitou rigorosamente o acesso de seus filhos a iPhones e iPads; Mark Zuckerberg controla o tempo de tela de suas filhas; Bill Gates não permitiu smartphones a seus filhos antes dos 14 anos. Conforme reportado pela Exame (2014) e pelo Estado de Minas (EMILIANA, 2019), essas posturas não são casuais: refletem o conhecimento privilegiado que esses executivos possuem sobre os mecanismos de captura de atenção e dependência tecnológica embutidos nos próprios produtos que comercializam. Como aponta Macchi (2022), os magnatas da internet são os primeiros a reconhecer os riscos que suas plataformas representam para o desenvolvimento infantil.

Tal postura contrasta com a realidade das famílias de classe média e baixa, que, desprovidas de suporte informativo e sobrecarregadas pela rotina de trabalho, utilizam os dispositivos digitais como recurso recreativo e de gestão do cotidiano doméstico – expondo involuntariamente suas crianças aos riscos que as próprias elites tecnológicas conhecem e evitam. Essa assimetria de informação e de poder configura uma dimensão de injustiça social: enquanto os filhos das elites tecnológicas crescem com limites claros e mediação qualificada, crianças das classes populares são deixadas à mercê de

algoritmos projetados para maximizar o engajamento, independentemente das consequências para o seu desenvolvimento.

IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIOEMOCIONAL

A exposição precoce e desregulada de crianças e adolescentes ao ambiente digital tem sido associada a uma série de prejuízos ao desenvolvimento humano, amplamente documentados pela literatura científica. O neurocientista Guilherme Cunha, mestre pela UFMG, explica que as mídias eletrônicas estão afetando o cérebro de forma estrutural, alterando especialmente a ativação da porção anterior do lobo frontal – região associada ao raciocínio, tomada de decisão e controle de impulsos – e modificando a forma como o cérebro processa e armazena informações (MONTEIRO, 2019). Crianças habituadas ao consumo acelerado de conteúdo digital desenvolvem o que especialistas chamam de "pensamento raso": uma incapacidade crescente de se concentrar em tarefas complexas, de ler textos longos ou de sustentar a atenção em atividades que exigem esforço mental prolongado.

A pesquisa de Vulpini (2025) corrobora esse quadro ao identificar que o uso excessivo e precoce das telas está associado a prejuízos na linguagem, dificuldades de interação social e alterações nas conexões neurais. Segundo a autora, crianças expostas a telas antes dos dois anos de idade apresentam com frequência atrasos no desenvolvimento da fala e dificuldades em estabelecer vínculos afetivos com adultos e outras crianças. No campo emocional, o uso desregulado tem sido associado a quadros de ansiedade, irritabilidade e baixa tolerância à frustração – sintomas que se expressam tanto no ambiente familiar quanto no escolar, comprometendo o processo de aprendizagem e a sociabilidade.

No que diz respeito à supervisão parental, estudos indicam diferença nítida no desenvolvimento de crianças com e sem acompanhamento familiar no uso de telas. Crianças supervisionadas demonstram maior capacidade de brincar simbolicamente, interagir com pares, compartilhar objetos e manter interesse em atividades diversificadas. Em contraste, crianças sem essa supervisão tendem a perder progressivamente o interesse por qualquer atividade que não envolva a tela, revelando um padrão de dependência funcional que compromete o desenvolvimento global. Esse dado reforça a conclusão de que a proteção da infância digital não pode ser tratada apenas como questão normativa: ela é, antes de tudo, uma questão de saúde pública e de política social.

IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: PERSPECTIVA CLÍNICA

A entrevista realizada com psicóloga clínica especializada em desenvolvimento infantil revelou dados consistentes com a literatura sobre os impactos do uso indiscriminado de telas na infância. A profissional, que atende crianças em contexto clínico, identificou como efeitos mais frequentes a dificuldade de manter atenção em atividades de esforço mental prolongado, como leitura e escrita, além de quadros de ansiedade, irritabilidade e baixa tolerância à frustração. Segundo ela, as crianças atendidas demonstram incapacidade progressiva de se engajar em atividades como assistir a um filme ou realizar um desenho sem interrupção, o que aponta para um empobrecimento da capacidade de sustentação atencional diretamente associado ao consumo excessivo de conteúdo digital.

Quanto à faixa etária de início dos prejuízos cognitivos, a profissional indicou que sinais preocupantes já se manifestam entre zero e dois anos de idade, na forma de atrasos na fala, na linguagem e na interação social. Crianças nessa faixa etária com exposição excessiva às telas apresentam dificuldade em compartilhar informações e em estabelecer vínculos com adultos e outras crianças, sugerindo que o impacto do uso digital precoce não se restringe ao campo cognitivo, mas alcança o desenvolvimento socioemocional.

No que diz respeito à supervisão parental, a entrevistada afirmou perceber diferença nítida no desenvolvimento de crianças com e sem acompanhamento familiar no uso de telas. Crianças supervisionadas demonstram maior capacidade de brincar simbolicamente, interagir com pares, compartilhar objetos e manter interesse em atividades diversificadas. Em contraste, crianças sem essa supervisão tendem a perder progressivamente o interesse por qualquer atividade que não envolva a tela, revelando um padrão de dependência funcional que compromete o desenvolvimento global.

Sobre o perfil das famílias atendidas, a psicóloga destacou que não é possível delimitar um perfil socioeconômico único, mas observou que o uso excessivo de telas aparece com frequência em famílias com pouco tempo disponível para a criança – especialmente mães sobrecarregadas pela rotina –, que acabam delegando à tecnologia o papel de entretenimento e cuidado. A profissional também apontou a falta de percepção do problema como fator agravante: quando a família não reconhece os prejuízos causados pelo uso indiscriminado, a situação se naturaliza e o acesso irrestrito às telas se torna parte da dinâmica cotidiana sem qualquer questionamento.

Por fim, ao ser questionada sobre o que mais falta para enfrentar o problema – informação, legislação ou políticas públicas –, a entrevistada considerou que a informação é relevante, mas ponderou que os pais, em geral, já sabem que o uso excessivo não faz bem. O desafio, em sua visão, está na

rotina: as condições reais de vida das famílias dificultam a adoção de limites consistentes. Em relação à legislação, observou que já existem proibições formais – como a vedação do uso de redes sociais por menores –, mas que a mudança efetiva depende menos de normas e mais de processos educativos e culturais no âmbito familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou evidenciar que a proteção jurídica da infância no ambiente digital, tal como estruturada atualmente, apresenta limitações práticas significativas. O ECA Digital, ao concentrar responsabilidades em pais e plataformas, desconsidera fatores estruturais – como a sobrecarga de trabalho feminino, a desigualdade socioeconômica e a ausência de espaços públicos de recreação – que condicionam o acesso irrestrito de crianças e adolescentes à internet. A atuação dos algoritmos, voltados à maximização do engajamento independentemente do perfil etário, representa uma dimensão do problema que a legislação vigente ainda não foi capaz de endereçar de forma eficaz.

A perspectiva clínica analisada confirma que os impactos do uso indiscriminado de telas são concretos e precoces, afetando o desenvolvimento cognitivo, atencional e socioemocional desde os primeiros anos de vida. O paradoxo das elites tecnológicas – que restringem para seus filhos aquilo que comercializam para o mundo – revela que o problema não é desconhecido por quem detém o poder de transformá-lo, mas que a lógica do lucro prevalece sobre o interesse coletivo na ausência de regulação adequada.

A tecnologia, por si só, não é o problema: o problema é a ausência de mediação adequada, de políticas públicas de educação digital e de uma conscientização social efetiva que vá além da criação formal de normas. Como conclui Vulpini (2025), o uso da tecnologia deve ser intencional, ético e integrado a práticas educativas e políticas públicas inclusivas. Conclui-se, portanto, que enfrentar o atrofiamento intelectual infantil no ambiente digital exige uma abordagem integrada, que combine legislação eficaz, políticas públicas complementares e processos educativos contínuos no âmbito familiar e escolar – reconhecendo que a proteção integral da criança, preconizada pela Constituição Federal de 1988 e pelo ECA, só se efetiva quando a lei encontra condições sociais concretas para ser cumprida.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, N.. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasí-

lia: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisas e outros números sobre uso de telas por crianças e adolescentes.** Disponível em: https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/uso-de-telas-por-criancas-e-adolescentes/guia/recursos-extras/pesquisas-e-outros-numeros. Acesso em: 09 mai. 2026.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL. **TIC Kids Online Brasil 2023**. SãoPaulo: CGI.br, 2024. Disponível em: https://cetic.br/pt/pesquisa/kids-online. Acesso em: 30 mai. 2026.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CONANDA). **Resoluções e orientações sobre proteção à criança no ambiente digital**. Brasília, 2023.

DATA PRIVACY BRASIL. **ECA Digital**: acesso provável. [S.l.], 2026. Disponível em: https://www.dataprivacybr.org/wp-content/uploads/2026/01/20260304_acesso-provavel-Eca-Digital.pdf. Acesso em: 09 mai. 2026.

DE MORAIS, L.; HORTA, N.. Algoritmos e direitos: o ECA Digital frente à dependência tecnológica. **RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/5603/2858. Acesso em: 06 mai. 2026.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Manual de atuação da Defensoria Pública na proteção da criança e do adolescente.** Brasília, 2020.

EMILIANA, C.. Mark Zuckerberg diz limitar o tempo que as filhas gastam online. **Estado de Minas**, 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/tecnologia/2019/10/24/interna_tecnologia,1095466/mark-zuckerberg-diz-limitar-o-tempo-que-as-filhas-gastam-online.shtml. Acesso em: 08 mai. 2026.

EXAME. **Steve Jobs proibia que seus filhos usassem computadores em excesso**. 2014. Disponível em: https://exame.com/tecnologia/steve-jobs-proibia-que-seus-filhos-usassem-computadores-em-excesso/. Acesso em: 05 mai. 2026.

IBGE. **Estatísticas de Gênero**: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero. Acesso em: 30 mai. 2026.

MACCHI, U.. Por que magnatas da internet proíbem que filhos usem smartphones? **Aleteia**, 2022. Disponível em: https://pt.aleteia.org/2022/08/12/por-que-magnatas-da-internet-proibem-que-filhos-usem-smartphones/. Acesso em: 04 mai. 2026.

MONTEIRO, L.. Excesso de tecnologia afeta o cérebro. **Estado de Minas**, 27 maio 2019. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/bem-viver/2019/05/27/interna_bem_viver,1056461/excesso-de-tecnologia-afeta-o-cerebro.shtml. Acesso em: 09 mai. 2026.

PINHEIRO, P. P.. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

POTIRA, L.. **ECA Digital e proteção de dados de crianças**. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=uKfPEQAAQBAJ. Acesso em: 03 mai. 2026.

UNICEF; CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Crianças e adolescentes conectados**: desafios para a proteção integral no ambiente digital. Brasília: CNJ, 2023.

VULPINI, A. N.. Contribuições da tecnologia para o desenvolvimento cognitivo, social e educacional da infância à adolescência. **International Integralize Scientific**, v. 5, n. 49, jul. 2025. Disponível em: https://iiscientific.com/artigos/6EDFCC/. Acesso em: 07 mai. 2026.

PROGRAMAÇÃO

27 de maio – Quarta-Feira – Noite (Presencial)

18h30 às 19h – Credenciamento.

19h às 19h15 – Mesa de abertura: Reitoria; Coordenador do Programa de Pós-graduação *stricto sensu* em Educação.

19h15 às 20h15 – Conferência de Abertura – Pedagogia Crítica como potencializadora de práticas pedagógicas democráticas. Convidada: Prof.ª Dr.ª Maria Amélia do Rosário Santoro Franco.

20h30 – Sessão de lançamento e divulgação de livros da Prof.ª Dr.ª Maria Amélia do Rosário Santoro Franco.

28 de maio – Quinta-Feira – Manhã (Presencial)

9h às 12h – Mesa-Redonda com Egressos Atuantes em Redes Públicas de Ensino.

Mediador: Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo.

Convidadas:

Prof.ª M.ª Eline Lira Oliveira Sampaio.

Prof.ª Dr.ª Silvia Cinelli Quaranta.

Prof.ª Dr.ª Rejane Maria Emilio.

28 de maio – Quinta-Feira – Noite (Presencial)

19h15 às 20h15 – Palestra: Educação e Pesquisa relações que ressignificam experiências formativas mais inclusivas.

Convidada: Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Barbosa Abdalla.

20h30 – Sessão de lançamento e divulgação de livros da Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Barbosa Abdalla.

29 de maio – Sexta-Feira – Manhã, Tarde e Noite (Mediação digital síncrona)

8h30 às 12h – Sessões de apresentações de comunicações orais

14h30 às 17h – Sessões de apresentações de comunicações orais

19h às 22h – Sessões de apresentações de comunicações orais

30 de maio – Sábado – Manhã (Presencial)

8h30 às 10h – Palestra de Encerramento: A Escuta Pedagógica na formação de professores: tecendo redes de resistência e democracia.

Convidada: Prof.ª Dr.ª Simone do Nascimento Nogueira (UNESP)

10h15 às 11h30 – Socialização de Práticas Educativas de professores atuantes na Educação Básica:

Apresentação e debate a partir de práticas educativas enviadas ao evento por professores de escolas católicas da Região Metropolitana da Baixada Santista, professores da Graduação e alunos do PPGE da Unisantos que atuam na Educação Básica.

Em parceria com a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), essa atividade objetiva valorizar e fortalecer os saberes construídos pelos docentes nas e a partir das escolas, promover o intercâmbio profissional e contribuir para a formação docente que toma a prática como objeto de análise coletiva e aprofundamento do pensamento crítico.

A socialização e discussão de práticas, no *Campus* Dom Idílio José Soares, da Unisantos, foi coordenada por professores, pós-doutores e doutores egressos do PPGE da Católica de Santos.

11h30 às 12h - Mesa de Encerramento: Coordenação do PPGE e Comissão Organizadora da XX Mostra de Pesquisa em Educação.

COMISSÃO ORGANIZADORA

COORDENAÇÃO GERAL DO EVENTO

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo – Coordenador do Programa

de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGE)

Prof.ª Dr.ª Denise Regina da Costa Aguiar – Docente do PPGE

Prof.ª Dr.ª Guadalupe Corrêa Mota – Docente do PPGE

Prof.ª M.ª Cristiane Mello de Miranda Silva – Representante discente do PPGE

Prof.ª Renata Florence dos Santos - Representante discente do PPGE

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof.ª Dr.ª Denise Regina da Costa Aguiar – Docente do PPGE

Prof. Dr. Fabio Sampaio Mascarenhas – Docente do PPGE

Prof.ª Dr.ª Guadalupe Corrêa Mota – Docente do PPGE

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo – Coordenador do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação (PPGE)

Prof.ª M.ª Cristiane Mello de Miranda Silva – Representante discente do PPGE

Prof.ª Renata Florence dos Santos - Representante discente do PPGE

DISCENTES DO PPGE:

Ademir Ricardo de Souza Júnior

Andreia Kelly Marques

Aramis de Freitas Leite

Beatriz Cividanes Iori

Bruna Dal Belo Benetti

Bruna Gois Santos

Claudia Maria Mendes de Sá

Cristiane Mello de Miranda Silva

Daniela Mendes Pimenta

Gabriel Jorge Rodrigues de Souza

Jéssica Muniz Braga

Juliana Straub Silva

Luana Paixão Guimarães

Luciano Mizael Dias

Mariana Bezerra Silva

Mariana Márcia Rezende da Costa

Ocirema Brandão de Oliveira

Priscilla Trindade de Castro Justus

Renata Florence dos Santos

Sandra Regina Afonso Mendes Pais

Prof.ª M.ª Isabela Wippich Jorge Nocetti - Equipe técnica: Marketing e Divulgação

Prof.ª Dr.ª Lilian Matheus Marques - Equipe e técnica: Infraestrutura

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof.ª Dr.ª Denise Regina da Costa Aguiar

Prof. Dr. Fabio Sampaio Mascarenhas

Prof.ª Dr.ª Fernanda Corrêa Quatorze Voltas Saul Pinto

Prof.ª Dr.ª Guadalupe Corrêa Mota

Prof. Dr. Itamar Mendes da Silva

Prof.ª Dr.ª Ivanise Monfredini

Prof.ª Dr.ª Maria Amélia do Rosário Santoro Franco

Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Barbosa Abdalla

Prof. Dr. Ricardo Costa Galvanese

Prof. Dr. Roberto Araújo da Silva Vasques Rabelo

UNIVERSIDADE
CATÓLICA
DE SANTOS

Afiliado

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

ABEC
Associação Brasileira de Editores Científicos

CBL
Câmara
Brasileira
do Livro